

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
LINHA DE PESQUISA: JORNALISMO E SOCIEDADE**

Isabela Junqueira Vargas

**OCUPANDO MANCHETES: COMO O MST AGENDA A MÍDIA
ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE AGENDAMENTO
DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA NO ABRIL VERMELHO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade de Brasília, sob orientação da professora doutora Nélia Del Bianco como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Comunicação.

Brasília, dezembro de 2006.

Vargas, Isabela Junqueira.

Ocupando manchetes: como o MST agenda a mídia/ Isabela Vargas. 2006.
161 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, 2006.

1. *Agenda-setting*. 2. Enquadramento. 3. Mídia. 4. Movimentos sociais. 5. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 6. Espaço público. 7. Democracia. 8. Abril Vermelho.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO:
JORNALISMO E SOCIEDADE

Dissertação intitulada *Ocupando manchetes: como o MST agenda a mídia*, de autoria da mestranda Isabela Junqueira Vargas, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Nelia Del Bianco – FAC/UnB – Orientadora

Prof. Dr. Luis Martins da Silva – FAC/UnB

Profa. Dra. Flavia Biroli – IPOL/UnB

Prof. Dr. LUIZ MARTINS DA SILVA
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Comunicação: Jornalismo e Sociedade
FAC/UnB

Brasília, 14 de dezembro de 2006.

*Ao meu querido pai, Manuel Enrique Vargas
Marroquin (in memoriam), de quem herdei o
sangue latino.*

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo verificar as estratégias de agendamento utilizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) durante o fenômeno midiático denominado “Abril Vermelho”. As manifestações organizadas pelo MST nesse período vêm ocorrendo, de forma regular, desde 1997. As matérias repetidamente publicadas na grande imprensa nos levam à hipótese de que as manifestações dos sem-terra, que aconteceram no referido mês, já entraram na agenda jornalística. Resta saber: a) quais foram os enquadramentos utilizados pelos jornalistas na cobertura jornalística do Abril Vermelho, em 2006; b) quais as estratégias utilizadas pelo MST para entrar na pauta jornalística durante o Abril Vermelho naquele ano.

A análise desenvolvida neste projeto leva em conta dois aspectos importantes da Teoria do Agendamento: a ação de agendamento do promotor de notícias, no caso a Assessoria de Imprensa do MST, identificando suas estratégias; e como a imprensa responde a esse agendamento, estudo feito por meio de análise de conteúdo e do enquadramento das matérias publicadas posteriormente. A intenção é verificar se esse agendamento consegue superar a imagem pública que associa o Movimento dos sem-terra à violência. Também busca responder à questão se o MST consegue colocar o tema da reforma agrária na agenda pública como conquista de justiça social.

ABSTRACT

The present paper aims to verify the agenda-setting strategies used by the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) during the media phenomenon known as “Abril Vermelho”. The mobilizations organized by MST within this period have regularly taken place since 1997. The fact that the press has repeatedly published articles on the matter leads us to the hypothesis that the mobilizations which happen by this time of the year have become part of the journalistic agenda. There are two points to clarify: a) the framing used by journalists in their coverage of the Abril Vermelho in 2006; b) the strategies used by MST to be part of the journalistic guideline during the Abril Vermelho in that year.

The analysis of the present project has taken into account two important aspects of the Agenda-setting Theory: the agenda-setting action by the news promoters, the MST Public Relations, in this case, identifying its strategies; and how the press responds to such agenda-setting, through the analysis of content and framing of the articles published afterwards. The intention is to check whether this agenda-setting is able to overcome the public image that associates the landless movement to violence. It also aims to provide an answer whether MST is able to set the agrarian reform issue on the public agenda as a social justice achievement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 JORNALISMO E SOCIEDADE.....	15
1.1 Jornalismo, democracia e espaço público.....	15
1.2 A construção das notícias.....	19
1.3 A Teoria do Agendamento.....	23
1.4 A relação do jornalismo com os movimentos sociais.....	24
2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	28
2.1 Origens da concentração de terras no Brasil.....	28
2.1.1 A industrialização do campo e seus efeitos.....	30
2.2 A origem da luta por reforma agrária.....	31
2.2.1 Início das lutas camponesas no Brasil.....	33
2.2.2 O nascimento do MST.....	34
2.3 Estratégias de ação do MST.....	36
a) Ocupações.....	36
b) Marchas.....	37
2.3.1 A organização do MST.....	39
3 O ESTUDO DO AGENDAMENTO DO JORNALISMO PELO MST.....	42
3.1 Abril Vermelho: um acontecimento singular.....	42
3.2 As manifestações do mês de abril.....	43
3.2.1 O abril vermelho como acontecimento agendado pelo MST.....	45
3.3 O estudo das estratégias de agendamento dos sem-terra.....	48
3.3.1 Procedimentos metodológicos.....	49
a) Observação.....	49
b) Análise de conteúdo.....	50
c) Jornais analisados.....	54
3.4 A contribuição e importância social da pesquisa.....	56

4. A CONSTRUÇÃO DO AGENDAMENTO PELA ASSESSORIA DE IMPRENSA DO MST.....	58
4.1 A Assessoria de Imprensa do Movimento.....	58
4.2 Estratégias de agendamento.....	63
4.3 A produção dos <i>releases</i> para a grande imprensa.....	65
4.4 A relação da assessoria de imprensa com os jornalistas.....	70
4.5 Linhas Políticas da Assessoria de Imprensa do MST.....	72
5. AS NOTÍCIAS SOBRE O ABRIL VERMELHO.....	77
5.1 A preparação para o Abril Vermelho em 2006.....	77
5.2 Construção da mostra.....	80
5.3 Leitura do acontecimento.....	83
CONCLUSÃO.....	120
REFERÊNCIAS.....	125
ANEXOS.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: A estrutura do MST.....	40
Tabela 2: Resumo com as manifestações do MST em abril.....	41
Tabela 3: Matérias analisadas.....	50
Tabela 4: Assessores de Imprensa do MST.....	58
Tabela 5: Notas distribuídas pela assessoria de imprensa do MST.....	66
Tabela 6: Quantidade de matérias publicadas no período analisado.....	81
Tabela 7: Quantidade de matérias publicadas em página ímpar.....	82
Tabela 8: Matérias sobre o Abril Vermelho publicadas na capa do jornal.....	82
Tabela 9: Como são denominados os integrantes do MST?.....	85
Tabela 10: Citações reproduzidas nos <i>releases</i> da assessoria de imprensa do MST.....	93
Tabela 11: A citação das fontes do MST.....	95
Tabela 12: Fontes do governo favoráveis ao MST.....	99
Tabela 13: Fontes contrárias ao MST.....	101
Tabela 14: Descrição do acampamento pedagógico em Eldorado do Carajás.....	104
Tabela 15: Descrição dos acontecimentos agendados pelo MST.....	106
Tabela 16: Descrição do massacre de Eldorado do Carajás.....	111
Tabela 17: Descrição da impunidade no caso de Eldorado do Carajás.....	112
Tabela 18: Descrição dos sobreviventes do massacre.....	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Como são denominados os integrantes do MST?.....	86
Gráfico 2: Invasão ou ocupação?.....	90
Gráfico 3: Fontes citadas nas matérias.....	94
Gráfico 4: Citações reproduzidas nas matérias.....	94

INTRODUÇÃO

O jornalista tem a difícil tarefa de mediar os acontecimentos que ocorrem no espaço público e transformá-los em relatos noticiosos, dando significado aos fatos para a opinião pública. No desempenho dessa tarefa, precisa tomar decisões e fazer escolhas determinadas pelo seu saber jornalístico, característica que o diferencia das outras pessoas. Em função da capacidade que o jornalismo tem de dar visibilidade aos acontecimentos, os promotores de notícias mobilizam-se para terem acesso ao campo jornalístico. No entanto, o acesso não é igual para todos os promotores de notícias, o que contraria a tese de que o jornalismo exerce um “contrapoder” (MOLOTCH; LESTER, 1974 *apud* TRAQUINA, p.26).

Na sociedade democrática, a imprensa pode atender ao interesse público e cumprir com suas funções sociais e públicas somente quando está associada à cidadania (MARTINS, 2001, p.50). Nessa perspectiva, o jornalismo é visto como um campo aberto aos problemas sociais e à ação dos promotores de notícias. Ciente da possibilidade de intervir no campo jornalístico, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) utiliza estratégias de agendamento para que suas ações sejam transformadas em notícia.

A luta do Movimento tem recebido atenção frequente da mídia desde 1996, após o massacre em Eldorado dos Carajás. Para não esquecer a morte de 19 trabalhadores rurais sem-terra, a cada ano o Movimento intensifica suas ações no mês de abril, quando ocorreu o massacre. A imprensa responde positivamente a esse agendamento, reservando um grande espaço para a cobertura jornalística a respeito do MST e sua luta. O presente estudo buscou verificar como os jornalistas do MST organizam seu trabalho na assessoria, tendo em vista o agendamento das manifestações no mês de abril de 2006. Procurou, ainda, responder como a grande imprensa, tão criticada pelo MST, responde a esse trabalho. Se, de fato, há reconhecimento dessa assessoria, com a consulta por informações, da mesma forma que ocorre com outros movimentos sociais. Será que o MST, enquanto promotor de notícias, foi capaz de “furar” o bloqueio dos *gatekeeper* e produzir um enquadramento factual e oficial durante a cobertura do Abril Vermelho? A transformação do MST, numa ocorrência previsível pela própria força das manifestações e das ocupações que ocorrem em abril, obrigou os jornalistas a uma busca mais organizada de informações para facilitar a cobertura jornalística? O que favoreceu a abertura de espaço para se ouvir o que o Movimento tem a dizer a respeito da sua luta?

Esta dissertação busca responder a essas questões no estudo de caso sobre a cobertura jornalística do Abril Vermelho, em 2006, a partir da Teoria do Agendamento, na perspectiva

do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra enquanto promotores de notícias. A denominação foi criada por Moloch e Lester (1974 *apud* TRAQUINA, 2004, p.20), que sugerem o seguinte quadro: promotores de notícias (*news promoters*) para definir aqueles indivíduos, e seus associados, que identificam (e tornam assim observável) uma ocorrência como especial.

A análise do objeto levou em conta dois aspectos importantes: a ação de agendamento do promotor de notícias, no caso a Assessoria de Imprensa do MST, identificando suas estratégias; e como a mídia respondeu a esse agendamento, por meio da análise de conteúdo e do enquadramento das matérias publicadas a respeito do assunto. A intenção foi verificar se esse agendamento conseguiu superar a imagem pública que associa o Movimento dos Sem Terra à violência. Também objetivou-se responder à questão se o MST consegue colocar o tema da reforma agrária na agenda pública como conquista de justiça social.

O trabalho da Assessoria de Imprensa do MST foi acompanhado durante uma semana, entre os dias 10 e 17 de abril de 2006. Os procedimentos observados foram registrados em um diário de bordo e, ao final do dia, as dúvidas foram esclarecidas em entrevistas pessoais. Além disso, a assessora de imprensa do MST respondeu a um questionário elaborado com o objetivo de compreender o trabalho da assessoria.

No mesmo período, foram analisadas as matérias publicadas nos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Os repórteres Ullisses Campbell, Eduardo Scolese e Roldão Arruda também foram entrevistados. Com base no estudo das notícias foi possível verificar o conteúdo das matérias, em especial, os enquadramentos. A análise procurou identificar os cinco dispositivos que os caracterizam conforme Gamson e Modigliani (1989 *apud* TRAQUINA, *idem*): as metáforas, os exemplos históricos, as citações curtas (*catchphrases*), as descrições e as imagens (filmes, fotografias e caricaturas).

A estrutura do trabalho buscou oferecer elementos para compreender em que perspectiva desenvolveu-se esta análise. No primeiro capítulo, o estudo do tema *Jornalismo e Sociedade* procurou destacar a mediação que o jornalismo exerce entre os acontecimentos que ocorrem no espaço público e que ganham visibilidade na construção das notícias. A perspectiva teórica considerou o jornalismo como um instrumento que permite aos cidadãos tomar conhecimento do mundo e de seus direitos políticos, considerando a atividade profissional do jornalista no sentido de promover a “ampliação da cidadania, do pluralismo, da liberdade e da democracia” (GENTILLI, 2005, p.143). A partir deste referencial passou-se ao estudo da relação da mídia com os movimentos sociais, tendo em vista o recorte proposto nesta dissertação.

Para compreender a relação dos meios de comunicação com o Movimento dos Sem Terra (MST), em particular, o segundo capítulo resgatou a história da formação política e econômica do Brasil. Procurou-se, com as informações fornecidas, esclarecer qual o modelo de colonização implantado no Brasil, e que deu origem à concentração de terras. Também buscou-se falar de conceitos como Reforma Agrária e revisar a questão agrária brasileira. Além disso, resgataram-se, na história dos movimentos populares de luta no campo, as origens para o MST.

As estratégias de luta e de agendamento utilizadas pelo MST foram analisadas no terceiro capítulo. Os acontecimentos agendados pelo Movimento e transformados em notícia foram objeto de estudo. O resgate histórico das manifestações organizadas pelo MST no mês de abril, desde 1997, trouxe elementos para compreender a singularidade do Abril Vermelho. O mês de abril tem significado especial na luta dos sem-terra, não só pela ocorrência do massacre em Eldorado dos Carajás, mas porque é nessa época que o Movimento intensifica suas ações.

O trabalho desenvolvido pela assessoria de imprensa na tentativa de agendar o Abril Vermelho foi estudado em profundidade nesta dissertação. O quarto capítulo destacou a produção da assessoria do MST. Produzindo notícias, distribuindo informação, atendendo aos jornalistas, convocando coletivas, enfim, trabalhando como uma assessoria de imprensa tradicional, os assessores procuram dar visibilidade à luta do Movimento. O fato de assessorarem um movimento social distingue o trabalho realizado por estes jornalistas que são, antes de tudo, militantes do MST.

No quinto capítulo, as manifestações do período denominado “2006 Vermelho” foram destacadas a fim de auxiliar na compreensão do Abril Vermelho deste mesmo ano. Em seguida, o levantamento realizado procurou quantificar as matérias publicadas a respeito do Abril Vermelho. O objetivo foi verificar a relevância da mostra do ponto de vista da quantidade. Também foi possível constatar se as notícias produzidas sobre as manifestações do MST mantiveram uma frequência no período estudado. A análise qualitativa buscou verificar se o enquadramento das matérias produzidas pelos jornalistas foi o mesmo proposto pela assessoria de imprensa do MST. A partir dos *releases* escritos pela assessoria de imprensa do MST foi possível confrontar o enquadramento proposto pelo Movimento e o produzido pela mídia.

Na perspectiva de “campos em confronto” (BERGER, 2003) foram construídas as categorias da análise do enquadramento das notícias sobre o Abril Vermelho em 2006. Pretendeu-se identificar como são descritas as personagens dessa disputa, o cenário onde se

desenvolve essa batalha e as descrições utilizadas para dar significado e sentido a essa luta. Apesar de reconhecer o esforço do MST para promover “notícias”, nenhum trabalho acadêmico realizado até o momento analisou com profundidade as práticas da Assessoria de Comunicação do MST. Tampouco se dedicou a pesquisar, em especial, o Abril Vermelho, evento criado pelo MST e nomeado pela imprensa. O evento provou que as relações entre os sem-terra e os meios de comunicação merecem ser estudadas sob uma nova perspectiva, que leve em conta a ação do MST para interferir na agenda jornalística.

1 O JORNALISMO NA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

1.1 Jornalismo, democracia e espaço público

O Caso Watergate despertou a admiração pelo jornalismo, que passou a ser considerado um importante mecanismo de controle nas sociedades democráticas. Naquele episódio, uma reportagem investigativa revelou um caso de escuta ilegal na sede do partido democrata envolvendo pessoas ligadas ao governo. O trabalho dos repórteres do *Washington Post*, Bob Woodward e Carl Bernstein, resultou na renúncia do então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon. O caso reforça o mito sobre a profissão de jornalista, como bem ilustra Zélia Leal Aghirni:

[...] o verdadeiro jornalismo é aquele que investiga e denuncia, que aponta os males da sociedade, que cobra justiça. E o jornalista é aquele que sofre da síndrome de Clark Kent, o repórter do Planeta Diário, que, em caso de perigo para a humanidade, veste sua capa esvoaçante e se transforma em Super Homem (ADGHIRNI, 2004, p.2).

No Brasil, a investigação jornalística acerca da corrupção no governo do então presidente Fernando Collor de Mello levou à mobilização popular em 1992. Os jovens caras pintadas saíram às ruas pedindo o *impeachment* de Collor. As denúncias envolvendo aquele governo foram publicadas na imprensa e, a partir daí, iniciou-se um período de manifestações populares típico das sociedades democráticas.

Tais episódios envolveram a atuação da imprensa e trouxeram novas questões quanto à responsabilidade social dos jornalistas. Os valores que norteiam a profissão já não se resumem apenas ao compromisso com a verdade, mas à mediação entre os fatos que ocorrem no espaço público. Na acepção de Dominique Wolton (2004), o espaço público é o lugar do cidadão na sociedade democrática:

É o lugar, acessível a todos os cidadãos, onde um público se reúne para formular uma opinião pública. O intercâmbio discursivo de posições racionais sobre problemas de interesse geral permite identificar uma opinião pública. Essa “publicidade” é um meio de pressão à disposição dos cidadãos para conter o poder do Estado (WOLTON, 2004, p.511).

Wolton (2004) distingue, ainda, os espaços comum, público e político. É no espaço comum que se dão as trocas comerciais e desenvolvem-se as redes de solidariedade. No público, ocorrem as manifestações de idéias, tornando-as acessíveis a todos. Já o espaço

político caracteriza-se pela ocorrência de decisões. “Para simplificar: o espaço comum diz respeito à circulação e à expressão; o espaço público, à discussão; o espaço político, à decisão” (WOLTON, 2004).

Cabe salientar que o jornalista é mediador do espaço público, conforme explica Zélia Leal Aghirni (2004, p.15): “O jornalista está, portanto, na passagem do espaço comum ao espaço público e do espaço público ao espaço político”. Isso ocorre porque os jornalistas têm circulação privilegiada em todos os espaços definidos por Wolton. São os responsáveis pela mediação dos acontecimentos que ali ocorrem e são transformados em notícias, sendo, posteriormente, discutidos pela sociedade.

Os jornalistas são denominados por Wolton de “passadores” porque é preciso passar por eles para acessar o espaço público na sociedade democrática. Ao mesmo tempo, os jornalistas tornam-se “selecionadores” porque determinam o que deve ou não existir publicamente. A visibilidade é valorizada na medida em que confere legitimidade àqueles que a buscam no espaço público, como explica Wolton (2004):

Todo mundo faz pressão para estar presente nele (*espaço público*), reforçando quase mecanicamente o papel daqueles que guardam seu acesso. Existem, portanto, causas objetivas, independentes do comportamento dos jornalistas, explicando esse poder – que não deixa de ser discutível – que eles possuem hoje na gestão do espaço público (WOLTON, 2004, p.273).

A construção de novas atualidades e realidades exige que o jornalista esteja atento às reivindicações da sociedade. Cada vez mais organizada e mobilizada, ela exige voz no espaço noticioso. Não basta mantê-la bem informada a respeito dos acontecimentos que interferem na vida do cidadão. O jornalista exerce um novo papel, o de mediador entre as questões levantadas por aqueles que buscam visibilidade no espaço público da sociedade democrática.

Para cumprir esta tarefa de mediação, o jornalista precisa tomar decisões e fazer escolhas. Enquanto modelo típico-ideal (GENTILLI, 2005, p.143), cabe ao jornalista, como mediador, filtrar, selecionar e organizar as informações necessárias para que o público também tome sua decisão a respeito do que está sendo apresentado no relato jornalístico. Os atores que buscam visibilidade no espaço público têm consciência de que precisam passar pela seleção dos jornalistas, como explica Christa Berger (2003):

A luta que é travada no interior do campo do jornalismo em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não. É esta a luta que os jornalistas travam no interior do campo do

jornalismo em suas concretas e históricas relações de trabalho (BERGER, 2003, p.22).

Neste processo de seleção, o jornalista deve preservar a credibilidade e para isso os jornalistas apresentam argumentos de autoridades, testemunha e provas que comprovam o que está sendo relatado. Berger (2003) ressalta, ainda, que o resultado desta produção social faz parte de uma complexa rede produtiva que não deve ser ignorada:

[...] as notícias passam a ser produtos produzidos por jornalistas assalariados, mais ou menos bem pagos, que trabalham num mercado mais ou menos saturado e competitivo, em redações com determinadas definições hierárquicas. Estas condições de produção do discurso marcam as relações entre os jornalistas e suas fontes, e o jornal e seus leitores. Ou seja, os estudos dos discursos permitem introduzir na reflexão sobre o jornalismo, o sujeito e a história (BERGER, 2003, p.20).

É preciso salientar que, no Brasil, o sujeito e a história são parte de um modelo de comunicação conhecido internacionalmente como antidemocrático com permissão de monopólios nacionais e regionais, redes de jornais e emissoras de TV (GENTILLI, 2005, p.148). Inserido no contexto em que prevalece o monopólio privado da imprensa, o jornalista tem o desafio de exercer sua atividade com liberdade de expressão. No entanto, muitos profissionais não percebem a existência de megaconglomerados da mídia como uma ameaça aos ideais de liberdade do jornalismo. Pelo contrário, para estes, ao admitir as críticas, os jornalistas estariam avalizando o controle e a censura da informação, indo contra os preceitos da democracia ocidental (WOLTON, 2004, p.270).

Nas sociedades democráticas, os jornalistas caracterizam-se como uma “comunidade interpretativa” transnacional (ZELIZER *apud* TRAQUINA, 1993). Nessa perspectiva, estes profissionais partilham quadros de referência comuns ainda que estejam localizados em diferentes espaços geográficos. Nelson Traquina (1993) estudou a “tribo” dos jornalistas e analisou os principais aspectos econômicos que levaram à formação desse grupo, como explica:

O “campo jornalístico” ganhou forma nas sociedades ocidentais no século XIX com o desenvolvimento do capitalismo e de outros processos que incluem a industrialização, a urbanização, a educação em massa, o progresso tecnológico e a emergência da imprensa como meio de massas. As notícias tornaram-se simultaneamente uma mercadoria e um serviço; o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática; e os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social (TRAQUINA, 1993, p.5).

Traquina (1993) e Wolton (2004) alertam para os efeitos da convivência em grupo sobre a produção de notícias. Na opinião destes autores, os jornalistas estão sempre atentos ao que os colegas de profissão produzem e “monitoram a cobertura uns dos outros” (TRAQUINA, 1993, p.6). Essa prática institucionalizada auxilia na identificação de histórias que podem ser consideradas notícias e na legitimação dos critérios noticiosos.

Assim como os jornalistas compartilham dessa convivência no mesmo meio, também os proprietários dos meios de comunicação convivem no mesmo grupo de diplomatas, empresários e governantes, como observa Wolton:

O meio jornalístico, afinal muito pequeno, vive, trabalha, encontra-se constantemente nos mesmos ambientes, segue os mesmos ritos, tem os mesmos costumes, vive dentro de um círculo estreito, observa os mesmos estilos, compartilha os mesmos códigos culturais e os mesmo reflexos, com uma espécie de mimetismo silencioso, sem por isso dar prova de muita solidariedade mútua. Isso é ainda mais verdadeiro para a *nomenclatura* jornalística, isto é, as cinquenta a cem pessoas que, em cada uma das capitais do mundo, dirigem os jornais de imprensa escrita, de rádio, de televisão, e relacionam-se com os mundos políticos, diplomático e econômico (WOLTON, 2004, p.288).

A convivência em grupo concentrou a discussão sobre democratização da informação à comunidade dos jornalistas. No Brasil, Luiz Martins (2001, p.73) destaca dois importantes canais que discutem e avaliam a atuação da imprensa e que são dirigidos por jornalistas: o Instituto Gutenberg¹, dirigido por Sérgio Gusmão, e o Observatório da Imprensa², dirigido por Alberto Dines. Ambos fazem uma leitura crítica da imprensa brasileira, mas Martins adverte que na relação imprensa e cidadania do Brasil ainda falta “muita estrada a ser pavimentada”.

A fragilidade na relação da mídia com a sociedade brasileira pode ser atribuída à resistência que os jornalistas apresentam diante das críticas (WOLTON, 2004). Wolton afirma que:

Não existe, de um lado, a informação, mensagem “boa”, e, de outro, a comunicação, mensagem “má” e desnaturada. É disso que querem nos convencer, principalmente os jornalistas, para fugir às críticas das quais são objeto. Eles, os jornalistas, fariam o bom trabalho de produzir a informação, enquanto o comércio da comunicação se encarrega de pervertê-la (WOLTON, 2004, p.67).

Os jornalistas fogem das críticas ao seu trabalho e buscam abrigo não somente nas técnicas que justificam seus critérios, bem como na convivência com outros integrantes da

¹ <http://www.igutenberg.org/>

² <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>

“tribo”. Ainda assim, é possível pesquisar o jornalismo como um campo aberto e sensível às lutas sociais, tal como a perspectiva do paradigma sociocêntrico, na medida em que se reconhece a mediação exercida pelo jornalismo entre a sociedade e os acontecimentos que são levados para o espaço público. Esse paradigma busca identificar os confrontos de classe e observar os avanços e recuos de cada grupo social, as negociações, alianças e concessões na produção de notícias, como explica Luiz Gonzaga Motta (2004, p.8):

A sociedade é formada por classes, frações de classe, grupos organizados, movimentos sociais com graus de organização, de enfrentamentos e de articulação diversos, capazes de romper as barreiras políticas e de tornar visíveis suas bandeiras no interior do jornalismo conservador (*idem*).

Em outras palavras, a partir do paradigma sociocêntrico é possível compreender o processo de construção das notícias no jornalismo.

1.2 A construção das notícias

O caráter eminentemente público da mídia faz dela um novo espaço de sociabilidade (MOTTA, 2004, p. 10), onde se constrói publicamente o mundo com seus enfrentamentos, conflitos, representações e interesses. A mídia não só define para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão em destaque, mas também oferece interpretações poderosas acerca da forma de compreender esses acontecimentos. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nela envolvidas (HALL, Stuart *et al.*, *apud* TRAQUINA, 1993, p.224-250).

Gaye Tuchman (1983) defende que a notícia ajuda a constituir a realidade como um fenômeno social compartilhado, uma vez que no processo de definir um acontecimento a notícia define e dá forma a este acontecimento. Ou seja, a notícia está permanentemente definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo fenômenos sociais. A autora define as notícias como “construções, narrativas, estórias” (TRAQUINA, 1999). Os jornalistas utilizam critérios de noticiabilidade, definidos por valores-notícia, que organizam a construção dessas narrativas. Tuchman (1977 *apud* WOLF, 1995) identifica as três obrigações necessárias que os fatos devem cumprir para se tornarem notícias:

1. devem tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido (inclusive os que são excepcionais) como acontecimento notável,
2. devem elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham em conta a pretensão de cada fato ocorrido a um tratamento idiossincrásico,

3. devem organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planejada. Estas obrigações estão relacionadas entre si (TUCHMAN, 1977, p.45 *apud* WOLF, 1995, p.169-170).

A partir dos valores-notícia, os jornalistas decidem o que é noticiável. Com base nestes critérios, as “estórias” têm várias durações. Os valores-notícia estão relacionados ao conteúdo das notícias; à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; ao público e à concorrência (WOLF, 1995, p.179). Estes critérios são observados durante todo o processo de produção, desde a seleção até a edição da notícia, como explicam Golding e Elliott (1979, p.114, *apud* WOLF, 1995, p.175-176):

Os valores/notícia utilizam-se de duas maneiras. São critérios de seleção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até a redação. Em segundo lugar, funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público. Os valores/notícia são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redatoriais (*idem*).

Os jornalistas utilizam as técnicas de produção de notícias para garantir a isenção e a imparcialidade. No entanto, até mesmo o conceito de objetividade utilizado como base para o trabalho jornalístico pode ser analisado sob vários aspectos, como propõe Gaye Tuchman (*apud* TRAQUINA, 1999).

A autora coloca em evidência os três fatores que influenciam a noção de objetividade dos jornalistas, o que, segundo ela, orienta o trabalho diário de produção das notícias. A forma, as relações interorganizacionais e o conteúdo são os aspectos analisados em profundidade. A forma corresponde aos atributos das notícias e dos jornais que exemplificam os processos noticiosos. O mais conhecido entre os estudiosos da comunicação é o uso das aspas. O conteúdo diz respeito às noções da realidade social que os jornalistas consideram como adquiridas. Também tem a ver com as relações interorganizacionais dos jornalistas, pois as suas experiências com essas organizações levam-no a tomar por certas algumas coisas acerca delas. Tuchman afirma que o uso de certos procedimentos preserva o jornalista dos riscos da sua atividade, inclusive das críticas.

A objetividade é vista como um modo seguro de proteger-se das pressões até mesmo daquelas sofridas dentro da organização. Além disso, orienta o trabalho do jornalista na

verificação dos fatos. Para isso, existem quatro procedimentos estratégicos exemplificativos dos atributos formais de uma notícia: 1) a apresentação de possibilidades conflitantes – o jornalista confronta várias informações e versões para checar a veracidade dos fatos; 2) a apresentação de provas auxiliares – esse recurso reforça a comprovação dos fatos; 3) o uso sensato das aspas – as opiniões expressas por outras fontes e colocadas entre aspas dão um toque impessoal à matéria; 4) a estruturação da informação numa seqüência apropriada – o uso de regras de redação, como a estrutura da pirâmide invertida, dá cadência à notícia e ajuda o leitor a identificar qual é o fato mais importante.

O jornalismo é uma atividade de mediação de conhecimento fundamentada em compromissos éticos socialmente institucionalizados e realizada através de uma linguagem específica que reconstrói, com base em significações compartilhadas pela sociedade, os recortes da realidade atual. É um espaço de conflito, do contraditório, do embate de visões, de interpretações de fatos e de interesses, mas também é um espaço de acomodação da multiplicidade de perspectivas existentes e de formação do consenso.

Apesar das técnicas de redação que, em tese, garantiriam a isenção e a objetividade dos jornalistas, Wolton (2004) acredita que as maiores dificuldades enfrentadas por estes, atualmente, têm a ver com o peso da economia na produção de informação jornalística. O autor acredita que esse argumento leva, muitas vezes, os jornalistas a não refletirem sobre a responsabilidade de seu trabalho e enfatiza:

Os jornalistas consideram-se ainda como valentes cavaleiros da verdade no combate épico da informação do século passado, e ignoram as contradições ligadas a seu próprio poder. Eles querem esse poder, gozam dele e usam-no, porém não estão prestes nem a analisá-lo, nem a assumi-lo, nem a sofrer críticas a respeito dele, criando progressivamente uma distância com o público, que, no entanto, é a única fonte de legitimidade deles, e do qual eles não querem ouvir a surda desilusão (WOLTON, 2004, p. 265).

O poder que o jornalismo exerce sobre a opinião pública, na maioria das vezes de forma inconsciente, merece ser objeto de estudo porque revela a influência exercida pelos jornalistas no enquadramento (*frame analysis*) das notícias produzidas. Tuchman (*apud* TRAQUINA, 1999) explica como aplicar a definição do conceito de Goffman para a análise de notícias e dos acontecimentos noticiosos:

Como Goffman (1975, p.10-11) o define, um *frame* é constituído pelos princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles. Os *frames* organizam as *strips* do mundo cotidiano, entendendo-se por *strip* “uma fatia ou corte

arbitrário do fluxo da atividade corrente” (1975, p.10). [...] Assim, utilizando as convenções da *news story* como *frame*, os repórteres conseguem mais do que fazer um acontecimento público; eles definem o que é e quais os *happenings* amorfos que fazem parte do acontecimento (Smith, 1974). Como *frame*, as “estórias” oferecem definições da realidade social (TUCHMAN *apud* TRAQUINA, 1999, p.259).

A partir da seleção feita pelos jornalistas, é possível compreender o mundo através das notícias que são eventos transformados em estórias. De acordo com Tuchman (*idem*), dizer que uma notícia é uma “estória” não é rebaixá-la, mas é fazer um alerta para o fato de que a notícia é “uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna”.

Os enquadramentos não aparecem explicitamente, mas como construções sociais comuns aos jornalistas e ao público. Segundo Gamson, citado por John L. Hammond (1999):

Utilizando um enquadramento, os jornalistas podem representar eventos como parte de uma larga e coerente realidade no qual os leitores e espectadores podem compreendê-los. O enquadramento adotado numa descrição na mídia fornece o contexto e geralmente determina a maneira específica como os detalhes são apresentados. A análise da mídia geralmente apresenta um enquadramento como algo dado como certo pelos jornalistas, algo que eles adotam relativamente e, não raramente, presumem que a audiência compartilha disso. O enquadramento é um dispositivo organizador para analisar a seletividade da mídia e o apelo em cada tópico; mas sua presença é geralmente invisível. Mesmo que os jornalistas tenham critérios objetivos para as notícias, os enquadramentos são quase implícitos e dados como certos. Eles não aparecem nem para os jornalistas nem para a audiência como uma construção social, mas como atributos primários de eventos reportados que meramente refletem a realidade. O enquadramento das notícias faz o mundo parecer natural. Eles determinam o que é selecionado, o que é excluído e o que é enfatizado. Numa definição, as notícias apresentam um recorte do mundo (GAMSON, 1985, p.618 *apud* HAMMOND, 1999, p.2³).

O estudo das ocorrências que são transformadas em notícias e da forma como são apresentadas ao público tem como base a Teoria do Agendamento.

³ Using a frame, a journalist can represent events as part of a coherent larger reality within which readers and viewers can comprehend them. The frame adopted in a media account provides the context and largely determines the way specific details are presented. Media analysis usually presents a frame as taken for granted by journalists, something they adopt relatively unreflectively and assume that their audience shares. The frame is an organizing device for analyzing the media's selectivity and approach to any topic; but its presence is largely invisible. Even if journalists have criteria of objectivity for news frames are almost implicit and taken for granted. They do not appear to either journalists or audience as social constructions but as primary attributes of events that reporters are merely reflecting. News frames make the world look natural. They determine what is selected, what is excluded, what is emphasize. In a short, news presents a packaged world (GAMSON, 1985, p.618 *apud* HAMMOND, 1999, p.2 tradução livre da autora).

1.3 A Teoria do Agendamento

O paradigma do agendamento surge nos anos 70 e baseia-se no argumento de que existe uma relação entre as agendas midiática e pública. De acordo com Cohen (1963, p. 72 *apud* Traquina), a imprensa tem “uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar”. O mundo parece diferente para um público tão diversificado, de acordo com a leitura que os profissionais da comunicação apresentam.

Nesse sentido, as pesquisas realizadas mostram que o que a imprensa noticia ou deixa de noticiar influencia a opinião pública. Dificilmente uma questão ganha projeção a ponto de merecer a atenção do público em geral se não é apresentada pela mídia. Para Shaw (1979 *apud* WOLF) a realidade é construída a partir das informações fornecidas pela mídia:

Os *mass media*, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir [...]. O pressuposto fundamental do *agenda-setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media* (SHAW, 1979, *apud* WOLF, 1995, p. 130).

A partir dessa perspectiva da Teoria do Agendamento, pode-se afirmar que as notícias são resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) em produto (as notícias). O processo de produção das notícias é interativo, pois diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante.

Três componentes que constituem o processo de agendamento ajudam a compreender de que forma se dá essa projeção. Segundo Rogers, Dearing e Bregman (1993 *apud* TRAQUINA, 2000) os estudos sobre a agenda midiática tratam da agenda da mídia. Os estudos da agenda pública, por sua vez, referem-se à relativa importância dos diversos acontecimentos e assuntos por parte da audiência. Os estudos sobre a agenda política governamental referem-se à agenda das entidades governamentais.

Com base na relação entre essas agendas, McCombs e Shaw (1993 *apud* TRAQUINA, 2000, p.132) procuram salientar o fato de que as prioridades definidas pela mídia em sua cobertura jornalística influenciam a opinião pública. Os autores sistematizam estudos de outros pesquisadores para reunir indícios de que o modo como um assunto é enquadrado na agenda pode influenciar o comportamento da audiência.

McCombs e Shaw (*idem*) constatam que até mesmo “o nome atribuído a um assunto pode influenciar o destaque de certos pontos de vista e a distribuição da opinião pública”. Tendo como ponto de partida as pesquisas realizadas sobre agendamento, os autores alertam para as conseqüências da informação jornalística no comportamento do público:

Sejam quais forem os atributos de um assunto apresentado na agenda jornalística, as conseqüências para o comportamento da audiência são consideráveis. A maneira como um comunicador enquadra uma questão estabelece uma agenda de atributos e pode influenciar o modo como pensamos sobre a questão em foco. O agendamento é um processo que pode afetar tanto aquilo sobre o que pensamos como o modo como o fazemos (MCCOMBS; SHAW, 1993, *apud* TRAQUINA, 2000, p.132).

Na Teoria do Agendamento, a constituição de um evento em notícia significa dar existência pública ao acontecimento, o que o transforma em tema da agenda. McCombs e Shaw (1993) revisaram suas pesquisas e ampliaram o conceito de agendamento a partir do enquadramento:

A cobertura jornalística de um movimento social pode selecionar de entre um conjunto de estratégias de enquadramento as alternativas que bem entender. As notícias podem documentar o âmbito dos problemas sociais, criticar propostas alternativas para lidar com os problemas ou centrar-se nos esforços táticos dos activistas e dos representantes do Governo para resolver as questões. Esta última estratégia comporta frequentemente uma ênfase nas afirmações ultrajantes e, em particular, nos conflitos entre os intervenientes, visto que estas facetas de um assunto se adequam à tradicional agenda de um jornalismo de “estórias” vívidas e com valor noticioso (MCCOMBS; SHAW, 1993, *apud* TRAQUINA, 2000, p. 131).

Nesta dissertação, a Teoria do Agendamento é base para verificar as estratégias de agendamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Abril Vermelho. Para isso, é necessário compreender a relação do jornalismo com os movimentos sociais.

1.4 A relação do jornalismo com os movimentos sociais

O poder simbólico do jornalismo consiste na capacidade de dizer ao seu público sobre o que pensar a respeito de determinado assunto. Isso não é novidade para os movimentos sociais que sempre tentaram chamar a atenção da opinião pública para suas reivindicações através dos meios de comunicação social. A atuação da organização não-governamental Greenpeace é um exemplo deste tipo de ocorrência.

Em sua dissertação de mestrado em Comunicação Social pela Universidade de Brasília, intitulada *Greenpeace: a guerrilha midiática como estratégia*, Renata Crispim (2003) estudou as estratégias de agendamento da ONG ambientalista⁴. A pesquisadora constatou que, no geral, os cinco jornais analisados (*Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio Braziliense*) tendem a responder de maneira uniforme ao agendamento do Greenpeace, não havendo grande discrepância entre o que foi produzido por um ou outro jornal.

A estratégia da ONG ambientalista consiste em promover ações performáticas, garantindo visibilidade às suas ações, a partir da produção de factóides. Essa estratégia de agendamento (MARTINS, 2002) é uma velha alternativa da área social para agendar a imprensa:

Se alguns segmentos do Terceiro Setor contam com poderosos patrocinadores, nacionais e internacionais, o mesmo não ocorre com outros, cuja luta nem sempre encontra amparo institucional ou mesmo legal, como é o caso de alguns movimentos, a exemplo dos sem-terra, no Brasil, dos zapatistas, no México; e do Greenpeace [...] Em tais casos, não se abdica das tentativas de agendar o assunto na imprensa, mas a estratégia é outra, ou seja, produzir acontecimentos que falem diretamente aos apetites noticiosos, pela via da espetacularização. Trata-se de um procedimento tático e estratégico destinado a atingir a mídia em sua própria cultura de valores-notícia. Produzir factóides, portanto, acaba sendo uma alternativa praticada por alguns atores sociais, como é o caso do MST, no Brasil (MARTINS, 2002, p.15).

Assim como o Greenpeace notabilizou-se por suas ações de protesto, que sempre despertaram a curiosidade e a atenção da mídia, levando ao agendamento da luta pela preservação ambiental, o Movimento dos Sem Terra também utiliza os meios de comunicação para agendar o tema reforma agrária. O MST tem consciência de que a reforma agrária não é um tema novo a ponto de ser notícia com frequência (BERGER, 2003, p.109). Além disso, os sem-terra atribuem a pouca cobertura do tema na imprensa ao fato de que grande parte dos donos das empresas de comunicação no Brasil está ligada aos setores que detêm a terra.

Ciente das dificuldades de agendar a reforma agrária na mídia, o MST precisa trazer sempre um elemento novo em sua luta. Os sem-terra incluem-se na categoria de acesso disruptivo aos meios de comunicação (MYERHOFF, 1972, *apud* TRAQUINA, p.45-45, 1993). De acordo com este autor, os atores sociais que não têm acesso aos meios de

⁴ Para verificar como a mídia responde ao agendamento das ações desta organização, a autora analisou as matérias publicadas na imprensa a partir dos *releases* produzidos pela assessoria e de entrevistas realizadas com a Assessoria de Comunicação da ONG, no período entre setembro de 2002 a abril de 2003.

comunicação, têm de “fazer notícia”. Para isso, entram em conflito, com o sistema de produção jornalística, geram a surpresa, o choque ou qualquer forma latente de “agitação”.

O problema nesse tipo de abordagem é que a cobertura resultante não chama a atenção para as questões de fundo (MARTINS, 2002). As matérias produzidas a partir dos factóides ficam restritas ao acontecimento em si, sem chamar a atenção para os elementos que originam os protestos. “O fulcro da questão está geralmente no modo como lidar com dissidentes, e não nas questões levantadas por estes” (MOLOTCH; LESTER, 1974-93: 44, *apud* TRAQUINA, 2000).

As estratégias utilizadas pelos movimentos sociais para chamar a atenção dos meios de comunicação são um forte indício de que estes atores reconhecem a importância da mediação exercida pelo jornalismo para existirem publicamente (MARTINS, 2002). As ações organizadas dos movimentos sociais mostram que “a sociedade civil está aprendendo a lidar com a mídia” (MOTTA, 2004). O esforço dos movimentos de opinião (WOLF, 1995, p.178) resulta na produção de notícias a partir do momento em que estes ultrapassam “as tradicionais divisões e estratificações ideológico-partidárias”, como explica Wolf:

Tais movimentos começam a constituir notícia, a ultrapassar o limiar da noticiabilidade, quando se considera que se tornaram suficientemente significativos e relevantes para irem ao encontro do interesse do público ou quando dão lugar a acontecimentos planejados de propósito para irem ao encontro das exigências dos *mass media*. Isto é, estabelece-se uma integração entre as estratégias de noticiabilidade adotadas pelos *single issue movements* e os valores/notícia aplicados pelos órgãos de informação: a nível comunicativo, esses movimentos produzem tudo aquilo de que se alimentam os *mass media* (documentação que pode ser objeto de controvérsia, materiais informativos a utilizar, figuras de líderes, manifestações de massa, por vezes, encontros de rua e, conseqüentemente, material visual que pode ser usado, etc). A medida que a integração, a nível de noticiabilidade, prossegue, os *mass media* são estruturalmente levados a falar desse movimento e a difundir a sua imagem, ou seja, a sua importância e o seu papel aumentam, acelerando-se ao mesmo tempo, a sua marcha para a institucionalização. Por conseguinte, esses movimentos acabam por se tornar fontes estáveis (e já não ocasionais e controversas) dos órgãos de informação (WOLF, 1995, p.178).

A resposta do jornalismo às investidas da sociedade no agendamento de temas pode ser analisada nas notícias produzidas pela mídia. O compromisso com a verdade dos fatos e o ritual estratégico da objetividade são os mecanismos encontrados pelos jornalistas para justificar suas escolhas e o resultado de sua produção, as notícias.

Considerando a utilização dessas técnicas, é possível perguntar: será que a abordagem sobre o MST na imprensa é plural? Será que está em consonância com a função de mediação

do jornalismo? Será que essa cobertura proporciona o acesso à informação correta? O jornal incorpora o MST como parte da sociedade? Será que a mídia aborda o MST com equilíbrio? Essas questões foram estudadas em profundidade e analisadas a partir de critérios que apontam não só tendências, mas que auxiliam também na reflexão sobre o papel do jornalismo na sociedade democrática.

A nova tendência do jornalismo cidadão considera que os jornalistas respondem positivamente à ação de outros atores que tentam influenciar o enquadramento das notícias produzidas. Neste caso, as fontes ouvidas, as frases curtas e os exemplos históricos teriam a função de reforçar o enquadramento proposto pelos promotores de notícias.

Para estudar a viabilidade desta hipótese, o presente trabalho apresenta um estudo de caso a respeito do resultado do agendamento da Assessoria de Imprensa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) durante o aniversário dos dez anos do massacre em Eldorado dos Carajás, no mês de abril de 2006.

A partir da observação junto à assessoria de imprensa foi possível acompanhar a relação do MST com a mídia. Também foram analisados os *releases* e as notas produzidos pela assessoria do Movimento para os jornalistas da grande imprensa durante a cobertura jornalística. Posteriormente, a análise de conteúdo das matérias publicadas nos jornais permitiu verificar se o enquadramento proposto pelo MST foi contemplado. Os jornalistas do Movimento e da imprensa foram entrevistados e responderam a questionários que auxiliaram na interpretação dos dados colhidos.

O MST é um dos movimentos sociais mais organizados do Brasil. A principal reivindicação dos sem-terra é a reforma agrária, considerada uma medida de compensação social. De fato, a concentração fundiária no Brasil é reconhecida internacionalmente. Para compreender a luta deste Movimento é necessário entender o contexto que deu origem à estrutura fundiária brasileira e que gerou os movimentos sociais de luta no campo.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

2.1 Origens da concentração de terras no Brasil

A apropriação da natureza e do trabalho humano no Brasil começou antes mesmo da colonização, com o estabelecimento das capitânicas hereditárias. O país foi dividido, por uma série de linhas paralelas ao Equador, em 15 quinhões entregues aos chamados capitães-donatários. A posse da terra era concedida a pessoas ligadas à Coroa que podiam doar sesmarias. Essa prática deu origem ao latifúndio (FAUSTO, 2001, p.19):

A sesmaria foi conceituada no Brasil como uma extensão de terra virgem, cuja propriedade era doada a um sesmeiro, com a obrigação – raramente cumprida – de cultivá-la no prazo de cinco anos e de pagar um tributo à Coroa (*idem*).

No século XVI, já se apresentavam indícios de que a concessão de sesmarias poderia criar problemas na organização fundiária do país. Entretanto, de nada serviu a limitação imposta às concessões que deveriam ser do tamanho da capacidade do beneficiário em aproveitar a terra. Este limite foi muitas vezes desrespeitado, mesmo porque a produção que deveria se dar na colônia não era de subsistência. Ao contrário, era do tipo mercantilista, de produtos para o mercado (MARES, 2003, p.62).

De acordo com estudo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária⁵ (Incra), o latifúndio teve sua origem nas sesmarias e caracterizou-se como a principal base econômica de sustentação das oligarquias agrárias brasileiras, desde os coronéis do Nordeste até os barões do café. Esse sistema acabou em 1822, quando o Brasil adotou o regime de posses.

Nas três primeiras décadas de colonização, o Brasil apenas fornecia gêneros alimentícios ou minérios de grande importância a toda Europa. A opção pela grande propriedade estava associada à conveniência para garantir a produção em larga escala (FAUSTO, 2001, p.21). Além disso, os pequenos proprietários autônomos produziam para sua subsistência e comercializavam somente um reduzido excedente, contrariando os preceitos da economia mercantilista da época.

O modelo de colonização por exploração adotado pelos portugueses no Brasil influenciou a formação política e social do Estado brasileiro. A ocupação do território e o

⁵ O material foi apresentado em 2005 na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra no Congresso Nacional (HACKBART, Rolf. *O Incra e a Reforma Agrária*, Março, 2005).

surgimento das classes sociais tiveram início durante a colonização, na região Nordeste, com o cultivo da cana-de-açúcar. O latifúndio escravista era o responsável pela principal atividade econômica da colônia. Desse modo, teve forte influência na sociedade da época, dividida em duas classes sociais básicas: os senhores e os escravos (GRAZIANO DA SILVA, 1990, p.27-28). Entre elas havia também um número expressivo de brancos que não eram senhores, de negros libertos, de índio e de mestiços. Muitos deles atuavam como pequenos agricultores que produziam em volta das cidades.

Mesmo com todas as transformações pelas quais passou, tais como a extinção do regime de sesmarias e a abolição da escravidão, o Brasil manteve o latifúndio destinado à exportação, até a crise do café em 1929. Somente quando o principal produto de exportação entrou em decadência, a economia brasileira passou novamente por um período de transição. O setor industrial cresceu e a agricultura perdeu força. A produção de eletrodomésticos e de carros tinha como objetivo abastecer o mercado interno. Para isso, o governo investiu na indústria pesada: siderurgia, petroquímica e material elétrico, a partir de 1955 até 1961.

A agricultura sentiu os efeitos da urbanização com a ampliação do mercado interno. As fazendas deixaram de ser auto-suficientes na produção de alimentos, pois era preciso produzir para alimentar a população dos centros urbanos. Além da expansão do mercado de alimentos, houve uma especialização da produção, que fez surgirem os bóias-frias, pequenos produtores independentes expropriados.

Durante o período do chamado “milagre econômico”, de 1969 a 1973, o contingente de bóias-frias aumentou. A economia caracterizou-se pelo extraordinário crescimento com taxas relativamente baixas de inflação. Enquanto o governo investia na industrialização da economia brasileira, o que se viu foi a intensificação do capitalismo selvagem, com imensos projetos, que não consideravam nem a natureza, nem as populações locais.

A palavra ecologia mal entrara nos dicionários e a poluição industrial e dos automóveis parecia uma bênção. No governo Médici, o projeto da rodovia Transamazônica representou um bom exemplo desse espírito. Foi construída para assegurar o controle brasileiro da região – um eterno fantasma na ótica dos militares – e para assentar em agrovilas trabalhadores nordestinos. Após provocar muita destruição e engordar as empreiteiras, a obra resultou um fracasso (FAUSTO, 2001, p.269-270).

O desenvolvimento acelerado com a industrialização da agricultura afetou a vida dos trabalhadores rurais que sentiram os efeitos gerados por essas mudanças.

2.1.1 A industrialização do campo e seus efeitos

O desenvolvimento do capitalismo no campo não só modernizou a agricultura com máquinas, defensivos, fertilizantes e outros insumos modernos, como também modificou profundamente a base técnica da produção de algumas regiões do Brasil, especialmente do centro-sul. Por conta disso, houve uma alteração nas relações de trabalho existentes com a disseminação de contratos temporários e a comercialização da força de trabalho.

Enquanto a produção de carros, televisões, geladeiras e bens semelhantes baseiam-se em tecnologia moderna, significativa parcela da produção de alimentos, do setor têxtil e de bens que caracterizam o consumo básico de grande parte da população ainda resulta de tecnologias e relações de produção mais tradicionais. Cardoso explica que:

Em decorrência disso, os salários pagos a trabalhadores especializados, embora não diretamente determinados pela produtividade, são incomparavelmente mais altos do que os pagos aos camponeses ou trabalhadores empregados em setores tradicionais (CARDOSO, 1985, p.29).

O crescimento industrial brasileiro teve seu apogeu no período denominado “milagre econômico”, de 1969 a 1973, quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a média anual de 11,2% (FAUSTO, 2001). O setor se desenvolveu principalmente nas indústrias automobilística, de produtos químicos e de material elétrico. A construção civil também registrou um grande desenvolvimento devido aos recursos fornecidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Fausto relaciona o crescimento econômico às transformações sociais sofridas na agricultura:

É preciso levar em conta que a modernização do campo e a concentração da propriedade são fatores importantes das mobilizações agrárias. Em 1980, os minifúndios, assim considerados os estabelecimentos agrícolas com menos de dez hectares, representavam 50,4% do número de estabelecimentos, mas ocupavam apenas 2,5% da área total de terras. No outro extremo, os latifúndios – unidades com mais de dez mil hectares – constituíam apenas 0,1% dos estabelecimentos, mas detinham 16,4% da área total de terras (FAUSTO, 2001, p.298).

As fábricas de máquinas e insumos agrícolas aproveitaram a expansão vivida no país para se instalarem por aqui. O Estado programou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a fomentar a aquisição desses produtos, incentivando a incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. Apesar dos esforços do governo em adotar políticas agrícolas, a estrutura agrária permaneceu concentrada e se intensificou nos anos 60 (GRAZIANO DA SILVA, 1990).

A modernização da agricultura sem a redistribuição das terras enfraqueceu o movimento reformista no campo. Francisco Graziano (1991) explica que:

[...] do argumento produtivista, baseado no raciocínio econômico, passou-se para o social: a reforma agrária virou uma questão de justiça, uma forma de dar cidadania aos milhões de marginalizados no campo, que foram excluídos do recente processo de transformação capitalista. O discurso da redemocratização política foi traduzido para a questão agrária: democratizar o acesso à terra virou palavra de ordem. “A terra para quem nela trabalha” [...] (GRAZIANO, 1991, p. 16).

Essas transformações levaram ao surgimento das lutas camponesas no Brasil, que, posteriormente, deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

2.2 A origem da luta por reforma agrária

A modernização do campo e a concentração da propriedade também estimularam a mobilização no meio rural. Para os trabalhadores rurais, a reforma agrária representava a redistribuição da renda, de poder e de direitos. Os agricultores não desejavam apenas a distribuição de pequenos lotes, o que os levaria a continuarem sendo uma mão-de-obra barata para os grandes proprietários. Queriam uma mudança nas estruturas política e social no campo, sobre as quais se assentava o poder dos latifundiários (GRAZIANO DA SILVA, 1990, p.92-93).

Os trabalhadores rurais acreditavam que era possível combater o monopólio da propriedade agrícola com a redistribuição de terras, o que permitiria aos agricultores se apropriarem dos frutos do seu próprio trabalho (*idem*). Silva explica que era necessário “eliminar o latifúndio” e atuar sobre o uso da terra em especulações imobiliárias. Além disso, os trabalhadores reivindicavam um conjunto de medidas no campo, com políticas alternativas rurais, como preços mínimos, comercialização, crédito e assistência técnica, voltadas para os pequenos produtores e não apenas aos grandes proprietários.

Esse conjunto de medidas compreende a reforma agrária (VEIGA, 1984, p.7), entendida como a modificação da estrutura fundiária, tendo em vista uma distribuição igualitária da terra e da renda agrícola. Na perspectiva de José Eli Veiga, a reforma agrária tem o poder de mudar as relações de força entre as classes sociais.

No Brasil, o *Estatuto da Terra* foi a verdadeira lei de reforma agrária brasileira (MARÉS, 2003). A lei tão “reivindicada, querida e sonhada pelos movimentos populares e de

esquerda”, que representou uma das bandeiras do governo constitucional de João Goulart, foi aprovada. Porém, o golpe militar que derrubou Jango, e instalou no governo um grupo conservador – que se manteria por 20 anos construindo um extraordinário aparato repressivo–, impediria qualquer movimento popular de desabrochar.

Todos sabiam na época que a promulgação era literalmente para americano ver, exigida pelos Estados Unidos, a ditadura militar jamais a pensou pôr em prática e a Lei restou letra morta, invocada pela esquerda e desprezada pela direita no poder (MARÉS, 2003, p.107-108).

Atualmente, a legislação brasileira sobre política agrária e fundiária é regida pela *Constituição Federal de 1988* (Título VII, Capítulo III), que estabelece a exigência de que uma propriedade deve cumprir uma função social. No Brasil, no entanto, os números revelam que ainda há muito que fazer para democratizar a propriedade da terra. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), nosso país é vice-campeão mundial em concentração de terras, sendo superado apenas pelo Paraguai.

De acordo com informações do Incra publicadas na revista *Caros Amigos* (2003, p.7), a área total do território brasileiro é de 848.154.690 hectares (ha), sendo que a área total de latifúndios acima de dois mil hectares chega a 132.615.122 hectares. Esse número representa 15,6% do Brasil, o que equivale à soma dos territórios dos estados do Pará, Espírito Santo e Alagoas. “Esses latifúndios pertencem a tão somente 26 mil pessoas, 0,015% da população de 170 milhões” (*idem*).

Apesar dos números alarmantes, a população brasileira nunca se mobilizou pela reforma agrária (GRAZIANO, 1991, p.75), mesmo com a atuação vibrante de partidos políticos, sindicatos ou de outras entidades civis. Embora parte da sociedade, até os dias de hoje, reconheça que os números justificam a necessidade de reforma agrária, poucos se dispõem a lutar pela transformação da estrutura fundiária. Graziano destaca a atuação dos movimentos organizados para mudar essa situação:

Essa passividade somente era rompida pelo conhecido Movimento dos Sem Terra, que se criou à margem da organização sindical no campo, fomentado pela Igreja e por alguns partidos políticos como o PT e o PC do B. Tal movimento, muito bem organizado e que mostrou grande capacidade de mobilização, era o responsável direto pelas invasões de terras e pelos acampamentos de “sem-terra” que tomavam conta do cenário das lutas agrárias desde 1983 (*idem*).

Nesse cenário de luta e contestação, as manifestações no campo se intensificam, embora os conflitos tenham começado décadas antes desse período.

2.2.1 Início das lutas camponesas no Brasil

As lutas camponesas brasileiras sempre foram pouco divulgadas e, muitas vezes, omitidas pela imprensa urbana (MARÉS, 2003). Os movimentos de contestação no campo foram tradicionalmente marcados pela extrema violência e pela criminalização dos líderes. Canudos e Contestado são dois exemplos que, até hoje, servem como inspiração para os sem-terra. A situação mudou no século XX, quando cresceu a consciência da população do campo e sua ligação com a cidade, e os movimentos ficaram cada vez mais politizados.

Entre 1950 e 1964, o movimento camponês brasileiro organizou-se em movimentos de classe como as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultabs) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master). De acordo com Ivaldo Gehlen (*apud* Berger, 2003), o Master foi criado em 1960, quando 300 sem-terra manifestaram-se contra um produtor do Distrito de Faxinal, em Encruzilhada do Sul.

O Master era controlado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Algumas das ações que marcaram a atuação do Master foram “a invasão e posterior desapropriação da Fazenda Sarandi em 1962; o acampamento e a invasão da Fazenda Santo Antônio, em Tapes; a pressão e o loteamento do Banhado do Colégio, em Camaquã, e as ocupações de reservas indígenas” (*idem*).

Entre 1945 e 1964, houve ainda a organização dos trabalhadores rurais em ligas, uniões, sindicatos e confederações, além da organização de vários encontros e congressos nacionais (Martins *apud* GOHN, 1997). Os trabalhadores rurais que mais se envolveram nas lutas foram os “posseiros”, que se instalavam em terras rurais abandonadas. Eles lutavam pela permanência na terra contra outros grupos, denominados “grileiros”. Estes ocupavam a área arada e cultivada e, se dizendo donos, expulsavam os posseiros por meio de ações armadas.

Em 1975, a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra numa época em que surgiram diversas organizações de luta e de defesa dos trabalhadores rurais. Maria da Glória Gohn ressalta a influência da Igreja na organização do movimento:

A visão ruralista da Igreja, segundo a qual a sociedade ideal seria a da reunião de várias comunidades de pequenos produtores, encontrou na nova ênfase teológica o espaço privilegiado de atuação. Germinar a esperança onde só havia descontentamento e dor foi o alimento moral encontrado pela

Igreja para motivar e mobilizar milhares de pessoas a participarem de suas pastorais e ações (GAIGER, 1991, *apud* GOHN, p. 142-143).

A pedagogia da Igreja teve sucesso no meio popular porque soube respeitar o modo de raciocinar do camponês, sua visão de mundo e forma de se expressar, valorizando sua fala, canções, poesias, sua cultura, em síntese. A cruz e a visão de um processo que se constituía numa “caminhada” foram os símbolos mais significativos da liturgia, que fez da educação de base uma arte da prática profética. “Sentindo-se desbloqueados dos constrangimentos a que estão submetidos, os homens do campo encontraram no discurso profético o modo de expressar e de organizar suas lutas” (GAIGER, 1991, *apud* GOHN, p. 142-143).

2.2.2 O nascimento do MST

O Movimento dos Sem Terra surge na cena política nacional contestando o regime militar, organizando, no campo, ações de resistência às tentativas de expropriação para concentrar o capital no meio rural e à política estatal de incentivo à construção de hidrelétricas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu das lutas que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada, na Região Sul, pela conquista da terra, no final da década de 1970. O Brasil vivia a abertura política, pós-regime militar. O capitalismo nacional não conseguia mais aliviar as contradições existentes no avanço em direção ao campo. A concentração da terra, a expulsão dos pobres da área rural e a modernização da agricultura persistiam, enquanto o êxodo para a cidade e a política de colonização entravam em crise. Nesse contexto surgem várias lutas que, aos poucos, se articulam.

Christa Berger (2003, p.101) explica que a expulsão do campo e conseqüente resistência de aproximadamente dezesseis milhões de trabalhadores rurais, em 1970, juntamente com condições objetivas e subjetivas, moldaram o rosto do MST. Além disso, a autora afirma que “há uma memória coletiva (religiosa, de contestação e arcaica) informando sub-repticiamente a organização dos sem-terra” (BERGER, 2003, p.101).

Para Berger, além da inspiração cristã, a memória de contestação também é um elemento que acompanha a luta dos sem-terra através do tempo. A autora lembra alguns conflitos pela propriedade e posse da terra no processo de povoamento da Região Sul do país, como os Muckers (Ferrabraz, 1873). Esses movimentos de contestação ajudam a compreender que o MST é a continuidade das lutas camponesas.

Os novos líderes camponeses ganharam cultura política e ideológica, discutindo posições claras frente aos fenômenos sociais, como registra Carlos Frederico Marés:

O MST [...] tem quadros de liderança com sólida formação acadêmica e outros de profundo e extenso auto-didatismo, conformando um conjunto capaz de formular política e entender o sentido da confrontação de idéias e de atos. A proposta de reforma agrária passava a ser proposta de mudança e não apenas de manutenção de posse da terra, abandonada a ingenuidade inicial do início do século (MARÉS, 2003, p.106).

Em 1979, o agricultor Paulo Natálio Vargas e sua família foram expulsos da Reserva Indígena de Nonoai e decidiram montar acampamento na Fazenda Natalino. Depois deles, outras famílias abandonaram as terras indígenas e concentraram-se no acampamento. Esse episódio é considerado um marco na luta dos sem-terra, pois foi a partir dele que os camponeses retomaram as lutas. Isso ocorreu devido à redemocratização vivida no Brasil.

Os agricultores organizaram-se em famílias e iniciaram as ocupações de propriedades. O MST estruturou-se no acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul. O Acampamento Natalino chegou a ter 601 famílias, sendo que 142 desistiram e 252 foram para Mato Grosso. As famílias que resistiram foram assentadas nas fazendas Nossa Senhora Conquistadora da Terra e Vitória da União, e no assentamento Rincão do Ivaí, no município de Salto do Jacuí. Depois dessa experiência, os sem-terra aprenderam a resistir, com “apoio constante” e “organização” (FERNANDES, 2000, p. 61).

Em janeiro de 1984, na cidade de Goiânia (GO), os trabalhadores sem-terra organizaram o seu primeiro congresso nacional que lutava por igualdade no meio rural. Nesse encontro um dos objetivos definidos para a formação de um movimento nacional foi que os estados mais bem organizados deveriam ajudar na construção do MST em outros estados.

No I Congresso Nacional, em 1985, realizado em Curitiba (PR), o Movimento Sem Terra formalizou a sua coordenação nacional. Naquela ocasião, reuniram-se 1,5 mil delegados, representando 20 estados. Embora a maior representação fosse dos estados do sul, de qualquer forma, o evento marcou o crescimento do movimento organizado dos sem-terra. Nesse encontro foi elaborado um documento com um conjunto de resoluções que envolviam, entre outras reivindicações, a demanda por uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores. Inspirados pelo lema *Terra não se ganha, se conquista*, os sem-terra decidiram adotar as ocupações de terras ociosas ou públicas como caminho para a realização da reforma agrária (MEDEIROS, 1989, p.167).

Para Graziano (1991), as principais reivindicações dos sem-terra são:

[...] moradia decente, transporte adequado, educação para os filhos, saúde para sua família. Querem ser cidadãos de verdade e poderem ser tratados com dignidade e respeito. Não querem ser “bóias-frias” nem “sem-terra”. Desejam que lhes chamem pelo nome (1991, p.78).

Desde a primeira edição, as linhas políticas do MST são definidas no congresso nacional⁶ do Movimento. Em 2000, o encontro definiu os três principais compromissos do MST: intensificar a organização dos pobres para fazer lutas massivas em prol da reforma agrária; construir a unidade no campo e desenvolver novas formas de luta; combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Entre os pontos destacados no material cabe registrar a preocupação em conscientizar a população do campo e da cidade sobre a importância da reforma agrária.

Para atingir os objetivos propostos nos congressos, o MST utiliza diversas estratégias de luta, tais como ocupações e marchas.

2.3 Estratégias de ação do MST

a) Ocupações

Berger (2003) explica que o Movimento definiu suas estratégias de luta no I Congresso Nacional:

O MST definiu suas formas de luta através da ocupação de terras e acampamentos em locais estratégicos; tomadas de prédios, como a sede do Incra, e praças públicas; caminhadas com interrupção de rodovias; visitas aos gabinetes de autoridades estaduais e federais, além de greves de fomes e fechamentos de trevos. Mais recentemente, optaram, também, pela candidatura de líderes para cargos políticos (BERGER, 2003, p.94).

Os acampamentos e ocupações constituíram-se em fatos políticos importantes que deram maior visibilidade à luta pela terra. Com um alto grau de organização e mobilização de um amplo apoio que ultrapassava as áreas rurais, envolvendo grandes contingentes de famílias expropriadas, essas iniciativas funcionavam como pressão constante junto aos órgãos responsáveis pela política agrária (MEDEIROS, 1989, p.180).

⁶ O Congresso Nacional do MST é realizado a cada cinco anos desde 1985, de acordo com informação da coordenadora nacional do movimento Marina dos Santos.

Grande parte das ações dos sem-terra são marcadas pelo confronto seja com a polícia, seja com milícias contratadas por proprietários de terra. A violência⁷ que envolve os sem-terra e marca sua luta também é um dos motivos pelo qual o MST é objeto de estudo de pesquisadores e destaque na mídia.

Em parte, a violência que envolve o MST deve-se à sua forma de luta, que consiste basicamente em marchas, acampamentos e ocupações. Gohn (1997, p. 144) explica que a estratégia básica dos sem-terra é a ocupação de terras improdutivas, públicas ou particulares, criando um fato político que leva a pressionar os órgãos públicos a negociarem com o Movimento e a promoverem seu assentamento definitivo na terra, através da concessão de títulos de posse. A autora acredita que a mídia divulga muito a presença do MST nos acampamentos porque nesses casos é que são freqüentes os conflitos.

Alguns grupos tiveram sucesso nesta estratégia, outros permaneceram acampados vários anos sem nada obter, e muitos ainda enfrentam a repressão violenta dos despejos judiciais ou ações de grupos contratados pelos reais donos das terras, no sentido de expulsá-los (GOHN, 1997, p.144-145).

Apesar da violência que envolve as ocupações, Fernandes (2000, p. 173) entende que essa é uma forma de luta, uma ação popular que compreende tempo e espaço na transformação da realidade. Para este autor, simpático à causa do Movimento⁸, o ato de ocupar é parte de um processo que se inicia na formação de grupos de famílias e nas realizações dos trabalhos de base, e desenvolve-se no acampamento, nas negociações, nos enfrentamentos, nas manifestações, na conquista da terra e nas lutas seguintes.

b) Marchas

Em alguns momentos, as ocupações promovidas pelo MST se desdobraram em caminhadas onde o religioso e o político se fundiam em uma única manifestação, como nas romarias de terra, que se tornaram freqüentes em diversos pontos do país e que podem ser entendidas como a melhor expressão dessa fusão entre reivindicações seculares e o discurso religioso.

⁷ Segundo informações da página do MST na internet, em 2005, 64 pessoas morreram em consequência de conflitos no campo, o que representa um aumento de 106% em relação a 2004. Os números estão disponíveis no relatório *Conflitos no Campo 2005*, lançado pela Comissão Pastoral da Terra. Desde 1985, a publicação registra a violência sofrida pelos trabalhadores rurais.

⁸ Fernandes é autor de vários livros sobre o MST, entre eles destaca-se *Brava gente, a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*, escrito a partir de uma entrevista com João Pedro Stédile, principal liderança dos sem-terra. Desde 1990 é membro do Setor de Educação do MST.

As Romarias da Terra baseiam-se na tradição popular de fazer caminhadas em direção a um lugar santo, com fins penitenciais, de invocação ou de agradecimento por graças alcançadas, mas incorporam elementos políticos e técnicos de organização popular que visam a formação de uma consciência política de classes (SOARES *apud* BERGER, 2003, p. 103). Num claro exemplo de celebração religiosa e ato político, as caminhadas têm, ainda, “um caráter de ruptura com o esperado – no asfalto, com roupas impróprias, carregando filhos e instrumentos de trabalho, atrapalham o trânsito e destoam da paisagem”. São homens fora do lugar.

Em todas essas manifestações, os sem-terra carregam a cruz, a Bíblia e a bandeira do MST que se mistura à bandeira do Brasil e dos partidos simpatizantes. Enquanto isso, eles rezam e cantam hinos de inspiração cristã (BERGER, 2003). O MST sabe que o apoio desses partidos é importante porque facilita sua inserção na sociedade.

O Movimento dos Sem Terra afirma que o maior avanço obtido nos últimos anos foi o processo de conscientização da sociedade. No Congresso Nacional, em julho de 1995, que definiu como lema *A reforma agrária é uma luta de todos*, a estratégia era conscientizar os trabalhadores e a população em geral de que a reforma agrária é um meio fundamental para resolver a maioria dos problemas que os pobres da cidade enfrentam.

Foi somente a partir da década de 1990 que o Movimento ganhou atenção da sociedade, pois a questão agrária conquistou maior visibilidade em áreas urbanas. Em artigo publicado no site do MST, a diretora do Centro de Justiça Global, jornalista Maísa Mendonça, analisa a relação do Movimento com a mídia. Mendonça acredita que o MST conseguiu mudar esta relação quando decidiu direcionar “seu trabalho para sensibilizar a população das cidades, mostrando que a democratização da terra é fundamental para resolver problemas sociais tanto no campo quanto na cidade”. A autora explica que foi nessa época que o MST adotou a palavra de ordem “reforma agrária, uma luta de todos”.

Além disso, os massacres de Corumbiara, em 1995, e Eldorado dos Carajás, em 1996, forçaram os meios de comunicação a discutir a questão agrária. Mas a maior cobertura aconteceu durante a Marcha a Brasília, em abril de 1997, quando o MST ocupou a primeira página dos jornais e das revistas de maior circulação no país. Naquele mesmo ano, pesquisa do Instituto Interscience indicava que 83% da população apoiava a reforma agrária. Outra pesquisa, do Ibope, revelou que 85% dos entrevistados apoiavam as ocupações de terra, desde que pacíficas (MENDONÇA, 2006).

No entanto, para colocar a reforma agrária na agenda política é preciso muito mais do que apoio da opinião pública (MARTINS, 1997, p.49). O grande problema é o fato de tudo o

que entra no imaginário ser manipulável e, no caso dos sem-terra, essa imagem já está sendo manipulada. A agricultura tem pouco impacto na economia brasileira e os pequenos produtores acabam completamente excluídos da agenda política.

Além das ocupações e marchas, o MST também promove bloqueio de estradas e, em alguns casos, greves de fome.

2.3.1 A organização do MST

Os movimentos sociais passam a ser objeto de estudo das Ciências Sociais a partir dos anos 1970, caracterizados como “novos” e situados na problemática urbana (BERGER, 2003). Há diferentes perspectivas na interpretação de movimentos sociais. Em comum, todas partem das relações estabelecidas pela formação social capitalista, portanto, industrial, o que explica a ênfase na realidade urbana. Para a maioria dos estudiosos, os movimentos sociais inserem-se na perspectiva da luta de classes.

Os paradigmas teórico-metodológicos que vêm embasando a produção contemporânea sobre os movimentos sociais são assim caracterizados: abordagem funcionalista, que analisa os movimentos como disfunções sociais ou desestabilizadores do sistema, ligados à sociologia norte-americana tem influência menor no Brasil; estruturalista, que se divide entre as correntes com ênfase na teoria da ação social, nos processos de institucionalização e na questão da autonomia – nesta abordagem, o movimento social é uma ação do ator coletivo, em oposição a um adversário, não se constituindo necessariamente num conflito de classes; marxista, que compreende as correntes com ênfase nas estruturas e nas práticas sociais, na luta de classes e no processo histórico, pois elas se complementam – tem maior influência no Brasil, principalmente, nos estudos sobre movimentos rurais (GOHN, 1988, *apud* BERGER, 2003, p.87).

Nesse sentido, é possível considerar o MST como movimento social a partir de sua inserção como tema da sociologia rural (anos 1980), quando a ênfase não era a agricultura e sua economia, mas as relações sociais no campo, que, desiguais e acompanhando o desenvolvimento da agricultura capitalista, exigiram um novo tipo de organização, incorporando reivindicações dos movimentos sociais urbanos às antigas lutas sociais do campo.

O MST é considerado por alguns como o mais representativo dos novos movimentos camponeses (PETRAS, 1997, p.274). Os líderes e ativistas da América Latina, que estudam o

sucesso do Movimento, formulam estratégias e modelos de organização baseados na experiência do MST, mas adaptados às suas particularidades nacionais.

O sucesso do MST, na atração e construção do movimento de massa no campo, pode ser compreendido a partir da natureza diversificada de sua ideologia, que consiste em três componentes vitais: o marxismo, a religiosidade popular e as práticas comunitárias. Esses três ingredientes são incorporados à prática e à linguagem política cotidianas. Tais elementos refletem a diversificada procedência de seus membros militantes e apoiadores. Esta é a síntese original que atrai o apoio em massa das classes não-camponesas – entre setores e membros da Igreja, profissionais progressistas, favelados urbanos, bem como setores de pequenos produtores e sindicalistas.

É possível ter uma dimensão da organização do MST analisando sua estrutura. O Movimento, encontrado em 24 estados brasileiros, apenas não tem representação no Amazonas, Acre e Rondônia. Atualmente, é regido por coordenações estaduais que se articulam entre si e por meio da coordenação nacional, que possui representantes de todos os estados onde está presente.

Sua estrutura organizacional se baseia em uma verticalidade iniciada na coordenação nacional e que se estende à direção nacional, coordenações estaduais, direções estaduais, regionais e coordenações de acampamento. De acordo com informação obtida junto à Assessoria de Imprensa, a estrutura do MST⁹ é a seguinte:

TABELA 1
A estrutura do MST

A ESTRUTURA DO MST
<p>Coordenação nacional</p> <p>Coletivo sem presidente, composto de 65 membros oriundos de 21 estados e do Distrito Federal. Traça as linhas gerais do Movimento e tem poder deliberativo.</p>
<p>Direção nacional</p> <p>Coletivo sem presidente, com 15 integrantes. Executa as metas da coordenação nacional.</p>
<p>Coordenações Estaduais</p> <p>Vinte e duas coordenações com até 30 integrantes definem as metas e ocupações de terra.</p>
<p>Direções estaduais</p> <p>Coletivos que reúnem de sete a 16 membros. Desempenham nos estados o papel que a direção nacional exerce no país.</p>
<p>Regionais</p> <p>Com dez membros, é uma divisão administrativa e operacional. Cada estado define o número de regionais. Em São Paulo, há cinco, no Rio Grande do Sul, oito regiões e dois</p>

⁹ A estrutura do MST foi originalmente publicada no jornal Folha de São Paulo e reproduzida por BERGER (2003, p. 98). A assessoria de imprensa do MST, em Brasília, confirmou que a estrutura não mudou.

acampamentos.

Coordenações de acampamento

Formadas por até sete pessoas, que organizam as ocupações. Dividem-se em setores: educação, alimentação, saúde, segurança, produção e negociação em conflitos.
--

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Os coordenadores e os dirigentes nacionais são escolhidos no encontro nacional, que acontece a cada dois anos. A coordenação nacional é a instância operacional máxima da organização, que conta com cerca de 120 membros. O Movimento recebe apoio de organizações não-governamentais e religiosas, do país e do exterior, interessadas em estimular a reforma agrária e a distribuição de renda em países em desenvolvimento. Sua principal fonte de financiamento é a própria base de camponeses já assentados, que contribuem para a continuidade do Movimento.

Por ser um movimento social, o MST não tem registro legal e, portanto, não é obrigado a prestar contas a nenhum órgão de governo, da mesma forma que acontece com outros movimentos sociais ou associação de moradores. A maior instância da organização é o congresso nacional, que acontece a cada cinco anos para ratificação das diretivas.

O MST se articula junto a uma organização internacional de camponeses chamada Via Campesina, da qual também faz parte o Movimento dos Pequenos Produtores (MPA) e agricultores da Europa, Estados Unidos da América (EUA), África, Ásia e Américas. A Via Campesina tem como objetivo organizar os camponeses em todo o mundo. Também está vinculado com outras campanhas nacionais e internacionais, como a Via Campesina Brasil, que reúne alguns dos movimentos sociais brasileiros do campo, e a Campanha contra a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

As estratégias de luta do MST garantem visibilidade na luta por reforma agrária, principal bandeira de luta do Movimento. Alguns episódios marcaram a trajetória dos sem-terra como o massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, que deu origem a uma série de manifestações no mês de abril.

3 O ESTUDO DO AGENDAMENTO DO JORNALISMO PELO MST

3.1 Abril Vermelho: um acontecimento singular

No dia 17 de abril de 1996, a imprensa brasileira registrou um dos episódios mais violentos na história de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O massacre em Eldorado do Carajás foi manchete nos principais meios de comunicação de todo o país e do mundo. A ação resultou na morte de 19 sem-terra, além dos 69 trabalhadores rurais e 12 policiais militares que ficaram feridos. A manifestação reuniu 1,5 mil sem-terra na rodovia PA-150, no Pará, em protesto contra a demora do governo federal em assentar suas famílias.

Naquele conflito, o então governador do Pará, Almir Gabriel, mandou a Polícia Militar (PM) desocupar a estrada no sul do estado. Os policiais militares portavam revólveres e metralhadoras. Na ocasião, o laudo da perícia comprovou que a PM disparou primeiro contra os sem-terra, que reagiram atirando paus e pedras para resgatar dois militantes baleados. O legista Nelson Massini¹⁰, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mostrou que havia evidências de execução de manifestantes por parte da PM:

O perito anotou: esmagamento de crânio, costas abertas, braços quebrados, mutilações. Pelos ferimentos, é possível reconstituir como algumas mortes ocorreram. As vítimas já estavam dominadas, sem condições para se defender ou reagir, desarmadas, quando foram atacadas com “golpes cortantes” (VEJA, 24 abr.1996).

A repercussão do episódio foi motivada pela presença de dois jornalistas que faziam a cobertura jornalística do confronto. Enquanto a polícia disparava contra os manifestantes, um deles, o cinegrafista do SBT Osvaldo Araújo registrava as imagens em sua filmadora. A outra repórter da TV Liberal, Marisa Romão, também testemunhou o conflito e precisou se proteger do tiroteio junto com o colega e os sem-terra num casebre. A força das imagens causou grande impacto na opinião pública. Posteriormente, o registro do confronto foi exibido pela imprensa nacional e internacional o que gerou uma grande comoção.

Os sem-terra reconheceram a contribuição da cobertura jornalística no local. A direção do MST divulgou uma carta¹¹ no dia 22 de abril de 1996 agradecendo “aos companheiros jornalistas e fotógrafos”:

¹⁰ Depoimento registrado em entrevista à revista *Veja*.

¹¹ O documento foi publicado na íntegra como fecho no trabalho de Christa Berger (2003).

Graças à presença e à reação da repórter da TV Liberal, Marisa Romão, e do cinegrafista da TV, Oswaldo Araújo, muitas pessoas foram salvas. Além disso, o testemunho deles se tornou fundamental para nós, já que palavra de sem-terra costuma valer muito pouco diante de autoridades que estão fazendo o que podem para se eximir desta responsabilidade (BERGER, 2003, p. 197).

Apesar da grande repercussão do massacre, o julgamento dos responsáveis pela morte dos sem-terra resultou na absolvição dos acusados. Dos 145 policiais militares que participaram da ação, apenas três foram condenados. Um novo julgamento, realizado no Tribunal de Justiça do Pará em novembro de 2003, manteve as sentenças. O motivo alegado para a absolvição foi a falta de evidências provando a acusação de que os policiais teriam atirado contra os sem-terra. Em 2004, foram julgados recursos relativos à condenação dos dois comandantes da operação que puderam apelar de suas sentenças em liberdade.

O Movimento resolveu protestar diante da impunidade no uso da violência para conter os sem-terra. Logo após o conflito em Eldorado, a Via Campesina Internacional¹² declarou o 17 de abril, como Dia Internacional de Luta Camponesa. Desde então, a data tem sido lembrada com manifestações em todo o Brasil. Em 2006, completaram-se dez anos do massacre de Eldorado do Carajás. Os sem-terra realizaram novos protestos em abril, tais como as marchas e ocupações que já se tornaram parte do calendário de lutas do Movimento desde 1997.

3.2 As manifestações do mês de abril

Na véspera de completar um ano da tragédia no Pará, os sem-terra organizaram a 1ª. Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça Rumo a Brasília, sede do governo federal. A mobilização consistia em acampamentos em beira de estrada e em praças públicas, ocupações de terras e de órgãos governamentais, marchas, saques, jejuns coletivos e declarações públicas que ganharam destaque na mídia.

Quando os sem-terra começaram a marcha, duas mil pessoas partiram de três diferentes pontos do país em direção ao Distrito Federal. A caminhada durou dois meses e

¹² O MST se articula junto à organização internacional de camponeses Via Campesina, da qual também fazem parte o Movimento dos Pequenos Produtores (MPA) e agricultores da Europa, EUA, África, Ásia e Américas. A Via Campesina tem como objetivo organizar os camponeses em todo o mundo. Ele também está vinculado a outras campanhas nacionais e internacionais, como a Via Campesina Brasil, que reúne alguns dos movimentos sociais brasileiros do campo, e a campanha contra a implantação da ALCA.

chegou a Brasília no dia 17 de abril com mais de 30 mil pessoas. Desde então, os protestos em abril vêm se repetindo.

Os arquivos de notícias dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Correio Braziliense* foram consultados para verificar se as manifestações promovidas pelos sem-terra no mês de abril tiveram destaque na mídia. Com base na consulta realizada foi possível verificar as ações do MST registradas no período.

TABELA 2
Resumo com as manifestações do MST em abril

Ano	Local	Ação	Participantes
1997	Brasília	1ª. Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça	30 mil
1998	20 estados e Distrito Federal	Protestos pacíficos, choque com a polícia em São Paulo.	34 mil (MST) 18 mil (PM)
1999	23 estados	Protestos, marchas, vigília em frente ao prédio do Incra e jejum (RS), inauguração do monumento em homenagem aos mortos do massacre de Eldorado dos Carajás	15 mil
2000	Pará e “outros estados brasileiros”	Invasão e depredação da Secretaria de Segurança Pública do Pará, depredações de prédios públicos e invasão de 65 áreas.	3 mil (Pará)
2001	20 estados	Marchas, invasões, concentrações, bloqueios de estradas e atos ecumênicos.	22 mil
2002	20 estados	Acampamentos, passeatas, marchas, protestos, atos públicos, vigílias, atos religiosos, invasões e bloqueio de estradas.	20 mil
2003	-	<i>Campanha Luta contra o Latifúndio</i> , manifestações,	700 (Belém) 3.000 (Recife) 2.500 (RS)

		caminhadas e acampamentos.	2.500 (Maceió) 800 (Belo Horizonte)
2004	4 estados, pelo menos	Mês vermelho (intensificação das invasões)	-
2005	23 estados	<i>Marcha Nacional pela Reforma Agrária</i>	10 mil
2006	13 estados	2006 Vermelho	5 mil

3.2.1 O Abril Vermelho como acontecimento agendado pelo MST

O mês de abril tem significado especial na luta dos sem-terra, não só pela ocorrência do massacre em Eldorado do Carajás, mas porque é nessa época que o Movimento intensifica suas ações. Quando questionada sobre o significado do abril para os sem-terra, a coordenadora nacional do MST Marina dos Santos explicou que esses meses sempre foram, historicamente, os períodos de luta do MST, pois correspondem ao período inicial de colheita e preparo da terra:

[...] Se você vai trabalhar na perspectiva de produção das áreas que a gente quer que se faça a reforma agrária, tem que entrar no início do ano, na grande maioria das regiões do país. Outra coisa está ligada também ao próprio calendário político. Em início de ano, a conjuntura favorece a pressão. [...] É o período em que a máquina estatal vai começar a funcionar e você “bota pressão” para que ela resolva os problemas do povo.

O período favorece a luta dos sem-terra que disputam não somente a desapropriação de terras, mas também recursos para a agricultura. Daí a importância, para o MST, do mês de abril. Nessa época de início de ano, os órgãos do governo ligados ao campo, como o Incra, negociam com os agricultores questões relativas a crédito e financiamento.

Além disso, o dia 17 de abril faz parte do calendário de lutas do Movimento. No ano 2000, durante o IV Congresso Nacional do MST, o documento que definiu as linhas políticas de ação destaca essa informação no último ponto do texto: “12. Preparar desde já, junto com as demais forças sociais e políticas, uma jornada de lutas, prolongada e massiva para o primeiro semestre de cada ano (tendo como referência dia 17 de abril)”¹³.

De acordo com informação do *site* do MST, a cor vermelha na bandeira do Movimento representa o sangue que “corre nas veias e a disposição de lutar pela reforma

¹³ Disponível em www.mst.org.br

agrária e pela transformação da sociedade”. É possível inferir que o Movimento rejeita a expressão “abril vermelho” porque foi a imprensa quem assim denominou as manifestações que ocorrem no início do ano. Nesse caso, a leitura que o Movimento faz da expressão reproduz a perspectiva que o MST tem da mídia. Ela não é vista como um agente da democracia, mas como um inimigo na trincheira a ser combatido.

Essa delicada relação entre os sem-terra e a mídia merece ser estudada para compreender de que forma o Movimento consegue entrar na agenda jornalística a ponto de ganhar destaque todos os anos durante o mês de abril, quando organiza as suas manifestações. Da mesma forma que reivindica esse espaço, o MST se mostra insatisfeito com as expressões e termos usados pela imprensa nas matérias produzidas, como no caso da expressão “abril vermelho”.

Resta saber o que o Movimento tem feito para que seja contemplada a sua percepção da luta pela reforma agrária na abordagem dos jornalistas. Será que os sem-terra estão trabalhando para influenciar o enfoque das notícias sobre o Movimento? Será que esse trabalho tem contribuído para mudar a visão que os jornalistas têm sobre o MST?

As ações do Movimento estão voltadas para o governo a fim de que este atenda à reivindicação por reforma agrária. A luta tem como objetivo solucionar o problema dos sem-terra e quem tem o poder de fazê-lo são os governos. Porém, não são apenas os governantes que estão envolvidos com este tema da agenda política. Por isso, o Movimento promove outras ações para que sua luta não se restrinja a uma questão meramente governamental, mas de interesse público da sociedade.

Uma iniciativa que reforça esta hipótese é a criação do prêmio "Luta Pela Terra", celebrado a cada dois anos desde 1995, e que tem como objetivo resgatar a importância de artistas, intelectuais, políticos, pensadores nacionais e instituições que fortaleceram a luta dos sem-terra. Segundo o Movimento, os premiados são pessoas que sensibilizaram a sociedade brasileira para mudanças sociais, contribuindo para o debate sobre a necessidade de construir um projeto popular para o Brasil. Bernardo Fernandes (1999) explica que:

O MST promove o Prêmio Luta pela Terra, que homenageia pessoas que lutam pela reforma agrária na sociedade e também militantes do MST que se destacam. O Prêmio tem diversas categorias e cada uma leva o nome de um grande lutador social. O Prêmio Josué de Castro contempla os militantes que estão em tarefas técnicas e administrativas (FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. 1999, nota 1, p. 86).

Os jornalistas também são agraciados com essa premiação. Em 2004, na categoria matéria jornalística, o Prêmio foi entregue à revista *Caros Amigos* e à reportagem de TV do jornalista Douglas Magalhães sobre o despejo de sem-terra em Sergipe. Na categoria fotografia, o fotógrafo Sebastião Moreira recebeu a premiação pela foto do bispo beijando os pés do Sem Terra em Presidente Prudente, São Paulo.

Apesar de o Movimento reconhecer o trabalho dos jornalistas, concedendo inclusive o Prêmio Luta pela Terra aos profissionais do jornalismo, em muitos momentos os sem-terra reclamam do trabalho da imprensa. No caso do Abril Vermelho, por exemplo, trata-se de um fenômeno midiático que cada vez mais ganha a atenção dos grandes meios de comunicação, ainda que os sem-terra refutem essa denominação. O Movimento não rejeita mais esse nome conforme a declaração do líder Jaime Amorim, em 2006. Por isso, o abril vermelho merece ser objeto de estudo a fim de melhor compreender como é negociado esse agendamento. Até que ponto a imprensa aceita o agendamento do MST? E em que medida os sem-terra concordam com as leituras que a imprensa faz dos acontecimentos relatados?

Uma das hipóteses aqui lançadas é de que a negociação ocorre na medida em que os sem-terra são procurados pelos jornalistas para atuarem como fontes de informação fidedignas. Por outro lado, existe a intenção por parte dos sem-terra de chamar a atenção da opinião pública através dos meios de comunicação de massa para o tema da reforma agrária. Essa hipótese é reforçada pela organização das manifestações do MST que mostram esse esforço. Dessas duas hipóteses, deduzimos uma terceira: isso ocorre porque o Movimento entende que a imprensa é um dos canais de acesso à sociedade.

As hipóteses acima apresentadas nos levam a concordar que os sem-terra podem ser analisados como promotores de notícias (*news promoters*), denominação criada por Moloch e Lester (1974 *apud* TRAQUINA, 2004, p.20). Durante o Abril Vermelho, os sem-terra organizam grandes marchas reunindo um número expressivo de militantes em locais públicos. Nessa época, também, a mídia reserva um espaço fora do comum para tratar do tema reforma agrária e das questões ligadas à luta no campo. Nesse sentido, as ações promovidas pelo Movimento mostram-se uma estratégia eficiente porque repercutem o tema que é a principal bandeira de luta dos sem-terra. Resta saber qual é o enquadramento das notícias produzidas sobre este evento.

As estratégias de agendamento do MST no Abril Vermelho foram analisadas na perspectiva da Teoria do Agendamento.

3.3 O estudo das estratégias de agendamento dos sem-terra

As estratégias utilizadas pela Assessoria de Imprensa na tentativa de agendar o Abril Vermelho 2006 foram analisadas em profundidade neste estudo. Como os jornalistas do MST realizam seu trabalho diário na assessoria? De que maneira eles organizam sua rotina de trabalho para agendar a mídia? E como a grande imprensa, tão criticada pelo MST, responde a esse trabalho? Se, de fato, há reconhecimento dessa assessoria, com a consulta por informações, da mesma forma que ocorre com outros movimentos sociais? Será que o MST, enquanto promotor de notícias, foi capaz de ‘furar’ o bloqueio dos *gatekeeper* e produzir um enquadramento factual e oficial durante a cobertura do Abril Vermelho? A transformação do MST numa ocorrência previsível pela própria força das manifestações que ocorrem em abril, obrigou os jornalistas a uma busca mais organizada de informações para facilitar a cobertura jornalística? O que favoreceu a abertura de espaço para se ouvir o que o Movimento tem a dizer sobre a sua luta?

A análise do objeto levou em conta dois aspectos importantes: a ação de agendamento do promotor de notícias, no caso a Assessoria de Imprensa do MST, identificando suas estratégias; e como a imprensa respondeu a esse agendamento, através da análise de conteúdo e do enquadramento das matérias publicadas sobre o assunto. A intenção foi verificar se esse agendamento conseguiu superar a imagem pública que associa o Movimento dos Sem Terra à violência. Também buscava responder à questão se o MST consegue colocar o tema da reforma agrária na agenda pública como conquista de justiça social.

Durante uma semana, entre os dias 10 e 17 de abril de 2006, o trabalho da Assessoria de Imprensa do MST foi acompanhado. Os procedimentos observados eram registrados em um diário de bordo e, ao final do dia, as entrevistas pessoais serviram para esclarecer as eventuais dúvidas. Além disso, a assessora de imprensa do MST respondeu a um questionário elaborado com o objetivo de compreender o trabalho da assessoria. No mesmo período, as matérias publicadas nos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* foram analisadas. Os critérios utilizados para selecionar a mostra são descritos a seguir.

3.3.1 Procedimentos metodológicos

a) Observação

De modo geral, as pesquisas no campo do *newsmaking* pressupõem a chamada pesquisa participante¹⁴. Dessa forma, é possível reunir e obter, sistematicamente, as informações e os dados fundamentais sobre as rotinas produtivas. Para isso, foi necessário acompanhar a Assessoria de Imprensa do MST.

O acompanhamento teve como base a abordagem etnometodológica que contribuiu com o estudo do jornalismo na década de 1970. Os acadêmicos, a exemplo dos antropólogos em terras distantes, foram aos locais de produção, permaneceram durante longos períodos de tempo, observaram os membros da comunidade jornalística com o intuito de conhecer profundamente as pessoas.

Segundo Schlesinger (*apud* TRAQUINA, 2004, p. 172), a abordagem etnometodológica, ao contrário de outras abordagens que focam o produto jornalístico, permite uma observação teoricamente mais completa sobre as ideologias e as práticas profissionais dos produtores das notícias, porque pode tornar possível a observação de momentos de crise, os *hot moments* conforme terminologia do antropólogo Claude Lévi-Strauss (1968 *apud* TRAQUINA, *idem*), que podem esclarecer qualquer visão mecânica do processo de produção.

A contribuição dos estudos etnográficos à compreensão do jornalismo possibilitou observar a importância da dimensão transorganizacional no processo de produção das notícias, ou seja, toda a rede informal entre os jornalistas e a conexão cultural decorrente do fato de ser membro de uma comunidade profissional. Também permitiu reconhecer que as rotinas constituem um elemento fundamental aos processos de produção das notícias. A importância das rotinas e das práticas na produção jornalística é um elemento-chave no novo paradigma construtivista que emerge nos anos 1970.

No escritório nacional de Brasília, a partir do acompanhamento da jornalista responsável pela assessoria de imprensa do MST, as tarefas foram registradas em um diário de bordo. Os procedimentos diários da jornalista eram observados, tendo em vista sua atuação na assessoria de imprensa de um movimento social, aspecto que diferencia o trabalho das demais assessorias.

¹⁴ Observação: participante consiste na “técnica pela qual o pesquisador integra-se e participa da vida de um grupo para compreender-lhe o sentido de dentro” (LAVILLE, 1999, p.178).

Analisou-se o trabalho diário da Assessoria de Imprensa do MST a partir dos seguintes aspectos: a) como acontece a seleção dos assuntos e construção das pautas que são distribuídas (é feito na redação, pelos dirigentes, em reuniões conjuntas, pela base etc.); b) produção de *releases* (para rádio, tevê, jornal, internet, outras mídias) – quantidades, linhas de ação, produção de outros materiais gráficos etc.; c) produção de matérias em áudio ou vídeo; d) distribuição do material produzido (fax, correspondência, e-mail, e outros); e) acompanhamento das matérias sobre o Movimento divulgadas na imprensa (escuta de rádio e tevê, clipagem de jornais e revistas, acompanhamento de *sites* etc.) e arquivo desse material (para quem é distribuído, se serve para discussões, para pronta resposta, para pesquisas, para reorientar o Movimento, para conhecer o nível de exposição etc.); f) agendamento de entrevistas (se passivo – aguarda a iniciativa da imprensa; se ativo – oferece fontes para comentar o assunto; se misto – oferece para alguns veículos escolhidos/simpáticos; e quais os critérios para se oferecer); g) existência de veículos para os quais o material não é distribuído e as razões para adotar esse procedimento; h) destino do material produzido e do *clipping* (se existe arquivo histórico organizado, se é armazenado sem critérios ou eliminado etc.).

Ao final de cada jornada de trabalho, a assessora foi questionada sobre eventuais dúvidas a respeito dos procedimentos adotados. As perguntas tinham como objetivo verificar se o trabalho da assessoria como um promotor de notícias interagiu com os valores-notícia da grande imprensa e as rotinas de produção dos colegas de redação. Esses esclarecimentos serviram como subsídio para melhor identificar as estratégias de agendamento utilizadas pelo MST. Além da assessora de imprensa do Movimento, a coordenadora nacional do MST em Brasília, Marina dos Santos, também foi entrevistada depois das manifestações dos dez anos de Eldorado do Carajás.

b) Análise de conteúdo

No mesmo período de observação da assessoria de comunicação, foram recolhidas as matérias publicadas nos jornais selecionados para análise¹⁵.

TABELA 3
Matérias analisadas

Jornal	Data	Página	Título
<i>Folha de São Paulo</i>	12/04	A12	MST retoma onda de invasões para lembrar massacre

¹⁵ Correio Braziliense, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo.

<i>Folha de São Paulo</i>	16/04	Capa	Massacre de Carajás faz vítimas após dez anos
<i>Folha de São Paulo</i>	16/04	A12	Sobreviventes de Carajás carregam seqüelas
<i>Folha de São Paulo</i>	16/04	A12	Assentados não querem saber de novos conflitos
<i>Folha de São Paulo</i>	16/04	A13	Para Igreja, 93% dos crimes no campo não são julgados
<i>Folha de São Paulo</i>	16/04	A13	Condenados, major e coronel declaram inocência no caso
<i>Folha de São Paulo</i>	17/04	Capa	Retrato em preto-e-branco
<i>Folha de São Paulo</i>	17/04	A7	MST promove homenagem aos 19 mortos
<i>Folha de São Paulo</i>	17/04	A7	População do assentamento em Carajás dobrou nos últimos anos
<i>Folha de São Paulo</i>	18/04	Capa	MST faz saques e invasões para lembrar massacre
<i>Folha de São Paulo</i>	18/04	A9	MST lembra massacre com saques e invasões
<i>Folha de São Paulo</i>	18/04	A9	Ministro afirma que MST é “mal compreendido”
<i>Folha de São Paulo</i>	18/04	A9	Sem-terra foge e acusa MST de fazer ameaças
<i>Estadão</i>	13/04	A12	Jornada do MST completa 30 invasões em Pernambuco
<i>Estadão</i>	13/04	A12	No Paraná, assentados ocupam Banco do Brasil
<i>Estadão</i>	13/04	A12	Agricultores fecham estrada por dois dias no PA
<i>Estadão</i>	16/04	A10	MST lembra dez anos de Eldorados dos Carajás com protestos em todo o país
<i>Estadão</i>	16/04	A10	FCH diz que episódio foi “cataclismo” para governo
<i>Estadão</i>	16/04	A10	Coronel da PM garante que tentou evitar confronto
<i>Estadão</i>	17/04	A6	Dez mil lembram dez anos de chacina
<i>Estadão</i>	17/04	A6	Em assentamento, vítimas têm vida precária
<i>Estadão</i>	18/04	Capa	MST fecha estradas, invade e saqueia em nove estados
<i>Estadão</i>	18/04	A4	MST promove saques, invasões e fecha estradas em nove estados
<i>Estadão</i>	18/04	A4	Sem-terra ocupam fazenda da Suzano Celulose
<i>Estadão</i>	18/04	A5	Sem-terra saqueiam comida em PE
<i>Estadão</i>	18/04	A5	No Pontal do Paranapanema, Rainha comanda dez invasões
<i>Estadão</i>	18/04	A5	Para Tarso Genro, Movimento é “social”

<i>Correio Braziliense</i>	13/04	14	MST deflagra ações no Norte e Nordeste
<i>Correio Braziliense</i>	16/04	14	Modelo de fracasso
<i>Correio Braziliense</i>	17/04	10	Protestos marcam dez anos de Eldorado dos Carajás
<i>Correio Braziliense</i>	18/04	Capa	Protestos e Radicalismo
<i>Correio Braziliense</i>	18/4	10	Em nome dos mortos

Na análise de conteúdo, um dos marcos de referência é o contexto dos dados. De acordo com Krippendorff (1990, p. 35-40 *apud* DUARTE *et al.*, 2005, p. 287), não se pode negar as condições que influenciam na construção do discurso. Krippendorff alerta que “é fundamental explicitar o contexto dos dados, que precisa ser delimitado de acordo com as convenções e problemas práticos de cada disciplina” (*idem*). Durante a análise de conteúdo, as unidades de contexto ajudam na interpretação dos dados, uma vez que consideram o todo no qual a mostra está inserida.

Também merecem a atenção do analista de conteúdo os aspectos implícitos na mensagem analisada. A leitura procura evidenciar o sentido que se encontra em segundo plano. Para verificar estes aspectos, as matérias dos jornais foram analisadas quanto ao enquadramento (*frames*), conceito aplicado por Erwing Goffman (1975 *apud* TRAQUINA, 2000, p. 28) que diz respeito à forma como as pessoas organizam a vida cotidiana para compreender e responder às situações sociais.

Quando utilizado no estudo das notícias, o enquadramento “é um dispositivo interpretativo que estabelece os princípios de seleção e os códigos de ênfase” na construção da notícia (*idem*). Como explica Traquina: “Os enquadramentos são quase totalmente implícitos, pois não aparecem ao jornalista ou ao público como construções sociais, mas como atributos naturais das ocorrências que o jornalista se limita a transmitir” (2000, p. 29).

De acordo com Gamson e Modigliani (1989 *apud* TRAQUINA, *idem*), os enquadramentos são transmitidos por cinco dispositivos: as metáforas, os exemplos históricos, as citações curtas (*catchphrases*), as descrições e as imagens (filmes, fotografia, caricaturas). Os autores explicam que, por meio da análise destes dispositivos, é possível verificar a ponte retórica que estabelece um contexto e uma relação entre vários pedaços de informação. Estes aspectos foram estudados em profundidade nas matérias analisadas durante o Abril Vermelho.

Na análise de conteúdo, o conceito de enquadramento representa um avanço importante (LIMA, 2004, p.274) porque envolve o que é omitido e aquilo que ganha destaque nas notícias. Toda informação apresentada pela mídia acaba por ganhar a atenção da audiência. Como explica Venício de Lima:

Enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebidos e torná-los mais salientes no texto da comunicação de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o tema descrito. Enquadramentos, tipicamente, diagnosticam, avaliam e prescrevem (LIMA, 2004, p.274-275).

O enquadramento foi analisado nas matérias veiculadas em três jornais de circulação nacional (*Folha de São Paulo*, *Correio Braziliense* e *O Estado de São Paulo*), publicadas no período entre 10 e 18 de abril. As matérias que compõem a mostra tratam especificamente do Abril Vermelho e do massacre de Eldorado do Carajás. A análise limitou-se às notícias produzidas pelos jornalistas, nesse caso, não foram analisados artigos de opinião, nem editoriais. Os jornalistas que fizeram a cobertura dos dez anos do massacre de Eldorado foram entrevistados e responderam a um questionário.

Através de categorias de análise, identificou-se qual foi o enquadramento dado pelo jornal. As categorias de análise quantitativa consideraram, em princípio, os seguintes critérios: a) quantas vezes aparecem matérias publicadas em páginas ímpares – considerada a mais importante no jornalismo impresso; b) em qual editoria são publicadas as matérias sobre o Abril Vermelho; c) a periodicidade das matérias publicadas, ou seja, se são publicadas matérias diariamente ou não; d) e quantas vezes o MST é capa de jornal, considerado o critério de maior importância na edição do jornal. Os manuais de redação de cada um dos jornais pesquisados foram consultados para esclarecer dúvidas e auxiliar nesta etapa da análise.

As matérias foram analisadas a partir dos seguintes critérios: a) o contexto em que os dados sobre o acontecimento são apresentados; b) o conhecimento que o jornalista tem sobre o assunto, a partir das metáforas utilizadas, dos exemplos históricos; c) como são feitas as descrições e as imagens dos acontecimentos; d) as fontes citadas; e) como são denominados os membros do MST; f) o que se ressalta e o que é omitido; g) se há interpretação dos acontecimentos no corpo da matéria; h) que símbolos organizam o discurso do jornalista.

Cabe salientar que os critérios de análise tinham como objetivo medir a importância e o destaque dado ao MST durante o Abril Vermelho, não pela quantidade de vezes em que foram contabilizadas, mas pelo fato de manterem uma frequência e tornarem, assim, o Abril Vermelho um acontecimento observável aos olhos da mídia. Além disso, a análise considerou o contexto em que as matérias foram produzidas.

c) Jornais analisados

- O Estado de São Paulo

O Estado de S. Paulo é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação. O primeiro registro do *Estado* é de quatro de janeiro de 1875, ainda durante o Império, quando circulava sob o seu nome original - *A Província de S. Paulo*. A nomenclatura atual foi adotada em janeiro de 1890.

O jornal acompanhou o processo de industrialização do estado de São Paulo e cresceu no mesmo ritmo do desenvolvimento econômico. Outra característica marcante do impresso foi o engajamento político nos principais movimentos vividos na história brasileira. *O Estado* foi o primeiro grande jornal engajado no ideário republicano e abolicionista. No início de 1888, meses antes da proclamação da República, teve Euclides da Cunha, então um jovem redator republicano expulso do Exército, entre seus colaboradores. O compromisso com o ideal republicano levou, em 1902, Júlio Mesquita e Cerqueira César, redatores e fundadores do jornal, a liderarem a 1ª dissidência republicana, iniciando uma linha de oposição sistemática aos governos estadual e federal.

Em 1924, logo após a Revolução que ocupou a cidade de São Paulo por 23 dias, Júlio Mesquita foi preso a mando do governo federal porque manteve contato com os revolucionários. Em 1926 *O Estado* apoiou a fundação em São Paulo do Partido Democrático, de oposição ao PRP, então detentor do governo estadual e federal.

As manifestações públicas em momentos importantes da história brasileira marcaram a trajetória do jornal que, em 1930, apoiou a "Aliança Liberal" e a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, em oposição a Júlio Prestes, o candidato oficial do PRP. Naquele mesmo ano, o *Estado* atingiu a tiragem de 100 mil exemplares. Durante a articulação da Revolução Constitucionalista de 32, o jornal novamente tomou partido, desta vez, reivindicando eleições livres e uma Constituição. Com a derrota dos revolucionários, Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita foram presos.

Em sua página na internet¹⁶, o jornal afirma que editorialmente "sempre manteve sua linha de apoio à democracia representativa e à economia de livre-mercado". Por essa razão, o Estado apoiou a ditadura militar que depôs o presidente João Goulart. Posteriormente, o jornal sentiu os efeitos da ditadura que havia apoiado com a censura. Porém, foi durante esse período de intenso crescimento econômico que o Grupo Estado lançou a *Agência Estado*, em

¹⁶ www.estadao.com.br

1970, e iniciou as atividades do *Estúdio Eldorado*, em 1972. Em 1975, *O Estado de S. Paulo* completou 100 anos de existência.

Na década de 90, a *Agência Estado* passou por novas reformulações que culminaram com novas fusões na década seguinte. Em maio de 2000 ocorreu a fusão dos *sites* da *Agência Estado*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* resultando no portal *Estadao.com.br*, veículo informativo em tempo real. Em janeiro de 2003 o portal *Estadao.com.br* superou a marca de um milhão de visitantes mensais. No ano de 2002, o grupo ampliou sua atuação para o mercado editorial com o lançamento de livros.

- Correio Braziliense

O jornal *Correio Braziliense* faz parte do grupo *Diários Associados* criado por Assis Chateaubriand em 1924, com a aquisição de *O Jornal*. Na década de 30, os *Diários Associados* tornaram-se a primeira rede de comunicação do Brasil. O objetivo era integrar o país através de uma rede de impressos composta pelo *Diário das Tarde* (Belo Horizonte), *Diário de Pernambuco* (Recife), *Monitor Campista* (Rio de Janeiro), *Diário Mercantil* (Juiz de Fora), *Diário do Paraná* (Curitiba), *Jornal de Alagoas* (Maceió), *Estado da Bahia* (Salvador) e *Correio do Ceará* (Fortaleza). O crescimento do grupo levou à criação da Agência de Notícias Meridional e da Rádio Tupi, ampliando a área de atuação para a radiodifusão.

Na década seguinte, os *Diários Associados* marcaram sua trajetória pela participação em campanhas voltadas à saúde, ao transporte e à cultura. Ainda nos anos 1940, Assis Chateaubriand inicia seu projeto para implantar a primeira emissora de televisão da América Latina. Em 18 de setembro de 1950 a TV Tupi entra no ar em São Paulo. Na década de 50, Chateaubriand dá início ao que seria o modelo predominante no mercado da comunicação, com a criação do Condomínio Acionário, inovador para a época, mas que é utilizado até os dias de hoje na gestão empresarial. O sistema inicialmente era formado por 22 integrantes responsáveis pela perenidade dos jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão. Posteriormente, com a morte do seu fundador, a organização reuniu diretores e colaboradores para administrarem o grupo.

Por conta do espírito empreendedor de Chateaubriand, a principal característica na história do *Correio Braziliense* é a inovação tecnológica, com grandes investimentos na modernização do parque gráfico do impresso. Atualmente, o grupo é composto por 12 jornais, sete emissoras de TV, 13 de rádio, três provedores de acesso à Internet, uma produtora de

cinevídeo, uma empresa de informática, uma agência de notícias, uma fundação, um teatro. A organização emprega sete mil profissionais.

- Folha de São Paulo

O jornal Folha de S. Paulo foi fundado em 1960, a partir da fusão dos impressos "Folha da Manhã", "Folha da Tarde" e "Folha da Noite". Entre os momentos mais importantes de sua trajetória destaca-se a criação da seção "Tendências/Debates", em 1976, durante o regime militar. A publicação de artigos de opinião de diversos matizes ideológicos teve papel importante no processo de redemocratização do Brasil.

No início da década de 80, o jornal lançou um documento de circulação interna como a primeira sistematização de um projeto editorial. O texto fixa três metas: informação correta, interpretações competentes e pluralidade de opiniões. Essa tem sido a principal característica do jornal e a linha política desde então. No ano de 1984, é publicado o primeiro Projeto Editorial, que defende um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. No mesmo ano, a Folha implanta o Manual da Redação, editado em livro.

Outro momento importante na trajetória da Folha, foi o pedido em público, em 1991, do impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, que renuncia no ano seguinte. No ano seguinte, o empresário Octavio Frias de Oliveira passa a deter a totalidade do controle acionário da companhia.

O jornal entra na era das fusões em 1996, quando o Universo Online e o Brasil Online, do Grupo Abril, se fundem em nova empresa, o Universo Online S.A.

3.4 A contribuição e importância social da pesquisa

A tese de doutoramento de Christa Berger (1996) apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo pesquisou em profundidade as relações do MST com a imprensa no Rio Grande do Sul. Em *Campos em confronto: a terra e o texto*, Berger buscou captar as interações efetuadas entre o MST, o jornal *Zero Hora* e os agentes que compõem os seus campos a partir do discurso.

No estudo, Berger aborda as políticas de comunicação dos sem-terra e alerta para o fato de que “o Movimento Sem Terra é um dos movimentos sociais que, durante muitos anos, tratou a comunicação como tema secundário, mas vem buscando, atualmente, refleti-la desde a sua perspectiva política e produzir sua política de comunicação” (BERGER, 2003, p.111).

A pesquisa termina com a carta divulgada pelo MST dirigindo-se à imprensa logo após o massacre em Eldorado do Carajás, evento que deu origem às manifestações que ocorrem em abril. Berger termina a pesquisa justamente onde inicia esta dissertação. A carta foi publicada com a ressalva de que “nela está contido” o que a pesquisadora pretendia “compreender e comprovar”. Convém destacar um trecho da referida carta:

O poder no Brasil sempre soube onde os sem-terra andavam, até porque faz tempo que nós, teimosamente, cobramos a realização das promessas de reforma agrária, que só a conta-gotas saem do papel. Mas quando vocês contam e registram esta história é que nós passamos a ser conhecidos pela sociedade (MAURO *apud* BERGER, 2003, p.197).

A grande contribuição do seu estudo para o presente trabalho é a afirmação de que o MST reconhece os valores-notícia, na medida em que acredita que “a questão da terra em si não corresponde ao critério de novidade para ser notícia” (BERGER, 2003, p. 109). Nas palavras da autora:

Se na sociedade contemporânea importa menos o acontecimento do que sua projeção é compreensível que um movimento social necessite projetar-se para existir, justificando-se, assim, que tenha uma política de comunicação e busque estratégias para constar na pauta da mídia (*idem*).

Apesar de reconhecer o esforço do MST para promover notícias, nenhum trabalho analisou com profundidade as práticas da Assessoria de Imprensa do MST. Tampouco se dedicou a pesquisar, em especial, o Abril Vermelho, evento criado pelo Movimento e nomeado pela imprensa. O Abril Vermelho provou que as relações entre os sem-terra e os meios de comunicação merecem ser estudadas sob uma nova perspectiva, que leva em conta a ação do MST para interferir na agenda jornalística.

Grande parte da literatura sobre agendamento consiste em estudos a respeito da relação entre as agendas midiática e pública. Daí a opção por esse método de pesquisa para a análise de caso do Abril Vermelho, uma vez que a investigação do processo de *agenda-setting* procura oferecer uma explicação de como ocorre a mudança na sociedade moderna.

4 A CONSTRUÇÃO DO AGENDAMENTO PELA ASSESSORIA DE IMPRENSA DO MST

4.1 A Assessoria de Imprensa do Movimento

a) Recursos humanos

O MST possui um assessor de imprensa trabalhando nos escritórios de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Os jornalistas trabalham de maneira articulada com o Setor de Comunicação do MST, sob orientação de Judite Stronzake, integrante da coordenação nacional, que atua em São Paulo. Em Brasília, a assessora de imprensa trabalha diretamente com a coordenadora nacional Marina dos Santos, porta-voz do Movimento na capital federal. No Rio de Janeiro, o assessor do Movimento tem a função estratégica de atender a imprensa internacional considerada importante, porque se mostra mais receptiva à causa dos sem-terra. Na avaliação do MST, a imprensa estrangeira aceita melhor as pautas propostas.

Além dos escritórios nacionais, o MST tem um assessor de imprensa nos seguintes estados: Alagoas, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Nos demais, um militante é designado para a função de atendimento à imprensa.

TABELA 4

Assessores de imprensa do MST

Assessor	Estado	Formação
Igor Felipe Santos	São Paulo	Jornalista
Ana Maria	São Paulo	Jornalista
Maria Mello	Brasília	Estudante de Jornalismo
Tâmara Menezes	Rio de Janeiro	Jornalista
Luciana Silvestre	Espírito Santo	Estudante de Jornalismo
Solange Engelmann	Paraná	Jornalista
Raquel Casiragh	Rio Grande do Sul	Jornalista
Daniel Cassol	Rio Grande do Sul	Jornalista
Cassia Bechara	Pernambuco	Não tem formação
Bárbara Barbara	Alagoas	Jornalista

TOTAL DE JORNALISTAS	7
----------------------	---

b) Atividades diárias

Diariamente, a assessoria de imprensa atende aos jornalistas que buscam informações sobre o Movimento. Esse atendimento é descentralizado, isto é, mesmo quando um repórter procura os escritórios nacionais, são repassados os contatos dos assessores regionais. Cada estado tem autonomia para planejar suas ações, porém, eventualmente, os assessores dos estados se reportam às assessorias em São Paulo e Brasília.

Os assessores mantêm contato através de uma lista de discussão na internet, onde circulam materiais que servem como subsídio para o seu trabalho. Além dos atendimentos, a assessoria de imprensa produz *releases* e notas que são distribuídos por *e-mail* para a imprensa. Os assessores costumam avisar os jornalistas por telefone quando encaminham este tipo de material.

c) Estrutura física

Em Brasília, onde foi realizada a pesquisa de campo, a assessoria de imprensa divide a mesma sala com os setores de Educação e de Direitos Humanos do MST. Cada setor conta com uma estação de trabalho que compreende na mesa com computador conectado à internet. Além disso, a assessoria de imprensa tem um aparelho de telefone fixo ligado a uma central. Tanto para fazer ligações, quanto para acessar a internet são necessárias senhas de acesso.

d) Produtos da assessoria de imprensa – comunicação externa

O Setor de Comunicação do Movimento produz materiais que servem como subsídio para a militância. Os assessores de imprensa colaboram, eventualmente, com estes materiais. O resultado dessa produção é descrito a seguir.

- Vozes da Terra:

O programa *Vozes da Terra* é produzido e veiculado na internet. De acordo com informações disponíveis no *website*¹⁷ do MST, o *Vozes da Terra* surgiu em julho de 2000. O objetivo era utilizar o rádio para divulgar “a visão de mundo do Movimento Sem Terra e tratar de temas relacionados à luta pela terra”. A iniciativa foi possível graças a parcerias

¹⁷ Disponível em www.mst.org.br

estabelecidas com a Universidade Católica de Santos (Unisantos) e com o Departamento de Jornalismo da Faculdade da Comunicação e Filosofia da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Os estudantes universitários colaboraram na produção de 20 CDs, totalizando cerca de 80 programas (disponíveis na internet). Desde julho de 2005, são produzidos programas semanais, de três minutos em média, distribuídos pela internet.

- **Jornal Sem Terra:**

O *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* é uma publicação mensal do MST voltada, principalmente, para seus militantes¹⁸. O jornal surgiu antes da fundação oficial do Movimento e, desde então, tem sido utilizado para a formação e informação tanto dos militantes, quanto da sociedade. A tiragem do jornal é de 20 mil exemplares e as assinaturas são comercializadas.

- **Revista Sem Terra:**

A *Revista Sem Terra* é uma publicação bimestral do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A publicação é dirigida aos simpatizantes e amigos do MST. A tiragem é de dez mil exemplares e também é possível fazer assinatura da revista que circula desde 1998.

- **Página na Internet:**

Recentemente, o MST reformulou sua página na internet no endereço eletrônico www.mst.org.br. O *website* conta com os itens *Quem somos* (história do MST), *Biblioteca* (textos sobre o MST), *Mural* (espaço para deixar recados), *Campanhas* (mobilizações do Movimento), *Indicamos* (sites recomendados), *Loja da reforma agrária* (comercializa os produtos do MST – bonés, camisetas etc.), *Fale conosco* (para entrar em contato com o Movimento) e *Últimas do MST* (agência de notícias). Os assessores de imprensa colaboram com a área de notícias. Além disso, em São Paulo é produzido o boletim *MST Informa*, informativo eletrônico semanal.

Todos esses produtos estão disponíveis ao público externo sendo possível a qualquer simpatizante acessar o conteúdo. Os materiais são direcionados aos simpatizantes, não havendo um trabalho específico de divulgação junto à imprensa.

¹⁸ Disponível em www.mst.org.br

e) Produtos da Assessoria – Comunicação Interna

Além do material produzido pelo Setor de Comunicação, a assessoria de imprensa produz materiais próprios que subsidiam o trabalho diário dos assessores.

- *Clipping* eletrônico:

O *clipping* eletrônico é produzido no escritório de Brasília e distribuído aos assessores de imprensa do MST pela lista de discussão do grupo na internet. A assessora de imprensa do MST responsável por esse trabalho afirma que a produção do *clipping* é uma tarefa importante para subsidiar o militante que está numa cidade pequena e não tem acesso aos grandes jornais. Em alguns casos, o material é analisado para avaliar o que responder e que providências devem ser tomadas. Posteriormente, todo esse material é arquivado em meio digital, na memória do computador. Eventualmente, o Movimento consulta o *clipping* quando necessário.

- Termômetro:

Além do *clipping*, diariamente é produzido um documento chamado *Termômetro*. Trata-se de uma análise das notícias do dia. O jornalista responsável por esse documento ajuda a responder as matérias negativas publicadas na imprensa, quando necessário.

f) Formação dos assessores

Os assessores de imprensa do MST participam, eventualmente, de encontros de formação, isto é, as atividades não são organizadas periodicamente. Em novembro de 2005, o MST reuniu seus assessores em um encontro de formação. Participaram tanto os jornalistas que atuam nas assessorias, quanto os militantes que desempenham a atividade de assessor de imprensa nos estados e não têm formação acadêmica. Porém, em 2006, um novo encontro reuniu apenas os jornalistas, em São Paulo, para uma capacitação realizada pela empresa Máquina da Notícia.

Segundo informações obtidas no *site* da empresa¹⁹, o Grupo Máquina é composto por quatro empresas e uma editora coligada, que oferecem um Plano de Comunicação Integrado (PCI), com assessoria de imprensa, relações públicas, *clipping*, publicações setoriais e *media training*. A empresa tem dez anos de atuação no mercado. Entre os clientes destacam-se

¹⁹ Disponível em www.maquinadanoticia.com.br

grandes empresas como a AmBev, Assolan, Telemar, Ciesp, Vale do Rio Doce, Fundação Abrinq, Petrobras, TAM, Sadia e Roche.

A dona da empresa simpatiza com o MST e colabora com o Setor de Comunicação através da formação. No entanto, a assessora do Movimento acredita que essa capacitação não foi proveitosa porque a empresa concentra seu trabalho em produtos e serviços e o MST é um movimento social. Os assessores adaptaram as informações à realidade do Movimento.

g) Perfil da assessora

A estudante de Jornalismo Maria Mello, 24 anos, veio de São Paulo, onde cursou durante um tempo a Faculdade de Letras, na Pontifícia Universidade Católica (PUC), e depois Comunicação Social na Faculdade Integrada Anhanguera (Fian), onde tinha bolsa de estudos. Atualmente, cursa Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Uniceub, na capital federal. Está no sexto Semestre e cursa algumas disciplinas de outros semestres, inclusive do terceiro.

Além de assessorar o MST, atuou na Assessoria de Imprensa da Prefeitura de São Paulo na administração da prefeita Marta Suplicy²⁰, durante o governo do PT, partido do qual é militante. Quando Marta Suplicy perdeu a eleição, a assessora veio para Brasília, onde trabalhou no Ministério das Cidades. Depois, cobriu a marcha dos sem-terra em maio de 2005. Com as imagens gravadas com a própria filmadora, negociou um programa para o canal da TV Comunitária.

Durante um trabalho como *free-lancer* para a revista *Fórum* conheceu o dirigente do MST, João Paulo Rodrigues. Nessa ocasião foi convidada a atuar na Assessoria do Movimento. Saiu do Ministério das Cidades antes da troca de ministros e assumiu a função de assessora.

Nessa descrição é possível constatar as características básicas do assessor de imprensa do MST: a militância política e a juventude. Os assessores de imprensa não são, necessariamente, egressos do Movimento, mas militantes das causas sociais. Em sua maioria, são jovens, uma vez que a remuneração não é atraente, ficando próxima ao piso salarial dos jornalistas²¹. Entre os assessores do Movimento, apenas a assessora de imprensa do Paraná está diretamente ligada ao MST, pois é filha de assentados.

Para manter contato com os militantes do Movimento, os assessores que ficam nas cidades costumam visitar os acampamentos mais próximos, pelo menos uma vez por mês. No

²⁰ O pai de Maria Mello é o jornalista José Roberto Pereira de Mello, assessor da ex-prefeita de São Paulo.

²¹ Em Brasília, o piso para o jornalista que trabalha em mídia impressa está em R\$ 1.428,80.

início, esse grupo de assessores, que não possui origens dentro do Movimento, enfrentou o preconceito porque foram considerados pessoas de fora. Com o tempo, os sem-terra conheceram melhor os assessores e aceitaram sua presença.

4.2 Estratégias de agendamento

Além de produzir materiais próprios, a assessoria de imprensa trabalha no atendimento e na produção de *releases* para a grande imprensa. Todo esse trabalho é acompanhado através de um documento diário chamado *Noite e Dia*, que circula internamente na lista de discussão dos assessores na internet. O documento registra a agenda (datas comemorativas previstas no período), prioridades da semana (principais atividades previstas), pendências (o que ainda não foi feito), tarefas realizadas (o que foi concluído naquele dia), ações futuras (quando houver) e atendimentos (nome do assessor que fez o atendimento, do veículo e do jornalista atendido, se solicitou entrevista ou informação e qual encaminhamento foi dado).

Com base na análise desse documento e no trabalho acompanhado durante uma semana, é possível afirmar que a assessoria de imprensa tem uma atitude ativa com relação ao agendamento de entrevistas. Os assessores ligam para os jornalistas e oferecem fontes, sugerem temas, como no caso dos dez anos do massacre em Eldorado do Carajás. Na semana acompanhada, a prioridade foi o *Plano de comunicação para os dez anos de Eldorado de Carajás*, que consistia numa série de atividades.

Os assessores conseguiram agendar na imprensa os 10 anos do massacre de Eldorado do Carajás devido ao contato estabelecido com a mídia durante a semana acompanhada²². Se não fosse a assessoria de imprensa, muitos jornalistas nem lembrariam da data. No entanto, a assessora de imprensa do MST acredita que esse não é o caso dos três grandes jornais analisados neste trabalho, pois eles já sabiam e se prepararam para a cobertura. De fato, com base nas matérias publicadas, constata-se a importância que o acontecimento – os dez anos do massacre – tem para a mídia que deu grande destaque à questão de Eldorado em suas notícias.

O trabalho da assessoria de imprensa do MST é semelhante ao das assessorias tradicionais, em que pese sua militância política dentro do Movimento. Se nas outras organizações o que caracteriza o assessor de imprensa é a atividade remunerada e o zelo pela boa imagem da instituição junto à mídia, no MST os assessores podem ser considerados profissionais. Os jornalistas procuram os assessores para agendar entrevistas e buscar

²² Informação obtida durante entrevista com a assessora de imprensa do MST Maria Mello no dia 20 de abril de 2006.

informações. Como em toda assessoria de imprensa, no Movimento dos Sem Terra, os assessores ficam atentos para corrigir as informações equivocadas ou negativas sobre o Movimento.

Apesar disso, é necessário destacar que o MST compromete o trabalho de agendamento junto à mídia na medida em que não investe na contratação de profissionais experientes. O trabalho exercido pelos jovens assessores de imprensa do Movimento poderia ter maior impacto junto aos meios de comunicação com a coordenação de um jornalista experiente e não apenas com a supervisão de um dirigente do MST, como ocorre atualmente. No entanto, essa observação não exime a responsabilidade social dos jornalistas que cobrem o Movimento de informarem os cidadãos a respeito da luta dos sem-terra por reforma agrária.

Uma das estratégias de agendamento utilizada pela assessoria e que aparece no material analisado é a solicitação de artigos às personalidades socialmente reconhecidas e que apóiam o Movimento. Posteriormente, caberia à assessoria de imprensa negociar com os jornais a publicação destes artigos, solicitados aos seguintes apoiadores: Dalmo Dalari, Fábio Konder Comparato, D. Tomás Balduino, Leonardo Boff, Maísa Mendonça e João Alfredo.

Essa estratégia não teve sucesso porque alguns dos apoiadores não fizeram o artigo, caso do deputado João Alfredo. Em outros casos, os artigos não emplacaram na grande imprensa, como o dos advogados do MST e da representante da ONG Justiça Global, Maísa Mendonça. Muitos apoiadores não foram localizados pela assessoria, entre eles Leonardo Boff. Um dos artigos que teve sucesso foi o do jurista Dalmo Dallari, publicado no *Gazeta Mercantil*. Em compensação, alguns colunistas escreveram a respeito do MST de forma muito positiva, embora não tenham sido solicitados artigos. É o caso do escritor Luis Fernando Veríssimo, que na coluna daquela semana do jornal *O Globo* usou o espaço para falar dos sem-terra, e de Mauro Santayana, no *Jornal do Brasil*.

Outro aspecto interessante que aparece no documento *Noite e Dia* é a preocupação em atender a imprensa internacional. O MST reconhece a força exercida pela mídia estrangeira não só no exterior, mas também no Brasil. Ciente de que estes correspondentes respondem às suas investidas, a Assessoria de Imprensa do Movimento dedica atenção especial a esses jornalistas. No dia 12 de abril, uma das tarefas realizadas foi o contato telefônico com os correspondentes da BBC Brasil, AFP Media Releases, *El Clarin*, CNN, *Le Monde*, Reuters, Bloomberg, Associated Press, agência EFE e IPS Media.

Durante o período analisado, 37 jornalistas de jornal, rádio, televisão e portais entraram em contato com a assessoria de imprensa solicitando informações sobre Eldorado. No dia 11 de abril, a assessoria entrou em contato por telefone com os principais jornais

brasileiros para fornecer informações sobre as atividades do MST em torno de Eldorado do Carajás. Foram procurados os seguintes impressos e jornalistas: *Folha de São Paulo* (Eduardo Scolese), *O Estado de São Paulo* (Roldão Arruda), *O Globo* (Evando Éboli), *Correio Braziliense* (Ulisses Campbell) e *Jornal do Brasil* (Ugo Marques). Também foi procurada a Rádio CBN.

A assessoria forneceu, ainda, os contatos no Pará para os jornalistas Roldão Arruda, do jornal *O Estado de São Paulo*, e Eduardo Scolese, da *Folha de São Paulo*, que viajaram para Eldorado a fim de cobrir os dez anos do massacre. Os dois jornalistas e Ulisses Campbell²³, do *Correio*, responderam a um questionário para a realização dessa pesquisa. Ambos afirmaram que procuram a assessoria de imprensa do MST. Arruda diz que o faz eventualmente, nos escritórios de Brasília, São Paulo e outros estados. Por sua vez, Scolese informou que consulta frequentemente a assessoria nos escritórios de Brasília e São Paulo. Com base na informação dos jornalistas e na observação do trabalho da assessoria é possível inferir que a Assessoria de Imprensa do Movimento é reconhecida como fonte para a produção de notícias.

No dia 17 de abril, a assessoria de imprensa intensificou o contato telefônico com a imprensa oferecendo entrevistas com lideranças do MST. A estratégia funcionou com os seguintes meios de comunicação: rádio CBN, Folha On Line e revista *Carta Capital*. Nos portais IG e Terra, a investida dos assessores não resultou na produção de notícias a respeito das atividades dos dez anos de Eldorado.

4.3 A produção dos *releases* para a grande imprensa

No período analisado, a assessoria de imprensa produziu sete notas para imprensa, sendo uma delas assinada pela coordenação nacional, e quatro *releases* produzidos e assinados pela assessoria. A seleção dos assuntos para a produção de *releases* é definida conjuntamente por assessores, dirigentes e militantes. No período observado, o tema dominante foi os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás.

²³ Ulisses Campbell não viajou para Eldorado dos Carajás e cobriu a manifestação de Brasília.

TABELA 5
Notas distribuídas pela Assessoria de Imprensa do MST

Data	Título	Categoria
11/04	Acampamento pedagógico relembra dez anos do Massacre de Carajás	<i>Release</i>
12/04	Nota do MST	Nota
12/04	Massacre de Carajás, um exemplo da impunidade no Brasil	<i>Release</i>
14/04	MST relembra impunidade de Carajás na capital federal	<i>Release</i>
14/04	Entidades condenam impunidade em massacre de Carajás	Coletiva de imprensa
17/04	Eldorado de Carajás, até quando?	Nota oficial
18/04	Nota de repúdio às denúncias contra o MST no RS	Nota

O material é distribuído para os jornalistas por *e-mail*. No período acompanhado, também foram produzidos programas de rádio e um documentário, ambos sobre o massacre de Eldorado do Carajás. O acontecimento marcou a dinâmica de trabalho nos dias da pesquisa de campo caracterizada pela produção de *releases* e materiais para subsidiar a imprensa. Para verificar a estratégia de agendamento a partir da produção de *releases*, o material foi analisado tendo como referência os valores-notícia (WOLF, 1995).

Os valores-notícia estão relacionados aos critérios substantivos, que dizem respeito à importância e ao interesse. A importância considera o grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas no acontecimento noticiável, o impacto sobre a nação e o interesse nacional, a quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento e a relevância e significatividade quanto à evolução futura de determinada situação (WOLF, 1995). “São interessantes as notícias que procuram dar uma interpretação de um acontecimento baseado no aspecto do ‘interesse humano’, do ponto de vista do insólito, das pequenas curiosidades que atraem a atenção” (*idem*, p.184).

Os critérios relativos ao produto têm a ver com a ideologia da notícia, segundo a qual são noticiáveis, em primeiro lugar, os acontecimentos que constituem e representam uma infração, um desvio, uma ruptura do uso normal das coisas. Nesse caso, constitui notícia aquilo que altera a rotina, as aparências normais. “Esclarece-o eficazmente um dos ditos jornalísticos mais difundidos: ‘bad news is good news’” (WOLF, 1995, p.185).

Quanto aos critérios relativos ao meio de comunicação, enquanto para a televisão um bom material visual rende notícias, para o jornal é necessário um texto verbal atrativo. Já os critérios relativos à concorrência reforçam o laço comum nas coberturas jornalísticas. Tais critérios desencorajam inovações na seleção das notícias e contribuem para a semelhança nas coberturas informativas entre noticiários ou jornais concorrentes (*idem*, p.192).

Os valores-notícia observados nos *releases* produzidos pela Assessoria de Imprensa do MST reforçam construções sociais comuns tais como a noção de que o massacre de Eldorado do Carajás foi um episódio violento na história brasileira. Dessa forma, os jornalistas do Movimento condenaram a impunidade dos acusados na morte dos militantes sem-terra.

Além disso, os valores-notícia destacaram aspectos muito valorizados pelos jornalistas na construção de notícias, tais como a importância da data (aniversário de dez anos do massacre) e das pessoas envolvidas no acontecimento (no caso da convocação para coletiva destacando a presença de personalidades). A mesma importância não foi observada quando os *releases* mencionaram a situação dos sobreviventes. Possivelmente, porque os assessores sabem que os jornalistas valorizam a presença de personalidades em eventos agendados. Essa constatação é reforçada na estratégia de solicitar artigos sobre os dez anos do massacre a pessoas famosas que apóiam o Movimento.

A assessoria de imprensa não mencionou dois materiais importantes que foram produzidos para subsidiar os jornalistas no período acompanhado. O documentário produzido pelo Setor de Comunicação do MST com o relato dos sobreviventes ao massacre não foi valorizado nos *releases* analisados. Esse material continha um resgate histórico do massacre, bem como depoimentos de mutilados que sobreviveram ao episódio. Mostrava, ainda, a situação do assentamento 17 de Abril, onde estão os sobreviventes. Outro material que não foi mencionado é a série especial do programa Vozes da Terra, disponível na internet com depoimentos dos sobreviventes. Apesar de não produzir *releases* específicos a respeito desses materiais, a assessoria de imprensa recomendou aos jornalistas que buscavam informações sobre Eldorado a consulta aos programas de rádio na página da internet do Movimento. Além disso, no *release* sobre as atividades programadas para Brasília a assessoria menciona o documentário.

a) Critérios relativos ao produto

No dia 11 de abril, o *release* distribuído sob o título *Acampamento pedagógico Relembra dez anos do Massacre de Carajás* destacava as atividades previstas para serem

realizadas no Pará, estado onde ocorreu o massacre. Além de relatar a programação, o texto traz um histórico do episódio.

Nesse trecho, os valores-notícia são a tragédia, a morte, o assassinato dos militantes, a impunidade dos responsáveis, a chacina na luta pela terra, a crueldade dos fatos, a grande repercussão internacional garantida pelas cenas do crime que foram gravadas pela televisão local. Os “mártires” são lembrados, assim como o Dia Internacional de Luta Camponesa, o 17 de abril.

Cabe salientar a notícia como resultado de uma ideologia da informação que privilegia o negativo como valor. “Quanto mais negativo, nas suas conseqüências é um acontecimento, mais probabilidades tem de se transformar em notícia” (GALTUNG – RUGE, 1965 *apud* WOLF, 1995, p.185). A assessoria de imprensa ressaltou elementos negativos como, por exemplo, o assassinato brutal dos sem-terra durante o confronto com a polícia e a impunidade dos culpados.

No dia 12 de abril, a sugestão de pauta enviada para a imprensa traz o seguinte título: *Massacre de Carajás, um exemplo de impunidade no Brasil*. Novamente, a ideologia influencia o valor-notícia da violência associando o massacre a outros exemplos recentes na história brasileira envolvendo o uso de força policial: Carandiru e Candelária. O *release* lembra dos mortos, feridos e mutilados, salientando o espetáculo sangrento como valor. O fato da assessoria do MST relacionar Eldorado com outros momentos violentos da história brasileira valoriza a ideologia da notícia, como explica Mauro Wolf:

[...] naturalmente, um dos princípios fundamentais do jornalismo é que, quanto maior, mais insólito ou mais sangrento é o espetáculo, maior é o valor/notícia. E isso, não porque os jornalistas sejam mais macabros ou menos sensíveis às coisas belas da vida do que as outras pessoas. Isso reflecte apenas o facto inevitável de que os leitores se interessarão por uma história que os impressiona e, pelo contrário, ignorarão uma notícia de rotina (BRUCKER, 1973, *apud* WOLF, 1995, p.186).

No dia 14 de abril, a assessoria de imprensa produziu e distribuiu o *release MST relembra impunidade de Carajás na capital federal*, que relacionava o massacre internacionalmente conhecido a outros episódios – Carandiru e Candelária – marcados pela ação policial violenta. No caso de Eldorado dos Carajás, o massacre tornou-se um episódio conhecido da opinião pública no Brasil e no mundo. As matérias produzidas pela assessoria de imprensa procuraram reforçar a dramaticidade do episódio no conteúdo apresentado aos

jornalistas. Os *releases* acabam complementando as ações do Movimento caracterizadas pela produção de manifestações em locais públicos para chamar a atenção da audiência.

As ações dos sem-terra, em alguns momentos, são associadas à violência por conta da truculência e dos confrontos com a Polícia Militar. Ao trabalhar com valores relacionados à negatividade, a assessoria de imprensa perde a oportunidade de trabalhar o MST sob outro ponto de vista. Resta saber como a imprensa reagiria caso o Movimento tentasse produzir notícias utilizando outra estratégia. Será que os jornalistas teriam interesse em cobrir o MST e a reforma agrária não fossem as ações performáticas dos sem-terra?

Outro aspecto importante, e que merece ser destacado com relação à ideologia da notícia, é o caráter fragmentário da cobertura informativa. Nesse caso, o tempo de duração da estória é menor. A assessoria garante a cobertura do acontecimento, porém, de maneira limitada. O fato de o massacre completar dez anos contribuiu para que a cobertura estivesse associada a um evento em especial, a uma data em particular. Os jornalistas trabalham com acontecimentos factuais e valorizam esse tipo de abordagem. Nesse sentido, a assessoria de imprensa do Movimento mostra que tem senso de oportunidade ao valorizar os dez anos do evento agendado. Prova, ainda, que os assessores reconhecem os mesmos valores-notícia utilizados pelos jornalistas.

A estratégia garante a cobertura jornalística, porém, com o fim das manifestações geradas pelo evento, a imprensa retomou o mesmo ritmo da produção de notícias sobre o MST, observado nos dias que antecederam às manifestações. Ou seja, se no dia 17 de abril, na véspera e logo após, a imprensa registrou muitas notícias sobre o MST, normalmente a periodicidade das matérias é muito menor. Além disso, a produção da Assessoria de Imprensa do MST também foi maior no período observado, como revelaram os assessores.

b) Critérios substantivos

A convocação para coletiva de imprensa enviada aos jornalistas, no dia 14 de abril, destaca um outro valor-notícia que diz respeito à quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento. O título do texto foi *Entidades condenam impunidade em massacre de Carajás*. A nota informava que eram esperadas 20 mil pessoas para o principal ato programado pelo MST, em Eldorado do Carajás, no Pará.

Participaram da coletiva, programada para o dia 17 de abril, os representantes de movimentos sociais e políticos que apóiam o MST. Dessa forma, o Movimento garantiu a cobertura da imprensa, ressaltando o apoio de personalidades conhecidas do público. Os jornalistas costumam medir a importância de um acontecimento de acordo com a presença de

“grandes nomes” (GOLDIN-ELLIOTT, 1979 *apud* WOLF, 1995, p.182). Entre os confirmados para a entrevista estava o líder dos sem terra João Pedro Stédile, o representante da Comissão Pastoral da Terra D. Tomás Balduino, o secretário de Direitos Humanos Paulo Vanucchi e a atriz Dira Paes.

c) Critérios relativos às fontes

As fontes reproduzidas em cada *release* também merecem destaque, visto que no material analisado observou-se a predominância de fontes ligadas ao Movimento, especialmente à coordenação. No dia 12 de abril, a assessoria distribuiu o *release Massacre de Carajás, um exemplo da impunidade no Brasil*, em que aparece como fonte o promotor de justiça responsável pelo caso, que lamenta a impunidade e a mentalidade dos juristas. O advogado do Movimento também é entrevistado e lembra que o processo não foi concluído, tampouco foram condenados os acusados. Os mutilados são mencionados sem ao menos serem ouvidos na nota. A única fonte ouvida é o coordenador nacional do MST no Pará.

Essa reprodução de fontes ligadas à coordenação é uma prática observada também nas entrevistas agendadas pelo MST junto à imprensa. A assessoria procura selecionar as lideranças do Movimento que estão autorizadas a falar sobre determinados assuntos. O uso das mesmas fontes acaba por inaugurar um ciclo em que são ouvidos apenas alguns do sem-terra. Nesse sentido, o Movimento trabalha da mesma forma que outras assessorias de imprensa que selecionam determinadas fontes para o atendimento aos veículos de comunicação. Tais fontes são consideradas preparadas para se manifestarem publicamente a respeito da luta do MST.

4.4 A relação da assessoria de imprensa com os jornalistas

a) Resposta à solicitação de entrevistas

Durante a semana, a Assessoria de Imprensa do MST, em Brasília, recebeu 14 solicitações de entrevistas e de informações sobre os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás. A coordenadora do MST concedeu entrevistas aos seguintes veículos: Rádio Câmara (DF), jornal *A Notícia* (SC), *Correio Braziliense* (DF) e *Jornal do Brasil* (DF). A assessora de imprensa forneceu informações ainda para a TV Telesur (DF) que procurou o Movimento para obter imagens do massacre em Eldorado dos Carajás.

Quando a entrevista é solicitada no escritório de Brasília, a fonte é a coordenadora nacional do MST, Marina dos Santos. Na véspera do dia 17 de abril, durante o fim de semana,

nenhum jornalista procurou a assessora de imprensa do MST em Brasília, solicitando entrevistas. No entanto, havia uma combinação entre a assessora e a coordenadora do Movimento para que o número do celular fornecido fosse o da filha da líder sem-terra. Os assessores de imprensa evitam fornecer o celular particular dos líderes do Movimento diretamente para os jornalistas. Essa é uma prática comum nas assessorias de imprensa para evitar que os jornalistas surpreendam os assessorados com entrevistas que não estejam previamente agendadas.

b) Resposta às matérias publicadas

A assessoria de imprensa do MST encaminhou uma nota ao jornal *Correio Braziliense* no período de observação. Na matéria *Preço do vandalismo*, publicada no dia 9 de abril, e que, portanto, não compõe a mostra analisada, o autor da matéria resgatou uma notícia antiga sobre a prisão de três lideranças dos sem-terra que já estavam soltas há muito tempo.

Depois de contato telefônico com a editora responsável pela editoria onde o texto foi publicado, ficou acertado o direito de resposta a partir da redação de uma nota pelo MST. A resposta foi encaminhada por *e-mail* à editora de opinião do *Correio Braziliense* para ser publicada no espaço destinado às cartas dos leitores na coluna Sr. Redator. Esse procedimento revela desrespeito com a assessoria de imprensa do Movimento, pois o correto seria que a resposta fosse publicada na mesma editoria que gerou o texto com a informação errada. Se o MST contratasse um jornalista mais experiente para exercer a função de assessor de imprensa, possivelmente, a editora não conseguiria contornar a situação da mesma forma.

c) Convocação para coletivas

No período observado, as atividades da Assessoria de Imprensa do MST para os dez anos de Eldorado do Carajás foram divididas entre os assessores do escritório de Brasília e São Paulo, onde se concentraram a maior parte dos atendimentos. A coletiva realizada no dia 17 de abril na “curva do S”, em Eldorado, foi convocada pela assessoria em São Paulo.

A convocação para coletiva de imprensa foi enviada aos jornalistas no dia 13 de abril sob o título *Entidades condenam impunidade em massacre de Carajás*. Participaram da coletiva, programada para o dia 17 de abril, os representantes de movimentos sociais e políticos que apóiam o MST. A atividade estava agendada para ocorrer no local da morte dos sem-terra. A assessoria do Movimento buscou garantir a cobertura da imprensa com a coletiva agendada para ocorrer no mesmo local da manifestação. Entre os confirmados para a entrevista estava o líder dos sem-terra João Pedro Stédile, o representante da Comissão

Pastoral da Terra D. Tomás Balduino, o secretário de Direitos Humanos Paulo Vanucchi e a atriz Dira Paes.

d) Ausência de resposta às solicitações recebidas

O jornal *Coletivo* de Brasília procurou a assessoria de imprensa do MST, em Brasília, no dia 12 de abril, para repercutir a pesquisa CNT Sensus sobre reforma agrária. Inicialmente, a assessoria informou que o Movimento não iria comentar o resultado. No entanto, posteriormente, a assessoria produziu uma nota para comentar os números da pesquisa. Nenhuma liderança concedeu entrevista para comentar o assunto.

O MST opta pelo silêncio quando acredita que a repercussão das declarações das lideranças pode ser desfavorável à luta por reforma agrária. As lideranças não concedem entrevistas para a revista *Veja* e para os veículos do grupo Rede Brasil Sul (RBS). A assessoria de imprensa informou que, mesmo quando o MST atende os jornalistas destes veículos, as informações são distorcidas. Portanto, o Movimento avalia que não é necessário atender aos repórteres destas mídias. No período observado, não foram registradas solicitações de entrevistas por parte destes veículos.

4.5 Linhas Políticas da Assessoria de Imprensa do MST

A Assessora de Imprensa do Movimento forneceu o documento *Linhas Políticas para Assessoria de Imprensa*²⁴ elaborado pelo Setor de Comunicação do MST. A partir da análise das orientações apresentadas no texto e repassadas aos assessores de imprensa do MST foi possível confirmar algumas hipóteses e, principalmente, avaliar o que o Movimento considera positivo e negativo na imprensa.

A apresentação do documento fornece elementos para a análise inicial da relação do MST com a imprensa:

É comum a imprensa tentar esmagar o MST de diversas formas, seja cooptando, dividindo e/ou nos criminalizando. Os meios de comunicação atuam tentando personalizar e individualizar a luta e, ao fazer isso, abrem espaço para cavar uma série de contradições, nos rotulando de organização sem unidade. Somos colocados na grande imprensa como uma organização anti-democrática, clandestina, criminosa: a idéia é desmoralizar o Movimento diante da sociedade. Os conteúdos recorrentes usados contra o MST na imprensa são: “São violentos e autoritários”; “O movimento é arcaico e isolado na esquerda”; “Vários sem-terra têm bens”; “Buscam

²⁴ O documento consta na seção Anexos.

mudança radical e o fim do capitalismo”; “Há bandidos e oportunistas infiltrados”; “Assentados vendem as terras”; “Pregam o atraso na economia agrícola”; “Assentamentos fracassam e voltam a ser grandes fazendas”; “As finanças do MST são caixa-preta”.

Temos a tarefa de fortalecer nossos meios de comunicação e criar uma relação com a sociedade que se aproxima mais de nossa realidade. Ao mesmo tempo, é preciso construir uma permanente blindagem entorno (*sic*) do MST através da assessoria de imprensa. Todos os dirigentes que estiverem com a tarefa de lidar com a imprensa, bem como todos os companheiros do setor de comunicação devem conhecer as linhas políticas práticas do MST na relação com a mídia burguesa (LINHAS..., 2006, p.1).

Esse trecho mostra como o MST se vê retratado pela grande imprensa, chamada de “mídia burguesa”. Com base nessa descrição é possível analisar o enquadramento das matérias selecionadas para a mostra deste trabalho. O Movimento acredita que a imprensa já tem um pré-conceito formado a respeito de sua luta. Mesmo assim, destaca a importância da assessoria para “criar uma relação com a sociedade que se aproxima mais de nossa realidade” (*idem*). Como se vê, para o Movimento, a reprodução dessa visão na grande imprensa é motivo de preocupação.

O zelo com a influência sobre a opinião pública, a partir desses modelos de representação reproduzidos pelos meios de comunicação, deve ser realmente observado. Van Dijk (1993) afirma que as pessoas já possuem um modelo contextual sobre determinados assuntos. Essa opinião formada é reforçada na construção da imagem das minorias quando são abordadas pela mídia. O autor dá exemplos de como o preconceito em relação às minorias se reproduz na sociedade:

[...] no discurso sobre as minorias, tanto na imprensa como nas conversas cotidianas, geralmente os usuários predispostos da linguagem não somente expressam opiniões negativas sobre as minorias, tal como se representam em seus modelos étnicos, como também acrescentarão retificações como, por exemplo, "Não tenho nada contra os negros, (os turcos, os refugiados), mas..." Estas retificações estão desenhadas a fim de evitar que se dê uma má impressão ("É um racista"); “livram a cara” de quem fala (VAN DIJK, 1993, p.146²⁵).

²⁵ [...] en el discurso acerca de las minorias, tanto en la prensa como en las conversaciones cotidianas, generalmente los usuarios predisuestos del lenguaje no solo expresan opiniones negativas acerca de las minorías, tal como se representan en sus modelos de los sucesos étnicos, sino que, además, añadirán rectificaciones como por ejemplo, “No tengo nada contra los negros, (los turcos, los refugiados), pero...” Estas rectificaciones están diseñadas a fin de evitar que se dé una mala impresión (“Es um racista”); “salvan la cara” de quien habla (VAN DIJK, 1993, p.146, tradução livre da autora).

A partir das informações que constam no documento é possível inferir que o MST considera-se vítima dessa construção. Além disso, os sem-terra acreditam que não existem “jornalistas amigos do MST” trabalhando na mídia. Por isso, o Movimento recomenda aos militantes “nunca baixar a guarda”. A expressão utilizada no documento reforça o caráter de disputa que existe entre o Movimento e a imprensa. Embora reconheça a importância de ter estratégias para atender à mídia – a ponto de redigir um material com recomendações para os assessores – o MST vê essa relação na perspectiva de uma disputa em um campo de batalha.

Algumas das recomendações que constam no final do documento deixam claro o papel dos assessores que devem constituir uma barreira de proteção no acesso aos dirigentes. Para cumprir essa função, nunca devem passar o telefone das lideranças, pois isso “inaugura um ciclo de atropelamento” e “torna o Movimento mais vulnerável”. Em geral, as assessorias de imprensa costumam adotar esse procedimento para evitar que os jornalistas surpreendam seus assessorados com entrevistas que não estão previamente agendadas.

É necessário destacar que a tensão registrada na relação da assessoria de imprensa do MST com os jornalistas das redações também é observada quanto se trata de outras assessorias. A disputa entre jornalistas de assessoria e de redação tem sido tema dos debates sobre a regulamentação da profissão. De um lado, estão os defensores da tese de que, independente do local de trabalho, o jornalista continua sendo jornalista. De outro lado, existem aqueles que afirmam que o jornalista de assessoria de imprensa não pode ser considerado jornalista.

Certamente essa discussão tem influência nas relações da assessoria de imprensa do MST com os jornalistas das redações, que muitas vezes desprestigiam o trabalho dos colegas assessores. Os jornalistas alegam que o material de assessoria de imprensa é incompleto porque contém apenas uma visão parcial da realidade. De fato, as assessorias de imprensa trabalham na defesa dos interesses de seu assessorado. É necessário cautela ao utilizar a informação fornecida por assessorias. Porém, os jornalistas não podem utilizar esse argumento para dificultar o acesso à mídia às organizações e aos movimentos sociais.

O MST recomenda aos assessores que façam uma lista de jornalistas com a posição política de cada um: opositores, simpatizantes ou interessados no MST. De acordo com o texto, essa providência facilita muito as divulgações. No entanto, essa medida desconsidera que nem todos os jornalistas costumam se pronunciar publicamente a respeito de suas posições políticas. Com base na *Teoria Organizacional*²⁶ é possível afirmar que o fato de

²⁶ A *Teoria Organizacional* enfatiza o processo de socialização organizacional sublinhando a importância da cultura organizacional, e não da cultura profissional. No seu estudo *Controle social da redação: uma análise*

determinado jornalista trabalhar num veículo de comunicação, em especial, não diz nada sobre suas preferências político-ideológicas.

Para os assessores de imprensa do MST, as preferências político-ideológicas são muito importantes. Como já foi mencionado anteriormente, os jornalistas que atuam na assessoria do Movimento são, antes de tudo, militantes. Nesse sentido, é difícil identificá-los dentro da mesma classe profissional que os jornalistas da imprensa tradicional. Essa situação coloca os assessores ao lado dos sem terra e os opõe aos colegas de profissão, como se cada um estivesse posicionado de um lado da cerca que marca o território entre o jornalismo e a sociedade. Não obstante a preocupação com a ideologia e as preferências partidárias dos colegas de profissão, o documento afirma que é possível aproveitar a falta de informação dos jornalistas da grande imprensa para pautar positivamente o movimento.

Nessas recomendações é perceptível que o movimento tem noção do quanto necessita da imprensa para dar visibilidade a sua luta. John L. Hammond (2004) destaca essa relação de dependência da imprensa enfrentada pelos movimentos sociais:

Construir notícias sobre um movimento e sua pauta é um processo colaborativo, ou melhor dizendo, de interação entre a mídia e o Movimento. A relação dos dois é determinada pelos seus respectivos interesses, que se diferem significativamente. É também altamente assimétrico: os movimentos precisam da mídia muito mais do que a mídia precisa deles. Isso coloca os movimentos em desvantagem quando lutam pela atenção da mídia. Os ativistas do Movimento são parceiros ambivalentes, disputam a cobertura enquanto acusam a “imprensa capitalista” de estar a serviço da burguesia hegemônica, necessariamente distorcendo a cobertura (HAMMOND, John L., 2004, p. 3-4²⁷).

Com base nessa perspectiva e a partir das informações colhidas junto à Assessoria de Imprensa do MST durante o período de observação, é possível concluir que o Movimento tem estratégias próprias para agendar a imprensa. A presença de assessores nos escritórios nacionais e nos estados, a produção de rotinas de assessoria, como o *clipping* eletrônico, o controle do atendimento à imprensa e as linhas políticas são as evidências apresentadas para confirmar essa hipótese.

funcional, Warren Breed insere o jornalista no seu contexto mais imediato, a organização para a qual trabalha (TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004).

²⁷ Constructing the news about a movement and its issue is a process of collaborative, or not so collaborative, interaction between the media and the movement. The relation the two is determined by their respective interests, which differ significantly. It is also highly asymmetric: movements need the media much more than the media need movements. This puts movements at a disadvantage when they struggle for media attention. Movement activists are an ambivalent partner, angling for coverage even as they condemn the « capitalist press » as a servant of bourgeois hegemony, necessarily distorting coverage (HAMMOND, John L., 2004, p. 3-4, tradução livre da autora).

Tal trabalho estratégico tem como objetivo agendar a mídia que influencia a opinião pública. Esse agendamento do público é que vai influenciar a agenda política. Comparato (2001) explica que “no caso específico do MST, a opinião pública tem se revelado um elemento importante para as decisões do governo e também para tomadas de posição de representantes no Legislativo” (*idem*, p.115).

Desse modo, é possível constatar que o MST preocupa-se com a opinião pública. Os assessores de imprensa do Movimento, que também são militantes, trabalham com essa perspectiva para influenciar a opinião do público a partir da agenda jornalística e, conseqüentemente, a agenda política.

Na pesquisa de campo junto à Assessoria de Imprensa do MST em Brasília, foi possível observar as estratégias da assessoria para tentar agendar as ações do Movimento. A resposta da imprensa foi observada na procura por entrevistas no período acompanhado e no material fornecido pela Assessoria do Movimento. Além disso, a partir da análise do enquadramento das notícias publicadas nos jornais selecionados para a mostra é possível refletir sobre o resultado dessa negociação.

5 AS NOTÍCIAS SOBRE O ABRIL VERMELHO

5.1 A preparação para o abril vermelho em 2006

Em 2006, as manifestações promovidas pelo MST, que tradicionalmente, ocorrem no mês de abril foram antecipadas. De acordo com as notícias consultadas nos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Correio Braziliense*, o Movimento anunciou o “2006 Vermelho” na primeira semana de março. A manifestação consistia numa série de ocupações de terras, bloqueios de estradas, marchas e ameaças de greve de fome. O MST aproveitou a 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, realizada em Porto Alegre, para anunciar a série de manifestações.

A conferência foi organizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Paralelamente, acontecia na capital gaúcha o Fórum Terra, Território e Dignidade promovido pelos movimentos sociais e entidades ligadas à luta no campo, tais como o MST, a Via Campesina, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento das Mulheres Camponesas, o Movimento dos Pequenos Agricultores e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

No dia 8 de março – portanto na mesma semana do anúncio oficial do “2006 Vermelho” –, integrantes do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) ocuparam as manchetes da imprensa com a ação promovida no horto florestal da empresa multinacional Aracruz Celulose. Cerca de duas mil mulheres depredaram a fábrica, localizada no município de Barra do Ribeiro, na região metropolitana de Porto Alegre²⁸.

As mulheres distribuíram um comunicado para imprensa no qual explicavam que o protesto tinha como objetivo denunciar “as consequências sociais e ambientais do avanço da invasão do deserto verde criado pela monocultura de eucaliptos”. Afirmavam, ainda, que a área destinada ao reflorestamento com eucaliptos poderia ser usada para a reforma agrária. A ação na fábrica da Aracruz foi planejada, e a imprensa, convidada a acompanhar, garantiu a cobertura jornalística. As imagens registraram a destruição das instalações, que, posteriormente, foi duramente criticada por representantes da empresa, do governo do Estado do Rio Grande do Sul e do governo federal. Apenas Dom Tomás Balduino, presidente da CPT, elogiou as mulheres e considerou a ação “altamente positiva”.

²⁸ As manifestantes chegaram em 37 ônibus à sede da empresa e destruíram 1 milhão de mudas de eucalipto e um laboratório de melhoramento genético.

Posteriormente, a imprensa repercutiu a opinião dos líderes do MST sobre a ação das mulheres na Aracruz, ainda que o MMC²⁹ – responsável pela ação na Aracruz – não tenha relação direta com o MST. O principal líder do Movimento dos Sem Terra, João Pedro Stédile, manifestou publicamente seu apoio às mulheres que destruíram a Aracruz e acabou processado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul.

A agitação no campo promovida no “2006 Vermelho”, associada à 2ª Conferência Internacional da FAO sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural e a ação das mulheres na Aracruz, resultou na publicação quase diária de notícias sobre a reforma agrária, os movimentos sociais do campo e suas reivindicações. A estratégia utilizada pelo MST ao antecipar suas ações mostrou-se apropriada para o contexto.

Mais uma vez, o MST mostrou seu potencial como um dos maiores movimentos sociais do Brasil. Mesmo quando não coordena a ação, como no caso da Aracruz, consegue repercutir o assunto e se torna o personagem principal da notícia. Pode-se afirmar que os acontecimentos promovidos pelo MST e transformados em notícias pela imprensa, de certa forma, prepararam a opinião pública durante um mês para as comemorações dos 10 anos do massacre de Eldorado.

Os jornais reservaram espaço também para entrevistas com lideranças do Movimento. O líder do MST em Pernambuco, Jaime Amorim, responsável pelo anúncio do “2006 Vermelho”, foi citado diversas vezes nas matérias publicadas em março. Outra liderança que teve suas palavras reproduzidas nos jornais consultados foi João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional.

Pela sua importância histórica e projeção na mídia, obtida com suas declarações polêmicas, João Pedro Stédile foi a liderança que ocupou mais espaço na cobertura jornalística. Em entrevista publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 12 de março, Stédile falou sobre o ato na Aracruz e comentou a repercussão deste assunto na mídia. A reprodução deste trecho da entrevista justifica-se pela pertinência com o tema aqui proposto:

O MST é apenas um ator dessa disputa. De um lado estamos nós, movimentos sociais, sindicatos, ambientalistas, o povo. De outro lado, os fazendeiros do agronegócio, as multinacionais, o capital internacional e seus puxa-sacos na imprensa (O Estado de São Paulo, 12 de março de 2006, p. A12).

²⁹ O MMC está vinculado à Via Campesina e foi criado em 2004, em Brasília, durante um congresso com a presença de aproximadamente 1.400 pessoas (*Folha de São Paulo*, 09/03/2006)

Cabe destacar que o jornal reproduziu esse trecho sob o título de *Campos Opostos*, reforçando a tensão existente na relação do Movimento com a mídia. Essa parece ser a visão que o Movimento tem da imprensa³⁰ – conforme o documento *Linhas Políticas para Assessoria de Imprensa* – e que a imprensa reproduz nesse trecho da notícia.

As ações promovidas pelo MST no “2006 Vermelho” reforçaram a imagem negativa da luta por reforma agrária. A imprensa deu grande destaque às invasões de propriedade privada e de prédios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Nesse período, o Movimento promoveu 57 invasões em 69 dias, índice maior que o registrado em 2004, considerado o recorde na gestão do presidente Lula.

Os jornais aproveitaram as manifestações para repercutir o resultado da pesquisa Ibope encomendada pela Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A pesquisa revelou que 31% dos entrevistados consideravam o governo federal o principal responsável pelos conflitos fundiários no país. Em seguida, aparecem os sem-terra (16%), os fazendeiros (15%) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (11%).

As matérias produzidas sobre a pesquisa afirmavam, ainda, que 56% dos brasileiros condenavam as ações do MST. Na realidade, o título da matéria é uma distorção involuntária, porque o correto seria afirmar que 56% dos brasileiros entrevistados têm essa opinião. Outros dados destacados pelos jornais informavam que 31% consideravam que as ações do MST traziam mais resultados positivos; 76% acreditavam que as invasões abalavam a democracia, enquanto 16% afirmavam que não; 67% pensavam que o governo não tinha controle em relação às invasões, e 21% afirmavam o contrário. O levantamento foi realizado no período de 16 a 20 de fevereiro, ou seja, antes do mês de março e da intensificação das ações do Movimento.

A repercussão dos resultados da pesquisa encomendada é uma estratégia utilizada por promotores de notícias na tentativa de agendar determinado assunto, como no caso da reforma agrária. Nesse caso, a CNA também agiu como promotor de notícias, ao divulgar a pesquisa no mesmo período em que o MST tentava dar visibilidade à luta por reforma agrária. Dominique Wolton (2004) alerta para o mau uso que a imprensa faz das pesquisas de opinião:

[...] as pesquisas de opinião são consideradas como medidas de opinião, quando na realidade se trata de respostas tendenciosas a perguntas orientadas em uma direção que não é verdadeiramente informacional. Mas como são divulgadas e comentadas por todos os jornalistas, esquece-se sua

³⁰ O livro de Christa Berger sobre a relação do MST com o jornal *Zero Hora* também reforça essa impressão, pois apresenta o título *Campos em confronto: a terra e o texto* (BERGER, 2003).

origem. A informação das pesquisas de opinião sempre precisa ser completada por outros elementos e restituída em relação à encomenda. Mas essa contextualização desaparece logo que os resultados são divulgados ao público. Restam apenas as porcentagens. Esses dados sintéticos, repetidos incessantemente um, dois ou três dias pelas mídias concorrentes, dão a uma mesma pesquisa tanto eco como se fosse uma série de pesquisas (WOLTON, 2004, p. 208-209).

O autor completa sua reflexão sugerindo que as pesquisas deveriam fornecer elementos para que os homens políticos e os cidadãos comuns pudessem compreender melhor a realidade, aumentando sua capacidade crítica. No entanto, os números apresentados à exaustão num curto espaço de tempo servem apenas para confundir a opinião pública. Nesse sentido, pode-se afirmar que a divulgação do resultado da pesquisa em meio aos protestos dos sem-terra não garantiu um debate qualificado sobre a reforma agrária. A pesquisa repercutiu a opinião dos entrevistados a respeito dos conflitos agrários e das estratégias de luta do MST. No entanto, questões tais como a concentração de terras no Brasil não ganharam destaque. Ou seja, não são destacadas as questões de fundo relacionadas à luta por reforma agrária, que poderiam fornecer subsídios para que os cidadãos se informassem melhor sobre o tema.

Com base nos números destacados por cada um dos jornais, é possível refletir sobre o enquadramento em cada uma das notícias publicadas. Enquanto a *Folha de São Paulo* destaca a responsabilidade dos conflitos no campo, o jornal *O Estado de São Paulo* enfatiza o índice expressivo de pessoas que condenam as ações do MST. Cabe salientar que a pesquisa foi divulgada logo após a ação das mulheres na Aracruz, no auge das manifestações do “2006 Vermelho”, quando o MST foi destaque nas manchetes dos principais jornais e esteve relacionado com frequência a protestos associados à transgressão da ordem.

5.2 Construção da amostra

A análise das matérias publicadas sobre o Abril Vermelho no período analisado tinha como objetivo identificar o sentido e o significado dos protestos. Com base nesse levantamento, foi possível responder à questão de como os jornalistas reagem às estratégias de agendamento do MST.

Na mostra selecionada, o jornal *Folha de São Paulo* publicou 10 matérias e três chamadas de capa. As notícias publicadas compreendem o período de 13 a 18 de abril. No mesmo período, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou 13 matérias e uma chamada de

capa, enquanto o *Correio Braziliense* publicou apenas quatro matérias e uma chamada de capa.

TABELA 6
Quantidade de matérias publicadas no período analisado

Jornal	Quantidade de matérias publicadas	Número de Páginas	Quantidade de chamadas de capa	Período
<i>Folha de São Paulo</i>	10	05	03	12/04 a 18/04
<i>O Estado de São Paulo</i>	13	05	01	13/04 a 18/04
<i>Correio Braziliense</i>	04	03	01	13/04 a 18/04
TOTAL	27	13	04	

Cabe destacar que, entre os jornais analisados, o *Correio Braziliense* foi o único que não enviou um repórter a Eldorado do Carajás para cobrir os dez anos do massacre. Este fato repercutiu no baixo número de matérias publicadas no período, ao contrário da *Folha* e do *Estadão*, que não só enviaram repórteres para fazer a cobertura no Pará, como também dedicaram maior número de páginas ao acontecimento.

Considerando que o massacre em Eldorado do Carajás completou dez anos, que dois dos jornais analisados mandaram repórteres especialmente para cobrir o evento e que a assessoria de imprensa do MST realizou um trabalho junto aos jornalistas para agendar este acontecimento, pode-se inferir que, embora o assunto tenha sido pauta na mídia, esse trabalho não resultou em um grande número de matérias publicadas. Os temas mais importantes apresentados pelo Movimento para a cobertura foram a impunidade dos acusados pelas mortes no massacre e a luta por reforma agrária do MST que acabou resultando no trágico assassinato de 19 trabalhadores rurais sem-terra.

Também foram analisadas outras questões relativas ao conteúdo das matérias publicadas para quantificar a importância dada a este acontecimento. A análise verificou quantas vezes as notícias foram publicadas em página ímpar, em qual editoria foram publicadas e se foram publicadas notícias diariamente. A Tabela 7 apresenta os números contabilizados.

TABELA 7
Quantidade de matérias publicadas em página ímpar

Jornal	Quantidade de matérias publicadas em página ímpar	Editoria em que foram publicadas as matérias	Periodicidade das notícias
<i>Folha de São Paulo</i>	03	Brasil	Diária
<i>O Estado de São Paulo</i>	01	Nacional	Diária
<i>Correio Braziliense</i>	00	Brasil	Diária

As notícias publicadas diariamente correspondem ao período de 16 a 18 de abril, pois, antes disso, cada um dos jornais consultados deu uma notícia sobre as manifestações do MST e não manteve a frequência. O critério de página ímpar no jornal impresso está relacionado à importância da matéria. Se ela está localizada na parte superior de uma página ímpar, será vista primeiro do que uma outra publicada na parte inferior de uma página par. Não é por acaso que o espaço publicitário em páginas ímpares custa mais caro que nas páginas pares. O fato de as notícias serem publicadas na editoria *Brasil* e *Nacional* indica que as manifestações do MST são assunto de interesse nacional e, portanto, devem ser publicadas nesta editoria.

O MST foi capa dos jornais analisados em três edições na mostra selecionada para análise. No jornal *Folha de São Paulo*, o Movimento ganhou destaque na primeira página em duas edições, nos dias 16 e 18 de abril. Os jornais *O Estado de São Paulo* e *Correio Braziliense* destacaram as ações do MST na capa da edição de 18 de abril.

TABELA 8
Matérias sobre o Abril Vermelho publicadas na capa do jornal

Jornal	Manchete	Data
<i>Folha de São Paulo</i>	Sobreviventes de Carajás carregam seqüelas (capa)	16/04/06
<i>Folha de São Paulo</i>	MST faz saques e invasões para lembrar massacre (capa)	18/04/06
<i>O Estado de São Paulo</i>	MST fecha estradas, invade e saqueia em nove Estados (capa)	18/04/06
<i>Correio Braziliense</i>	Protestos e radicalismo	18/04/06

Com base na análise dos dados quantitativos da cobertura jornalística sobre o Abril Vermelho, em 2006, é possível inferir que o MST e sua assessoria de imprensa conseguiram

incluir os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás na agenda midiática. O tema foi abordado pela imprensa especialmente nos dias 16, 17 e 18 de abril, período em que as manifestações se intensificaram. Resta saber, agora, qual foi o enquadramento das matérias produzidas. Será que os temas propostos pela Assessoria de Imprensa do MST a partir dos *releases* distribuídos foram contemplados nas notícias publicadas nos jornais analisados?

A pesquisa não seria completa se não examinasse tais aspectos, visto que os estudos na Teoria do Agendamento sob a perspectiva dos promotores de notícias chamam a atenção para o enquadramento. Nelson Traquina (2000) destaca a importância de analisar o enquadramento na construção das notícias:

No quadro teórico de Molotch e Lester, a concorrência entre os promotores da notícia envolve: 1) a definição das ocorrências e/ou das questões que merecem ser constituídas em notícia, e ganham assim o direito de existir enquanto tema de discurso nos assuntos públicos e também o direito de figurar na agenda jornalística; 2) a definição das ocorrências e/ou questões pelo seu enquadramento, isto é, pela forma como serão apresentadas e possivelmente interpretadas pela opinião pública (TRAQUINA, 2000, p. 29).

O estudo dos enquadramentos apresentados pelos jornalistas na construção das notícias permite analisar a seleção, ênfase, omissão e interpretação dos fatos apresentados, bem como a forma de organização dos discursos por meio de símbolos, atendendo aos objetivos desta dissertação. Traquina salienta que “os enquadramentos são quase totalmente implícitos” e são apresentados “como atributos naturais das ocorrências” (*ibidem*).

Assim, por vezes, os promotores de notícias obtêm sucesso no agendamento da mídia sem, no entanto, conseguir incidir sobre o enquadramento desejado. Nesse sentido, cabe ressaltar a estratégia utilizada pelo MST, criando “factóides”, gerando acontecimentos inesperados e surpreendendo com suas ações no espaço público. De acordo com os dados analisados e com base nesta informação, a hipótese aqui lançada é de que essa estratégia tem mostrado sucesso no agendamento, sem necessariamente influenciar o enquadramento.

5.3 Leitura do acontecimento

A análise qualitativa buscou verificar se o enquadramento das matérias produzidas pelos jornalistas foi o mesmo proposto pela Assessoria de Imprensa do MST, partindo do pressuposto de que os assessores e os profissionais da grande imprensa compartilham os

mesmos valores-notícia. Assim como acontece com outras organizações sociais³¹, que conseguem sensibilizar a mídia para as suas causas, a análise considerou as estratégias da assessoria do MST como referência para estudar os enquadramentos das notícias produzidas sobre o Abril Vermelho em 2006. A análise também partiu dos seguintes pressupostos: o MST sabe que a reforma agrária não é um tema novo a ponto de ser notícia com frequência (BERGER, 2003, p.109); e que a pouca cobertura do tema na imprensa está relacionada ao fato de que grande parte dos donos das empresas de comunicação no Brasil tem ligação com os setores que detêm a terra.

Nesse sentido, vale a pena resgatar a reflexão de Dominique Wolton sobre a influência que as relações comerciais da mídia exercem sobre o jornalismo. Em função destas relações, os jornalistas não têm exercido seu papel de “contrapoder” o que reforça a desconfiança da sociedade com o jornalismo (WOLTON, 2005, p.279). Cientes de que o público não ignora que as relações comerciais existentes no jornalismo acabam influenciando a construção das notícias, os jornalistas parecem não estar preocupados com isso, como explica Wolton:

“[...] o público vê diferença entre os discursos e a realidade. Ele é consciente da defasagem entre o discurso de neutralidade e as mil e uma maneiras que as mídias se ligam pelos laços financeiros, presos às múltiplas cangas dos mundos industrial, financeiro e político. Se a história mostra que a informação sempre foi unida ao dinheiro, nunca esses laços foram tão fortes, principalmente em razão do desenvolvimento das diversas indústrias da comunicação, e nunca a informação e a comunicação tiveram um papel tão importante na sociedade. O resultado, pelo menos para o público, é que algo do “contrato de confiança” quebrou, sem que isso deixasse os jornalistas preocupados (WOLTON, 2005, p. 279-280).

Esse parece ser o caso dos sem-terra em relação à mídia. O Movimento não confia na imprensa nem nos jornalistas, embora tenha um trabalho de agendamento junto aos meios de comunicação por meio de sua Assessoria de Imprensa. Na perspectiva de “campos em confronto” (BERGER, 2003), foram construídas as categorias da análise do enquadramento das notícias sobre o Abril Vermelho em 2006. A análise buscou identificar como são descritos os personagens dessa disputa, o cenário onde se desenvolve essa batalha e as descrições utilizadas para dar significado e sentido a essa luta.

³¹ Pesquisa realizada (Neves Lima, 2003) sobre o trabalho pedagógico da Andi (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) mostrou que a organização conseguiu sensibilizar os jornalistas e mudar quantidade e a qualidade da cobertura sobre os problemas da infância no Brasil (MOTTA, 2004).

a) Como são denominados os integrantes do MST?

O levantamento dos *releases* produzidos pela assessoria de imprensa e das notícias publicadas nos jornais analisados buscou identificar como os integrantes do MST são denominados. A mostra selecionou os termos utilizados para denominar os integrantes do Movimento toda vez em que estes eram mencionados como personagens da notícia.

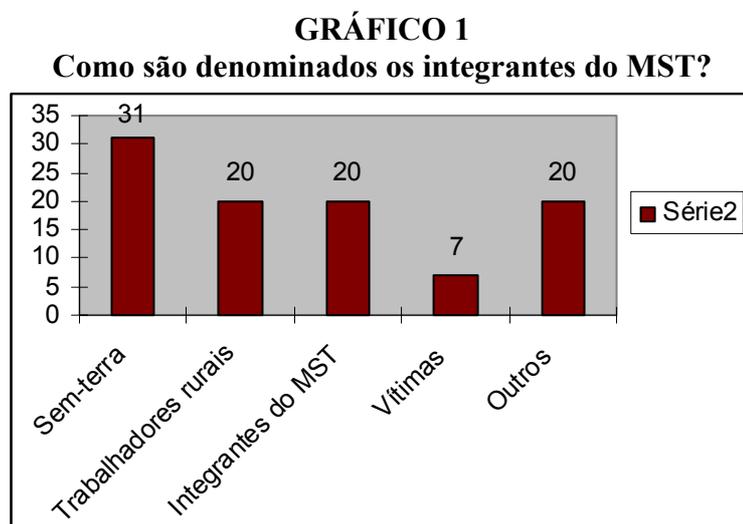
Os termos foram agrupados a fim de verificar a relevância das palavras utilizadas. Desse modo, expressões como “trabalhadores sem-terra” foram agrupadas no grupo sob denominação “sem-terra”. Da mesma forma, palavras empregadas para identificar os trabalhadores do meio rural, tais como “colonos”, também formam o mesmo conjunto sob a denominação “trabalhadores rurais”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, a terminologia usada para denominar os “integrantes do MST” considerou palavras tais como “manifestantes” e “militantes do MST”. A Tabela 11 reúne as palavras identificadas para compor a amostra:

TABELA 09
Como são denominados os integrantes do MST?

<i>Releases</i> assessoria de imprensa MST	Folha de São Paulo	O Estado de São Paulo	Correio Braziliense
Trabalhadores sem-terra, povo sem-terra, camponeses sem-terra.	Sem-terra, militantes sem-terra, trabalhadores sem-terra, trabalhadores rurais sem-terra.	Agricultores, sem-terra, famílias de sem-terra.	Sem-terra.
Militantes, integrantes do MST.	Integrantes do MST, manifestantes.	Integrantes do MST, manifestantes, jovens do MST, militantes, invasores.	Integrantes do MST, manifestantes, militantes do MST.
Trabalhadores rurais, trabalhadores, trabalhadores do campo.	Lavradores, trabalhadores rurais, agricultores do MST.	Trabalhadores, trabalhadores rurais, assentados.	Agricultores, colonos, agricultores mortos, trabalhadores mortos.
Mártires.	Vítimas, feridos, sobreviventes.	Vítimas.	Feridos e mutilados, companheiros.

O levantamento das denominações utilizadas para identificar os integrantes do MST revelou que os três jornais analisados optaram por utilizar com maior frequência o termo “sem-terra”. Em seguida, a tabela mostra que os jornalistas optaram na maioria das vezes

pelas palavras “trabalhadores rurais” e “integrantes do MST”. As expressões “sem-terra”, “trabalhadores rurais” e “integrantes do MST” também foram utilizadas nos *releases* da assessoria de imprensa do MST.



O contexto da produção da notícia influencia a escolha do jornalista, conforme é possível observar em alguns exemplos destacados. O *release* da Assessoria de Imprensa do MST identifica os trabalhadores rurais assassinados como mártires que serão homenageados. Ao destacar a situação dos sobreviventes e dos mortos no massacre de Eldorado do Carajás, os jornais retratam os integrantes do MST como vítimas, feridos, mortos, sobreviventes e mutilados. Cientes de que o Movimento ganhou a simpatia da população por conta do massacre, as notícias retratam os sem-terra como vítimas. O *Estadão* expõe no título da matéria que *Em assentamento, vítimas têm vida precária* (ARRUDA, 17 abr. 2006, p. A6) a situação dos assentados após o massacre. A *Folha de São Paulo* destacou a situação das “vítimas” na capa da edição dominical com a seguinte chamada *Massacre de Carajás faz vítimas após dez anos* (SCOLESE, 16 abr. 2006, p. A1).

O enquadramento observado é o mesmo que a Assessoria de Imprensa do MST tentou agendar na imprensa no dia 14 de abril, com o *release* *MST relembra impunidade de Carajás na capital federal*. A matéria da assessoria informa sobre as ações programadas para Brasília, entre as quais se destaca a exibição do documentário *Eldorado dos Carajás – dez anos depois*, produzido pelo Movimento para contar a situação dos sobreviventes. Os assessores deram ênfase não apenas aos mortos, mas também aos militantes que sobreviveram ao massacre.

A estratégia tinha como objetivo oferecer um novo enquadramento ao episódio, que conquistou as manchetes pela violência e número de mortos. No entanto, as vítimas de

Eldorado superaram os 19 trabalhadores sem-terra assassinados. Foi com a intenção de contar essa história que a assessoria municiou os jornalistas com informações sobre os sobreviventes. Durante o período observado, a assessora de imprensa conversou sobre a situação dos mutilados com os jornalistas que telefonaram em busca de informações sobre Eldorado.

Diante das evidências reunidas, é possível inferir que a Assessoria de Imprensa do MST conseguiu influenciar a forma como os sem-terra são apresentados aos leitores. Além das denominações “sem-terra” e “trabalhadores rurais”, que constam do nome do Movimento, os integrantes do MST são denominados como “manifestantes”, “agricultores”, “integrantes do MST” e “militantes”. Todos esses termos aparecem não somente nos *releases* da assessoria de imprensa, como também nas notícias analisadas.

b) Como os jornalistas vêem o MST?

Os jornalistas divergem sobre a imagem do MST. Alguns reconhecem a luta pela reforma agrária como principal bandeira de luta dos sem-terra e procuram reproduzir essa imagem nas notícias. Os jornalistas têm consciência de que a construção que apresentam do Movimento em suas matérias pode vir a influenciar a opinião pública. Nesse sentido, demonstram grande preocupação em executar suas tarefas com isenção e responsabilidade social. Para isso, recorrem à objetividade estratégica como forma de evitarem as críticas, conforme explica Gaye Tuchmann ao afirmar que “os jornalistas têm de ser capazes de invocar algum conceito de objetividade a fim de trabalhar os fatos relativos à realidade social” (TUCHMANN, 1971, *apud* TRAQUINA, 1999, p. 74). Tuchman afirma que o uso de certos procedimentos preserva o jornalista dos riscos da sua atividade, incluindo as críticas. As técnicas de redação reforçam essa preocupação, pois os manuais recomendam que os jornalistas evitem adjetivos nas matérias.

Apesar de reconhecerem a luta do MST como legítima, os repórteres questionam os métodos utilizados pelos sem-terra. Nesse sentido, recorrem novamente à objetividade estratégica como forma de evitar que sejam emitidos juízos de valor nas matérias produzidas sobre o Movimento. Os jornalistas distinguem as notícias informativas dos artigos de opinião porque sabem que o espaço para manifestar impressões a respeito de determinado assunto encontra-se nos editoriais e colunas de opinião. No relato noticioso cabe apenas a descrição dos fatos. Esta distinção também foi observada por Gaye Tuchmann:

Os jornalistas usam o rótulo de ‘análise’ para colocar uma barreira entre o artigo controverso e os outros artigos das páginas de informação geral. Do mesmo modo que as aspas estabelecem, teoricamente, a distância entre o repórter e a notícia e assinalam que as matérias nelas incluídas podem ser problemáticas, ‘análise’ indica que as matérias que a acompanham nem representam as opiniões de administrações nem são necessariamente ‘verdadeiras’. Estas matérias são a informação do repórter de acordo com a avaliação das suas qualidades e pontos de vista revelados no seu trabalho geral e em análises anteriores (*idem*, p.84).

Para Eduardo Scolese, repórter da *Folha de São Paulo*, o MST luta por uma causa justa. O jornalista questiona alguns métodos do Movimento, tais como o bloqueio de estradas e a queima de fazendas. No entanto, na construção das matérias evita utilizar adjetivos para classificar o Movimento e os sem-terra: “Ao tratar desse tema, procuro fazer um texto enxuto e objetivo, apenas com a informação, sem direito a comentários e adjetivações gratuitas. Afinal de contas, não escrevo colunas nem editoriais”. Na mesma perspectiva, o jornalista Roldão Arruda, de *O Estado de São Paulo*, procura retratar o Movimento como uma organização que arregimenta “pessoas em torno de objetivos políticos, sociais e econômicos”.

A mostra desta pesquisa não é significativa para avaliar todos os jornalistas que cobrem o MST. Porém apresenta indícios de que o jornalismo trabalha com construções sociais, partindo do pressuposto de que a opinião pública compartilha dessas significações. Alguns jornalistas demonstram preocupação com essa responsabilidade e buscam abrigo na objetividade jornalística para orientarem sua produção. A consciência e o compromisso com a responsabilidade social são a garantia para a sociedade de que o jornalismo exerce seu contrapoder.

É importante destacar que a resposta de alguns dos jornalistas reforça uma das teorias a respeito do enquadramento, segundo o qual os enquadramentos aparecem “como atributos naturais das ocorrências que o jornalista se limita a transmitir” (TRAQUINA, 2000, p. 29). Ullisses Campbell, jornalista do *Correio Braziliense*, não tem opinião formada sobre o MST e afirma que não lhe cabe este papel.

O repórter do *Correio* acredita que a imprensa apenas reproduz a imagem que o MST “cultiva no dia-a-dia e que todo mundo já conhece”. Neste caso, a notícia seria um espelho da realidade e o jornalista teria apenas o papel de reproduzi-lo na notícia. No entanto, a forma como os jornalistas apresentam um movimento social nas notícias tem grande influência sobre a opinião pública, conforme enfatiza John Hammond:

Os movimentos se preocupam com a cobertura midiática porque a maioria das pessoas que ainda não participam de um movimento não aprende sobre

ele pela experiência direta. Muitos apoiadores em potencial e, ainda mais importantes que estes, os potenciais simpatizantes entre o público tomam conhecimento dos movimentos e de suas reivindicações principalmente através da mídia. A atitude deles com os movimentos e sua luta, e sua potencial participação, pode ser determinada em grande parte pela apresentação da mídia. Ela não somente fornece informação para eles como também cria para o público o enquadramento no qual eles percebem e talvez assimilem a mensagem do movimento (HAMMOND, 2004, p. 3, tradução livre).

Nesse sentido, o repórter do *Correio Braziliense* parece não ter noção da importância que seu trabalho tem sobre a opinião pública. A afirmação do jornalista de que ele apenas reproduz a imagem que o Movimento “cultiva” e “que todo mundo conhece” reforça essa hipótese. O papel de mediador do jornalista e as potencialidades do jornalismo que “podem se realizar num ambiente de democracia, pluralismo e mercado” (GENTILLI, 2005, p. 142) são menosprezadas pelo repórter. Gentilli (2005) enfatiza a responsabilidade do jornalismo na sociedade democrática:

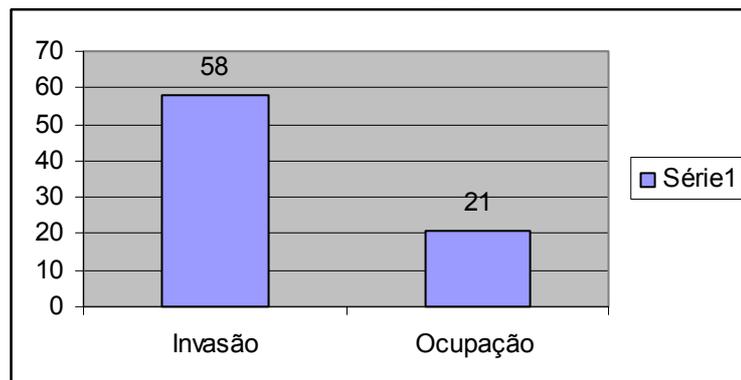
As possibilidades do jornalismo, assim, são diretamente vinculadas à ampliação e alargamento dos direitos de cidadania, ao processo de democratização. Tal processo, por outro lado, pode ter no jornalismo um elemento detonador e estimulador [...] na medida em que os cidadãos se tornam mais exigentes, com mais recursos e mais alternativas, vão impondo novas possibilidades de desempenho para o jornalismo (*idem*, p.146).

As construções sociais apresentadas pela imprensa a respeito do MST podem levar a transformações sociais significativas na sociedade democrática. Para Martins (2000), a grande mudança aconteceria a partir do momento em que a imprensa dissesse “o meu papel social começa na compreensão da gênese dos fatos” e abandonasse o discurso de que “o meu papel social termina com a publicação das notícias”. Este último parece ser o caso do jornalista do *Correio Braziliense*.

c) Invasão ou Ocupação?

Nos jornais analisados, o termo “invasão” e seus derivados foram utilizados em quantidade superior ao termo “ocupação” e suas derivações. O termo “invasões” foi contabilizado 25 vezes nas matérias analisadas, enquanto o termo “ocupações” foi utilizado cinco vezes. No total, as derivações de “invasão” aparecem 58 vezes nos textos produzidos pelos jornalistas. Já os termos derivados de “ocupação” chegam a apenas 21 referências, conforme mostra o próximo gráfico:

GRÁFICO 2
Invasão ou ocupação?



Segundo Christa Berger (2003, p. 132), a escolha entre uma ou outra expressão não ocorre por acaso, pois a cada proposição é atribuído um sentido distinto. A autora faz essa afirmação com base no estudo sobre retórica da manipulação de Maria Aparecida Baccega (1989), no qual a pesquisadora afirma que invadir e ocupar carregam interpretações diferentes para a ação dos sem-terra.

“Invadir carrega semas como ‘tomar aquilo que não nos pertence’; já o lexema ocupar nos indica semas como ‘estar em lugar devoluto’” (BACCEGA, 1989, p. 25, *apud* BERGER, 2003, p. 132). Quando o enunciador opta por invadir, “faz a escolha de um signo que preserva o conceito de propriedade privada” (BERGER, 2003, p. 133). Neste caso, o promotor da ação encontra-se na ilegalidade e o receptor da mensagem pode concluir que uma ação fora da lei está sujeita a uma reação repressora para punir a transgressão que foi cometida.

A ocupação de terras é uma das estratégias de luta do MST, daí a importância de analisar este aspecto na construção das notícias. Esta estratégia é condenada pelos proprietários rurais, que muitas vezes acionam a polícia militar pedindo “a prisão dos ‘invasores’” (BERGAMASCO e CABELLO, 1996, p. 74). A opção pelos termos invasão e ocupação também está relacionada à questão constitucional, sobre os direitos da propriedade privada e da função social da terra, como explicam Sônia Bergamasco e Luis Cabello:

A opção pelo uso do termo “invasão” ou “ocupação” tem na sua raiz um determinante político, jurídico e ético. Enquanto os fazendeiros acusam os sem-terra por “formação de quadrilha”, os sem-terra afirmam que as “ocupações” de espaços vazios, improdutivos ou grilados representam um avanço na democratização do acesso à terra e um combate à sua subutilização. Ao colocar-se contra ou a favor de tal estratégia de pressão política, cada um irá posicionar-se de acordo com sua ideologia, informação e sabedoria política, ou conforme seus interesses. Neste espaço de lutas, é quase impossível a neutralidade (*idem*, p. 77).

O MST prefere o termo ocupação para caracterizar suas ações. Para os sem-terra, a palavra invasão coloca o Movimento na ilegalidade³². Os *releases* produzidos pela assessoria de imprensa procuram reforçar o uso do termo ocupação e seus derivados em referência à ação dos integrantes do MST. Em pelos menos dois *releases* analisados, os assessores utilizaram as palavras ocuparam e ocupavam para denominar as ações do Movimento.

Partindo do pressuposto, já explicitado anteriormente (HAMMOND, 2004), de que o jornalismo fornece elementos para que as pessoas tomem conhecimento dos movimentos sociais, a preocupação dos sem-terra com as denominações usadas na imprensa é pertinente. Nesse sentido, o jornalista estaria cumprindo com sua função social ao fornecer elementos necessários para o aprofundamento democrático de algumas questões, como explica Victor Gentili (2005, p. 146):

Apesar de tudo, o jornal produz diariamente um material imprescindível como instrumento de expressão e de divulgação de direitos para formas individuais e coletivas de ação. Esta informação, concebida como direito de cidadania nas suas formas civil, política e social, potencialmente transforma-se num elemento indispensável para situar o indivíduo na moderna sociedade de massa, através da informação, da notícia e dos serviços prestados pelos meios (GENTILLI, 2005, p.146).

No caso do jornalismo, as matérias analisadas comprovam, pela frequência verificada, que os jornalistas preferem o termo invasão a ocupação. Dessa forma, pode-se concluir que a construção social das matérias nos jornais analisados apresenta a ação do MST como uma transgressão. Eventualmente, as palavras são utilizadas com o mesmo sentido e registradas em número quase igual. Este é o caso do jornal *Correio Braziliense* que utilizou os termos ocupação (11 vezes) e invasão (12 vezes) em quantidades parecidas. Nesse caso, o jornalista usa as duas palavras como sinônimas. Não há indícios nas matérias analisadas de que o repórter faz distinção entre invadir e ocupar.

De acordo com as ocorrências constatadas, é possível inferir que no jornal *Folha de São Paulo* a escolha pelo termo invasão tem a preferência na construção das notícias sobre o MST. O termo e seus derivados foram registrados 13 vezes, enquanto a palavra ocupações apareceu apenas uma vez nas matérias analisadas. No Jornal *O Estado de São Paulo*, foram contabilizadas nove ocorrências do termo ocupações e seus derivados. No mesmo período, invasão e suas derivações foram utilizadas 28 vezes.

³² Uma das construções condenadas pelo MST, e que consta no documento *Linhas Políticas para Assessoria de Imprensa*, é a que diz serem os sem-terra “violentos e autoritários”.

Mesmo quando o termo ocupação é empregado na construção da notícia, o enquadramento não é necessariamente favorável ao MST. No caso de *O Estado de São Paulo*, vale destacar o enquadramento de uma das notícias analisadas no qual o termo ocupação foi utilizado de acordo com o sentido que lhe é atribuído. No texto “Em assentamento, vítimas têm vida precária”, publicado em 17 de abril, o repórter Roldão Arruda utilizou o termo para se referir aos sem-terra assentados que tomavam posse da terra:

Os sem-terra chacinados dez anos atrás faziam parte de um grupo que tinha paralisado a Rodovia PA-150 para exigir do governo a desapropriação da Fazenda Macaxeira, em Eldorado dos Carajás. Era uma luta que já se estendia por seis meses, sem perspectiva de sucesso. Após a chacina, porém, a desapropriação aconteceu em um mês e o grupo de 690 famílias de sem-terra foi levado para a antiga fazenda, ocupando uma área de 190 mil hectares que ganhou o nome de 17 de Abril, em homenagem aos mortos (ARRUDA, 17 abr. 2006, p. A6).

Nas notícias analisadas, os jornalistas enfatizaram o sentido de invasão na construção das notícias. O levantamento quantitativo e a análise do enquadramento de algumas das matérias destacadas reforçam essa constatação. No entanto, em pelo menos duas situações, o termo ocupação foi utilizado dentro do sentido que lhe é atribuído. Em uma notícia sobre a ação do Movimento, a palavra conferiu legitimidade à ação dos sem-terra que ocuparam diversas propriedades nas Regiões Norte e Nordeste, de acordo com matéria do *Correio Braziliense*. Em outro momento, o jornal *O Estado de São Paulo* utilizou ocupação numa referência às famílias que foram assentadas e, portanto, tinham o direito de tomar posse da propriedade.

c) As fontes apresentadas

Nos *releases* produzidos pela Assessoria de Imprensa do MST constam apenas duas citações de fontes utilizadas para reforçar o enquadramento da impunidade no massacre de Eldorado dos Carajás. Os textos da assessoria analisados não apresentam citações, com exceção de um *release*, produzido no dia 12 de abril (*Massacre de Carajás: um exemplo da impunidade no Brasil*). A notícia produzida pela assessoria apresenta duas fontes que não são diretamente ligadas ao MST: o advogado do Movimento no caso de Eldorado e o promotor de Justiça. As citações reforçam a questão da impunidade no caso de Carajás, conforme tabela abaixo:

TABELA 10

Citações reproduzidas nos *releases* da Assessoria de Imprensa do MST

Release	<i>Massacre de Carajás, um exemplo da impunidade no Brasil</i>
Data	12 de abril 2006
Citação 1	“A gente lamenta essa mentalidade de grande parte dos juristas, que acha que a pessoa deve recorrer eternamente, pela chamada presunção de inocência. Esse processo acaba gerando impunidade total e absoluta” (promotor de Justiça, Marco Aurélio Nascimento).
Citação 2	“Se todos os que foram denunciados, desde o coronel Pantoja até o último soldado, tivessem sido condenados, isso por si só seria insuficiente. Outras pessoas tiveram participação decisiva no massacre, como o governador (Almir Gabriel), o comandante geral da Polícia Militar e o secretário de Segurança Pública (Paulo Sette Câmara). Estes sequer foram envolvidos no caso” (advogado Carlos Guedes).

Posteriormente, na análise de conteúdo das matérias publicadas nos jornais selecionados para a mostra, nenhuma destas fontes foi entrevistada. Portanto não foram registradas citações do promotor de Justiça responsável pelo caso, tampouco do advogado do MST que cuida do processo sobre Eldorado do Carajás. Embora a questão da impunidade tenha sido abordada pela mídia, conforme informam os títulos das matérias, as fontes sugeridas pela Assessoria de Imprensa do MST nos *releases* distribuídos não foram aproveitadas nas notícias.

Segundo Nelson Traquina (2000, p. 30), a identificação da fonte da notícia é um elemento essencial para a leitura crítica da informação. O autor afirma que é possível definir o acontecimento e fazer passar a sua interpretação através das fontes que são citadas em uma notícia. A partir desta perspectiva é possível investigar em qual contexto as citações foram reproduzidas e qual foi o enquadramento apresentado.

Nos três jornais analisados, as fontes citadas não necessariamente têm suas falas reproduzidas, conforme foi possível verificar. No *Estadão*, o MST é citado como fonte 12 vezes, porém foram registradas somente cinco citações diretas. Na *Folha*, o MST aparece 15 vezes como fonte da informação, mas com 14 citações. No *Correio*, esse quadro se repetiu, com o MST aparecendo nove vezes como fonte da informação e registrando somente seis citações diretas. Os gráficos abaixo mostram como foi contabilizada a ocorrência das fontes e citações:

GRÁFICO 3
Fontes citadas nas matérias

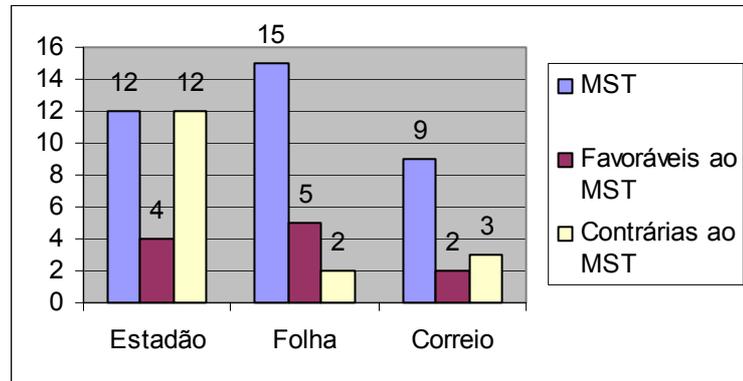
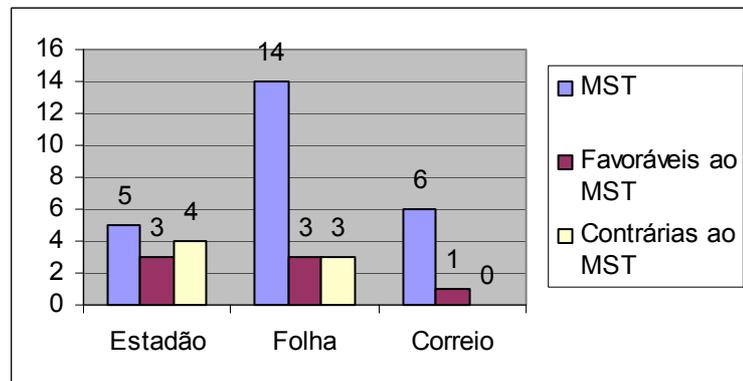


GRÁFICO 4
Citações reproduzidas nas matérias



É possível concluir que o MST conseguiu legitimar-se como fonte de informação nas matérias produzidas nos três jornais analisados. Resta saber quais foram as citações reproduzidas do MST e em qual contexto estas fontes foram citadas. Para verificar essa informação, foram analisadas as fontes citadas e as citações reproduzidas nas matérias veiculadas em cada jornal nos dias 16, 17 e 18 de abril de 2006.

- O MST como fonte:

As matérias analisadas revelaram que os jornalistas procuraram ouvir as fontes ligadas ao MST na construção das notícias. As fontes ouvidas são, geralmente, as lideranças do MST autorizadas a conceder entrevistas para a imprensa. A repercussão das entrevistas com as lideranças está relacionada ao fato de que o MST seleciona fontes preparadas para concederem entrevistas aos jornalistas. O documento *Linhas Políticas para Assessoria de Imprensa* enfatiza essa preocupação, como já foi anteriormente mencionado.

Os líderes do MST foram entrevistados a fim de reforçar o enquadramento negativo a respeito do Movimento. Nesse caso, a citação da fonte favorável ao MST teria como objetivo reforçar construções sociais que associam a luta dos sem terra à violência e à transgressão, o que resultaria no enquadramento negativo em relação ao MST. Na construção das notícias, as citações servem não somente para criticar o governo e dar visibilidade à reivindicação por reforma agrária, como também para justificar atos destacados no contexto da violência e fazer novas ameaças.

TABELA 11
A citação das fontes do MST

Jornal	Matéria	Fonte	Citação	Enquadramento em relação ao MST
<i>O Estado de São Paulo</i>	Sem-terra saqueiam comida em PE	Jaime Amorim, coordenador nacional do MST	“Foi uma recuperação de alimentação, um ato normal dos trabalhadores que estão passando fome”.	Negativo
<i>O Estado de São Paulo</i>	No Pontal do Paranapanema, Rainha comanda dez invasões	José Rainha Júnior, líder do MST	“A cada ano será ocupada uma fazenda a mais”.	Negativo
<i>Correio Braziliense</i>	Protestos marcam dez anos de Eldorado dos Carajás	Gildoberto Costa, coordenador do acampamento do MST	“Matamos mesmo e comemos para ver se a carne era boa”.	Negativo
<i>Correio Braziliense</i>	Em nome dos mortos	Gildoberto Costa, coordenador do acampamento do MST	“Os donos dessas terras têm quase 5% de todo o território nacional. Por isso, queremos que eles deixem a propriedade”.	Negativo

No dia seguinte às manifestações pelos dez anos do massacre em Eldorado do Carajás, as matérias publicadas no jornal *O Estado de São Paulo* destacaram as citações de líderes do

MST: Jaime Amorim, de Pernambuco, e José Rainha Junior, de São Paulo. O líder do MST em Pernambuco, Jaime Amorim, foi citado como fonte para justificar a ação dos sem-terra que haviam saqueado um caminhão com alimentos durante um bloqueio de estrada no interior de Pernambuco.

Os sem-terra agiram dessa forma porque estavam passando fome. O sentido da matéria é destacar a transgressão cometida pelo MST ao saquear comida. Para isso, uma fotografia retrata a ação do Movimento com a seguinte legenda: “comida fácil”. A descrição do saque valoriza a violência por parte dos sem-terra informando que foram utilizadas foices, enxadas e facões para obrigar os motoristas a descerem do caminhão. A comida foi levada para um acampamento de beira de estrada próximo ao local do saque, o que reforça a tese defendida pelo líder do MST de que os integrantes do Movimento estariam passando fome.

O enquadramento negativo para o MST também foi constatado na entrevista com José Rainha Junior, que se manifestou publicamente em tom de ameaça. Rainha comandou dez invasões de propriedades na região do Pontal do Paranapanema. Para cada dez anos do massacre, dez fazendas foram invadidas. Embora não tenham sido registrados confrontos durante a ação dos sem-terra, o proprietário de uma das fazendas ocupadas transferiu o gado da propriedade, com receio de que os militantes do Movimento matassem os animais.

Combater esse tipo de construção social que associa o MST a ações violentas, tais como o abate de animais durante as ocupações de propriedades, é uma das preocupações da Assessoria de Imprensa do Movimento. A preocupação é pertinente porque a associação do Movimento a atos ilegais foi registrada em outros momentos nas matérias analisadas. Durante as ocupações promovidas pelo Movimento, na semana anterior aos dez anos do massacre de Eldorado do Carajás, os jornalistas tiveram bastante subsídio para valorizar a violência nas ações do MST.

Esse foi o caso da cobertura da ocupação da Fazenda Peruano, pertencente à família Mutran, que detém grandes concentrações de terras no Brasil. Esse fato foi pouco destacado pelo *Correio Braziliense*, que preferiu enfatizar a destruição de louças indianas e de um aparelho de televisão de plasma na sede da propriedade. Observa-se aqui a valorização do factóide, pois mesmo diante de um fato concreto – a invasão de um grande latifúndio –, para abordar a questão da concentração de terras no país, o repórter optou por valorizar a violência dos atos do MST. A ação, que tinha como objetivo chamar a atenção para a necessidade de promover a reforma agrária como questão de justiça social, resultou novamente na criminalização do Movimento.

Para completar o enquadramento negativo em relação à luta por reforma agrária, a matéria lembra um exemplo histórico de quando o MST invadiu a mesma fazenda e matou um boi no valor de R\$ 1 milhão. A citação do coordenador do acampamento, Gildoberto Costa, justifica o ato de forma leviana ao informar que os sem-terra mataram o animal para “ver se a carne era boa”. Logo após a realização dos protestos pelos dez anos de Eldorado, o repórter entrevistou novamente o mesmo coordenador do MST. A intenção era desqualificar a manifestação dos sem-terra que ocuparam uma fazenda produtiva.

Desta vez, a ação tinha como o objetivo chamar a atenção para a concentração de terras no Brasil porque a propriedade também pertencia à família Mutran. O coordenador da ação explicou que os donos da fazenda tinham quase 5% de todo o território nacional. O repórter poderia ter checado a informação e confirmado ou não a veracidade do fato. Dessa forma, seria possível saber se a ação do MST tinha sido legítima ou não. Ao verificar esse dado, o jornalista poderia ainda completar a matéria com informações a respeito do elevado número de latifúndios no Brasil, contextualizando a reforma agrária como uma questão de justiça social. No entanto, a matéria valorizou as informações fornecidas pelo administrador da fazenda segundo o qual os sem-terra entraram na propriedade armados com revólveres e espingardas.

As citações das lideranças buscaram apenas reforçar construções negativas a respeito da luta por reforma agrária do MST. A preocupação em reproduzir citações de fontes que garantam credibilidade às notícias acabou influenciando a semelhança nas notícias analisadas. Mauro Wolf (1995, p.200) observa que as fontes não são “igualmente relevantes”, bem como o acesso a elas e aos jornalistas não se dá de maneira igualitária. Wolf analisa as razões pelas quais os jornalistas dão preferência “sistematicamente” para determinadas fontes, enquanto “preterem outras” (*idem*). Os fatores que influenciam nessa seleção são quatro: os incentivos, o poder da fonte, a sua capacidade de fornecer informações credíveis e a proximidade social e geográfica em relação aos jornalistas (GANS, 1979 *apud* WOLF, 1995, p.201). Este último fator é determinante enquanto os demais são complementares, conforme explica Wolf:

[...] A capacidade de fornecer informações credíveis é maior para as instituições, pessoas ou aparelhos que podem programar a sua atividade de modo a satisfazer a necessidade contínua que os *mass media* têm de cobrir, eventualmente, acontecimentos calendarizados anteriormente (portanto, de forma a poderem organizar racionalmente a concessão dos meios e recursos disponíveis) (WOLF, 1995, p.201).

Esse é o caso do Abril Vermelho 2006 e do MST, em especial, que programou as atividades e, através de sua assessoria de imprensa, mobilizou os jornalistas para cobrirem suas manifestações. O resultado dessa cobertura é observado na predominância das fontes favoráveis ao Movimento.

- Fontes favoráveis ao MST:

As fontes favoráveis ao MST também foram citadas em número expressivo. A associação do Movimento ao nome de pessoas conhecidas é uma das estratégias de luta do MST junto à opinião pública. Na convocação para coletiva distribuída pela assessoria de imprensa no dia 16 de abril, a presença de personalidades favoráveis à causa do MST ganhou destaque no *release Entidades condenam impunidade em massacre de Carajás*. Entre os apoiadores estão listados D. Tomas Balduino (da Comissão Pastoral da Terra) e Paulo Vanucchi (ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos). Posteriormente, os dois foram citados como fontes favoráveis ao MST nas matérias analisadas.

O ministro Paulo Vanucchi manifestou publicamente seu apoio ao MST durante as atividades em Eldorado do Carajás. As citações do ministro foram positivas para o Movimento porque reforçaram a tese de que as manifestações organizadas no espaço público ganharam visibilidade através da mídia, a ponto de mobilizarem os atores do espaço político. O ministro dos Direitos Humanos viajou para o Pará e acompanhou o principal ato em comemoração aos dez anos do massacre. Além de Paulo Vanucchi, o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, também manifestou publicamente sua opinião a respeito do MST. O enquadramento da notícia foi positivo para o Movimento porque o ministro não condenou as manifestações do dia 17 de abril.

Não foram apenas os ministros do governo que manifestaram apoio aos sem-terra, como destacam as notícias. Os representantes do Incra também são citados em alguns momentos para tentar amenizar o enquadramento negativo das matérias em relação ao MST. As declarações são positivas para os sem-terra porque tentam legitimar as ações do Movimento na luta por reforma agrária na medida em que as autoridades do governo - responsáveis pela manutenção da ordem - reconhecem a importância social do Movimento. Desse modo, é possível constatar que as fontes do governo são favoráveis ao MST e ajudam a influenciar no enquadramento positivo em relação ao Movimento. Apesar da construção social negativa das notícias, as fontes ligadas ao governo atenuam as críticas e completam o mapa de significações a respeito dos sem-terra e da reforma agrária.

TABELA 12
Fontes do governo favoráveis ao MST

Jornal	Matéria	Fonte	Citação	Enquadramento em relação ao MST
<i>Folha de São Paulo</i>	Ministro afirma que MST é “mal compreendido”	Paulo Vanucchi, ministro da Secretaria Especial e Direitos Humanos	“É um movimento que tem compromisso com as leis e com as regras da democracia. Ele evita o que ocorre, por exemplo, em outros países, como uma guerra civil”.	Positivo
<i>O Estado de São Paulo</i>	Para Tarso, movimento é social	Tarso Genro, ministro das Relações Institucionais	“O MST é um movimento social. Ninguém, nenhum partido, tem controle sobre o MST”.	Positivo
<i>Correio Braziliense</i>	Modelo de fracasso	Raimundo Oliveira, superintendente do Incra	“Eles não tiveram a assistência técnica devida. Na região, temos apenas 11 cooperativas que prestam essa assistência aos colonos. Seria necessário pelos menos três vezes mais para atender a demanda”.	Positivo
<i>O Estado de São Paulo</i>	Agricultores fecham estrada	Ademar Teles, ouvidor do	O ouvidor do Incra, Ademar	Positivo

	por 2 dias no PA	Incra	Teles, que estava no veículos retido negou que tivesse ficado refém dos agricultores.	
--	------------------	-------	---	--

As matérias do jornal *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* reproduzem a opinião dos ministros de Direitos Humanos e das Relações Institucionais a respeito do MST. As declarações são favoráveis ao Movimento porque os ministros procuram legitimar a luta dos sem terra por reforma agrária. A imprensa procurou destacar as fontes do governo favoráveis ao MST devido à relação existente entre o atual governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento que sempre manifestou publicamente apoio a esse partido³³.

Outras fontes do governo manifestaram-se favoravelmente ao MST. Esse é o caso da fonte do Incra entrevistada na matéria a respeito da ação dos sem-terra no Pará (Agricultores fecham estrada por 2 dias em PA). Durante o bloqueio de uma rodovia, os integrantes do MST cercaram um carro do Incra e mantiveram os ocupantes como reféns. A citação do ouvidor do Incra foi positiva para o Movimento, porque o ocupante do veículo negou a informação de que teria sido mantido refém dos sem-terra. O jornalista garantiu credibilidade e objetividade à matéria, conforme explica Gaye Tuchmann (TRAQUINA, 1999), ao apresentar possibilidades conflitantes e confrontar as informações e versões para checar a veracidade dos fatos.

- Fontes contrárias ao MST:

As fontes contrárias ao MST apareceram em menor quantidade e frequência do que as favoráveis. Obviamente, essas fontes não foram citadas nos *releases* do MST, porque uma assessoria de imprensa tem por princípio ser parcial e somente divulgar os pontos de vista favoráveis ao seu assessorado. Nesse aspecto, a Assessoria do MST trabalha da mesma forma que outras assessorias tradicionais. Apesar disso, os *releases* mencionam os policiais condenados pelo massacre de Eldorado do Carajás e que aguardam em liberdade o julgamento dos recursos apresentados (*Massacre de Carajás, um exemplo de impunidade no Brasil*;

³³ O MST conta com representantes no legislativo eleitos pelo PT, como o deputado federal Adão Pretto, do Rio Grande do Sul.

Acampamento Pedagógico relembra dez anos do Massacre de Carajás; MST relembra impunidade de Carajás na capital federal; e Nota oficial: Eldorado de Carajás, até quando?.

O coronel Mário Collares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira são citados nas matérias dos três jornais analisados. Os comandantes da operação que resultou nas mortes do massacre de Eldorado do Carajás alegaram inocência nas entrevistas concedidas. O enquadramento é positivo para o MST porque as entrevistas ajudaram a lembrar que os acusados e condenados pelas mortes de Eldorado continuam em liberdade.

A impunidade, principal tema agendado pela assessoria e pelo Movimento, ganhou destaque. As citações são apresentadas para fazer um contraponto às fontes favoráveis ao MST, respeitando o princípio da pluralidade na perspectiva do jornalismo na sociedade democrática. Outro aspecto importante que merece ser destacado é o reconhecimento do trabalho da Assessoria de Imprensa do MST, que conseguiu influenciar o enquadramento de grande parte das matérias, na medida em que foram reproduzidas mais citações favoráveis ao MST que citações contrárias.

As citações contrárias ao MST também reproduziram os relatos de representantes da União Democrática Ruralista (UDR), entidade que defende os interesses dos proprietários de terras no Brasil. Enquanto a UDR representa os produtores rurais, os sem-terra combatem o latifúndio na luta por reforma agrária. O enquadramento, nesse caso, é negativo em relação ao Movimento devido à luta dos sem terra para denunciar a concentração de terras no Brasil. A oposição entre o MST e a UDR aparece no documento *Linhas Políticas para Assessoria de Imprensa*. Os assessores recebem a seguinte orientação: “O MST não participa de nenhum debate em que esteja presente a UDR. Não sentamos com nossos torturadores” (LINHAS..., 2006).

TABELA 13
Fontes contrárias ao MST

Jornal	Matéria	Fonte	Citação	Enquadramento em relação ao MST
<i>Folha de São Paulo</i>	Condenados, major e coronel declaram inocência no caso	Roberto Lauria, advogado de Pantoja	“O coronel comandava a tropa, mas não atirou em ninguém. Ele [coronel] foi lá	Positivo

			[na PA-150] a mando”.	
<i>O Estado de São Paulo</i>	Coronel da PM garante que tentou evitar confronto	Coronel Pantoja	“Tudo poderia ter sido evitado, eu bem que tentei”.	Positivo
<i>O Estado de São Paulo</i>	Para Tarso, movimento é “social”	Luiz Antonio Nabhan Garcia, presidente da UDR	“O MST está à procura de cadáveres. Como está mal perante a opinião pública, quer fabricar um mártir”.	Negativo
<i>Folha de São Paulo</i>	MST lembra massacre com saques e invasões	Luiz Antonio Nabhan Garcia, presidente da UDR	“Há Justiça no nosso país para decidir sobre o que ocorreu no Pará, mas não se justifica lembrar a data fazendo pressão, invadindo e agindo na ilegalidade”.	Negativo

A *Folha de São Paulo* entrevistou os advogados dos condenados pelo massacre. A notícia informa que a reportagem procurou os comandantes da operação, mas eles recusaram-se a falar com a imprensa. O enquadramento da notícia foi positivo em relação ao MST porque os acusados transferiram a responsabilidade para os políticos que estavam à frente do governo do Estado na época do massacre, em 1996. Esse argumento perpetua a impunidade do caso contestada pelo Movimento nas manifestações do dia 17 de abril. A matéria do *Estadão*, por sua vez, repercutiu a vida do coronel Pantoja, comandante da operação em Eldorado do Carajás, depois da condenação.

As declarações do presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan Garcia, reforçaram a criminalização do MST, pois sugerem que o Movimento procura ações violentas. O presidente da UDR criticou os protestos do Movimento e alegou que as manifestações eram desnecessárias porque o caso de Eldorado deve ser julgado na Justiça. No entanto, os

protestos foram motivados pela impunidade após dez anos do massacre já que nenhum dos condenados está preso. Esta informação foi destacada por todos os jornais analisados.

d) As descrições

Os *releases* produzidos pela Assessoria de Imprensa do MST, no período analisado, descrevem aspectos dos dez anos do massacre de Eldorado dos Carajás. Os três jornais também apresentaram descrições que, quando confrontadas, permitem verificar qual foi o enquadramento predominante: se aquele proposto pela Assessoria do Movimento, ou se os jornalistas optaram por outro enquadramento.

A Assessoria do Movimento produziu dois *releases* que serão utilizados pela riqueza das descrições. Partimos da hipótese de que estas matérias contemplam a descrição que o MST gostaria de ver na grande imprensa. No dia 11 de abril, a assessoria distribuiu o *release Acampamento Pedagógico relembra dez anos do massacre de Carajás*. O texto contém descrições do acampamento pedagógico em Eldorado dos Carajás e das atividades programadas para o dia 17 de abril. O Movimento divulgou, no dia 16 de abril, outro *release* sob o título *Massacre de Carajás, um exemplo de impunidade no Brasil*, com descrições do massacre, da impunidade, do caminho do processo na Justiça e dos sobreviventes.

- O acontecimento agendado

Em 2006, a principal atividade programada pelo MST para lembrar os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás foi o Acampamento Pedagógico montado naquele município, na “curva do S” da rodovia PA-150, local onde foram assassinados os 19 integrantes do Movimento em 1996. As principais atividades foram concentradas no Pará, entre as quais um ato, realizado no dia 17 de abril, com lideranças e simpatizantes do Movimento. A Assessoria de Imprensa do MST divulgou as atividades do Acampamento Pedagógico no *release* distribuído para os jornalistas no dia 11 de abril.

A descrição valoriza as atividades envolvendo os jovens do MST, bem como os momentos lúdicos, muito diferentes do enquadramento geralmente verificado na imprensa sobre o MST. Com base nas descrições do acampamento, que fazem parte da abertura do *release*, pode-se inferir que a assessoria procurou agendar os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás valorizando a ação educativa promovida no acampamento com a juventude do Movimento.

Nas matérias analisadas, as descrições do Acampamento Pedagógico reproduzem o enquadramento proposto pela assessoria de imprensa. Dessa forma, é possível afirmar que o enquadramento foi positivo em relação ao MST. Foram observados elementos que haviam sido destacados no *release* da Assessoria de Imprensa do MST, como a organização de seminários, teatros e oficinas, além dos estudos e protestos. As 19 barracas de lona com o nome dos mortos foram lembradas tanto nos textos da *Folha*, quanto no do *Estadão*. Os jornalistas desses jornais viajaram até Eldorado do Carajás para a cobertura das atividades.

Desse modo, pode-se concluir que a estratégia da Assessoria de Imprensa do MST obteve sucesso. A principal atividade programada para lembrar os dez anos do massacre ganhou destaque na imprensa. Além disso, os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* enviaram repórteres especialmente para cobrir as atividades do Acampamento Pedagógico.

TABELA 14
Descrição do acampamento pedagógico em Eldorado do Carajás

Produtor da notícia	Matéria	Descrição	Enquadramento em relação ao MST
Assessoria de Imprensa do MST	Acampamento pedagógico relembra dez anos do Massacre de Carajás	O acampamento será montado na “curva do S”, trecho da rodovia PA-150, localizado entre os municípios de Curionópolis e Eldorado dos Carajás, onde aconteceu o massacre em 17 de abril de 1996.	Positivo
<i>O Estado de São Paulo</i>	MST lembra dez anos de Eldorado dos Carajás com protestos em todo o país	Um grupo de 200 jovens do MST já está acampado na Curva do S desde o primeiro dia deste mês. Eles estão distribuídos em 19 barracas, cada uma delas com o nome de um dos mortos, e todos os dias, às 17h30, o horário em que a polícia começou a disparar contra os sem-terra, eles interrompem o movimento naquele trecho da rodovia, entre os municípios de	Positivo

		Eldorado dos Carajás e Curionópolis.	
<i>Folha de São Paulo</i>	MST promove homenagens aos mortos	O acampamento do “S” foi montado no primeiro dia de abril. Desde então, todos os dias por volta das 17h45 (horário do confronto), os sem-terra, cerca de 200 jovens de diferentes estados, bloqueiam por 19 minutos a rodovia, ligação de Belém com o sul do Estado.	Positivo
<i>Correio Braziliense</i>	Em nome dos mortos	Para homenagear os mortos no massacre, o MST organizou um acampamento em Eldorado dos Carajás (PA) no exato local onde ocorreu o confronto com a Polícia Militar. Na chamada “Curva do S” da rodovia PA-150, além de barracos de lona preta, há uma exposição de Sebastião Salgado, um dos mais prestigiados fotógrafos brasileiros no exterior. Os sem-terra também fincaram 19 cruzeiros no local onde os legistas do Instituto Médico Legal (IML) amontoaram as vítimas do conflito.	Positivo

O jornal *O Estado de São Paulo* descreveu o acampamento de maneira semelhante à descrição observada no *release* da Assessoria de Imprensa do MST. Interessante observar a construção do texto que descreve a ação dos jovens que “interrompem o movimento”, nesse caso, não se trata de bloqueio de rodovia. O enquadramento é diferente daquele tradicionalmente visto na abordagem sobre as ações do MST, porque não descreve a ação dos sem-terra como bloqueio de estrada e sim como uma interrupção no movimento de veículos na rodovia. O sentido da manifestação é lembrar o exato momento do confronto entre os sem-terra e a polícia. O jornalista procura valorizar esta ação para recordar o massacre. No jornal *Folha de São Paulo*, a mesma ação é descrita como um bloqueio de rodovia:

O acampamento do “S” foi montado no primeiro dia de abril. Desde então, todos os dias por volta das 17h45 (horário do confronto), os sem-terra, cerca de 200 jovens de diferentes Estados, **bloqueiam** por 19 minutos a rodovia, ligação de Belém com o sul do Estado (FOLHA DE SÃO PAULO, 17 abr.2006, p.A7).

No *Correio Braziliense*, o jornalista Ullisses Campbell descreve a ação dos sem-terra como “bloqueio” da rodovia, assim como o jornalista da *Folha*. Somente na matéria do *Estadão* a ação é descrita como uma interrupção do movimento na estrada. O ato de “bloquear” a estrada não está descrito no *release* da assessoria de imprensa, bem como muitas das ações realizadas nos protestos do dia 17 de abril.

Durante o período observado, foi possível constatar que muitos jornalistas procuram descobrir antecipadamente este tipo de ação programada internamente pelo Movimento. Os repórteres reclamam quando a Assessoria do MST envia um *release* depois que o Movimento já ocupou alguma propriedade. Os jornalistas alegam não ser possível cobrir as ações que já aconteceram. No entanto, a assessoria mantém sigilo quanto a determinadas atividades como estratégia para surpreender os governos, os jornalistas, a polícia e os produtores rurais com suas ações planejadas, mas que não são previamente divulgadas.

Essa estratégia mostrou-se adequada com relação às manifestações realizadas no dia 17 de abril. Enquanto o *release* da assessoria de imprensa valorizou as atividades programadas no acampamento, as notícias publicadas na imprensa deram grande destaque àquelas ações que não estavam previamente agendadas, como as ocupações de terras que ocuparam as manchetes dos jornais dias antes do aniversário dos dez anos. O objetivo das manifestações, programadas ou não, era chamar a atenção para a impunidade dos acusados no caso de Eldorado.

TABELA 15
Descrição dos acontecimentos agendados pelo MST

Produtor da notícia	Matéria	Descrição	Valor-notícia
Assessoria de Imprensa MST	Acampamento Pedagógico relembra dez anos do massacre de Carajás	No dia 17, um grande ato na “curva do S” marcará o encerramento do acampamento e exigirá a punição dos responsáveis pelo massacre. A expectativa é de que 20 mil	Quantidade de pessoas envolvidas; nível hierárquico dos indivíduos

		<p>peças passem pelo local ao longo do dia. O ato político cultural já tem confirmadas presenças de artistas e autoridades, do Brasil e exterior.</p>	<p>envolvidos no acontecimento.</p>
<p><i>Correio Braziliense</i></p>	<p>Em nome dos mortos (18/04)</p>	<p>Para quem passou pela PA-150, o que mais chamou a atenção foi a exposição de Salgado (Sebastião) organizada pelos sem-terra. [...] O material pertence ao MST e a maioria das imagens faz parte do livro <i>Terra</i> que denuncia a exclusão dos trabalhadores rurais do Brasil.</p>	<p>Nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento.</p>
<p><i>Correio Braziliense</i></p>	<p>Protestos marcam dez anos de Eldorado dos Carajás (17/04)</p>	<p>Como parte das atividades, os sem-terra intensificaram as ocupações nos últimos dias. (...) Foi a 31ª. invasão do MST neste ano em Pernambuco, numa onda de ações que se espalhou por diversos estados com o propósito de lembrar os mortos de Eldorado e pressionar o governo para que acelere a reforma agrária. (...) Os sem-terra também ofereceram resistência na Fazenda Peruano, da família Mutran, uma das maiores detentoras de terras do país.</p>	<p>Acontecimento anti-rotina.</p>
<p><i>Folha de São Paulo</i></p>	<p>MST retoma onda de invasões para lembrar massacre (11/04)</p>	<p>O MST retoma hoje a onda de invasões e protestos pelo país, iniciada em março, para lembrar os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA). Segundo o coordenador do Movimento Jaime Amorim, as manifestações irão se intensificar no dia 17, data do conflito entre policiais e sem-terra que resultou na morte de 19 lavradores paranaenses, em 1996.</p>	<p>Acontecimento anti-rotina.</p>

<i>Folha de São Paulo</i>	MST promove homenagens aos 19 mortos (17/04)	Para homenagear os 19 trabalhadores rurais sem-terra mortos dez anos atrás, o MST organizou um acampamento em Eldorado do Carajás (PA) no exato local onde ocorreu o confronto com a Polícia Militar. Na chamada “curva do S” da rodovia PA-150, além de barracos de lona preta, há uma exposição de Sebastião Salgado, o mais famoso fotógrafo brasileiro.	Disponibilidade de materiais. Nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento.
<i>O Estado de São Paulo</i>	Jornada do MST completa 30 invasões em Pernambuco (13/04)	O Movimento dos Sem Terra (MST) invadiu mais duas áreas ontem em Pernambuco: a Fazenda Barros, em Feira Nova, no agreste, e a Fazenda Carcará, em Inajá, no sertão. São 30 invasões desde 5 de março, quando foi aberta a temporada de luta batizada de “2006 Vermelho” pelo líder Jaime Amorim. Até o dia 17, aniversário de dez anos do massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 agricultores foram executados, no Pará, pelo menos mais seis invasões devem ocorrer no Estado, segundo a direção do Movimento.	Acontecimento anti-rotina.
<i>O Estado de São Paulo</i>	MST lembra dez anos de Eldorado dos Carajás com protestos em todo o País (16/04)	Em São Paulo, às 17 horas de amanhã, entidades de direitos humanos, organizações sindicais e pastorais sociais da Igreja Católica realizarão um ato de protesto contra o Poder Judiciário. (...) Em Brasília, os mortos serão homenageados às 11 horas com uma sessão na Câmara dos Deputados, no Plenário Ulysses Guimarães. (...) De acordo com o MST, deverão ocorrer manifestações também no exterior, diante das	Disponibilidade de materiais.

		embaixadas da França e da Itália.	
--	--	-----------------------------------	--

No *release* da Assessoria de Imprensa do MST, os valores-notícia ressaltados são a quantidade de pessoas envolvidas – 20 mil, de acordo com o *release* – e o nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento – estão confirmadas as presenças de artistas e autoridades, do Brasil e do exterior (GALTUNG e RUGE, 1965 *apud* TRAQUINA, 1999). O MST valoriza as manifestações públicas de apoio que recebe de personalidades mundialmente conhecidas, como o fotógrafo Sebastião Salgado, citado no *release*. Além de Salgado, os artistas e autoridades que já confirmaram presença conferem legitimidade à luta do Movimento. De fato, as matérias publicadas destacaram a exposição de Sebastião Salgado. Nesse sentido, a estratégia funcionou, pois com o apoio de personalidades o Movimento repercutiu sua luta.

A partir das descrições observadas nas matérias selecionadas para a mostra, pode-se inferir também que os jornalistas destacaram não somente as ações do MST agendadas no *release* da assessoria, como também as mobilizações de massa em locais públicos características dos sem-terra. As estratégias de agendamento do Movimento, nesse sentido, repercutem em função do agendamento proposto pela assessoria de imprensa.

As ações programadas contemplam o valor-notícia da disponibilidade de materiais, garantindo a viabilidade técnica da cobertura jornalística (GOLDING- ELLIOTT, 1979, p.144 *apud* WOLF, 1995, p.184). Os jornalistas estavam preparados para a cobertura das manifestações, especialmente aquelas programadas para acontecer em lugares públicos. Vale ressaltar que o principal ato político do MST foi agendado para acontecer em Eldorado dos Carajás, no interior do Pará. Apesar da dificuldade de acesso, os jornalistas foram até o local para cobrir a atividade do MST. Isso ocorreu por dois motivos: a importância do massacre, um acontecimento singular, que completava dez anos, e também devido à presença confirmada de apoiadores do Movimento.

Os acontecimentos que não foram previamente agendados também foram transformados em notícia pelos jornalistas. Isso ocorre porque os fatos inesperados rompem a superfície do acontecimento de rotina, como define Adriano Duarte Rodrigues (TRAQUINA, 1999, p.27): “[...] quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico”. Os jornalistas descreveram em detalhes os

protestos, informando ao leitor sobre as estratégias utilizadas para lembrar os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás.

Os elementos reunidos na análise da descrição das ações programadas reforçam a hipótese de que o MST tem como objetivo agendar os governos e, para isso, utiliza a mídia e a opinião pública, pois tem consciência de que os governos respondem quando pressionados pela sociedade. Na democracia representativa contemporânea, o jornalismo e a imprensa são importantes no processo de tomada de decisão sobre determinadas questões por parte da opinião pública.

Os jornalistas reconhecem a força dos meios de comunicação e sabem que o foco das ações do MST é o governo, embora o Movimento dispute a atenção da mídia. O Movimento consegue repercutir na agenda pública e, posteriormente, na agenda governamental. As estratégias de luta dos sem-terra visam a objetivos específicos, mas para alcançá-los necessitam dar visibilidade às suas reivindicações.

- O acontecimento singular

A Assessoria de Imprensa do MST mencionou o massacre de Eldorado do Carajás em quase todos os *releases* analisados. Trata-se de um acontecimento singular e para agendá-lo os assessores resgataram exemplos históricos de outros episódios violentos na história do Brasil que também ficaram internacionalmente conhecidos. A questão da violência foi evidenciada nesses exemplos históricos resgatados. A estratégia de agendamento era valorizar a morte e a tragédia a fim de que estes aspectos fossem valorizados no enquadramento das notícias.

Em geral, as notícias apresentaram o massacre como um exemplo histórico sem ampliar a questão da violência no campo a partir desse acontecimento singular. A palavra “chacina” utilizada pela Assessoria de Imprensa do MST no *release* foi reproduzida somente uma vez. A notícia deu sentido ao massacre, considerado um episódio grave na história brasileira, ao conter entrevistas com políticos que ocupavam cargos de destaque no governo federal.

O massacre de Eldorado dos Carajás foi o acontecimento singular que provocou as manifestações do dia 17 de abril. Passados dez anos do episódio, a imprensa resgatou a história do massacre e a questão da impunidade. No entanto, a luta por reforma agrária, que levou os sem-terra à morte durante o confronto com a polícia, não é mencionada. As notícias apenas informaram que os sem-terra bloqueavam uma rodovia e durante a desobstrução

entraram em choque com os policiais. As notícias associaram o massacre a um campo de batalha, em que a polícia chega atirando, os sem-terra reagem e a situação foge do controle.

TABELA 16
Descrição do Massacre de Eldorado dos Carajás

Produtor da notícia	Matéria	Descrição	Exemplo histórico
Assessoria de Imprensa MST	Massacre de Carajás, um exemplo da impunidade no Brasil	“Em 17 de abril de 1996 aconteceu o Massacre de Eldorado de Carajás, que ganhou repercussão internacional e deixou a marca na história do país, ao lado do Massacre do Carandiru (1992) e da Chacina da Candelária (1993), como uma das ações policiais mais violentas do Brasil”.	Massacre do Carandiru (1992) Chacina da Candelária (1993)
<i>Correio Braziliense</i>	Em nome dos mortos (17/04)	“Em 17 de abril de 1996, além dos 19 mortos, 69 sem-terra e 12 policiais militares ficaram feridos numa ação oficial para desobstruir a rodovia estadual PA-150”.	Nenhum
<i>O Estado de São Paulo</i>	FHC diz que episódio foi ‘cataclismo’ para governo	“A chacina de 19 trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás foi um episódio dos mais dramáticos do primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso”.	Governo Fernando Henrique Cardoso
<i>Folha de São Paulo</i>	Sobreviventes de Carajás carregam seqüelas	Por volta das 17h, alguns sem-terra reagem com tiros de revólver. Todos, munidos de pedras, pedaços de madeira, foices e facões, a seguir avançam contra os policiais. Pantoja, comandante-geral da operação manda a PM intensificar o fogo.	Nenhum

- O exemplo histórico do massacre de Eldorado

O principal tema agendado pela Assessoria de Imprensa do MST nos *releases* analisados foi a impunidade no caso de Eldorado do Carajás. A partir deste exemplo histórico, o Movimento tentou agendar a imunidade dos crimes no campo. Além de descrever o desfecho do julgamento dos acusados, a assessoria incluiu no *release* uma cronologia sobre o caso na Justiça. O material destacava as principais etapas do processo desde junho de 1996 até 2006. Com base na análise das descrições é possível inferir que a assessoria de imprensa do MST conseguiu influenciar o enquadramento das notícias sobre a impunidade do caso. A construção é semelhante ao texto do *release* distribuído pela assessoria de imprensa. Além disso, a cronologia mostrou-se um importante subsídio para os jornalistas que souberam aproveitar o material para compor as matérias não apenas com informações complementares, como também com elementos gráficos³⁴.

TABELA 17
Descrição impunidade no caso de Eldorado dos Carajás

Produtor da notícia	Matéria	Descrição	Exemplo histórico
Assessoria de Imprensa MST	Massacre de Carajás, um exemplo de impunidade no Brasil	Depois de dez anos do massacre no Pará, que matou 19 trabalhadores rurais, deixou centenas de feridos e 69 mutilados, permanecem soltos os 155 policiais participantes da operação. (...) Entre os 144 incriminados, apenas dois foram condenados depois de três conturbados julgamentos: o coronel Mário Collares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira, que aguardam em liberdade a análise do recurso da sentença.	Julgamento
<i>O Estado de São Paulo</i>	MST lembra dez anos de Eldorado dos Carajás com protestos em	Vão lembrar que, decorridos dez anos do episódio em que uma tropa de policiais militares atirou contra os sem-terra que bloqueavam a rodovia, até agora	Julgamento Massacre

³⁴ A pesquisa limitou-se à análise de conteúdo das notícias. Por esta razão, não foram analisadas imagens.

	todo o país (16/04)	ninguém recebeu condenação definitiva. (...) Os dois únicos oficiais da PM condenados pela Justiça do Pará, o coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maira Pereira, receberam penas de 228 e 154 anos de prisão, respectivamente. Mas recorreram ao Supremo Tribunal Federal, que lhes concedeu habeas-corpus, permitindo que aguardem em liberdade o julgamento dos recursos que apresentaram.	
<i>Correio Braziliense</i>	Para não esquecer (16/04)	“Para a coordenadora nacional do MST, Marina dos Santos, o massacre de Eldorado estará sempre vivo na memória dos sem-terra não apenas por causa da morte dos companheiros, mas também pelo fato de os militares que comandaram a operação estarem livres”.	Massacre
<i>Folha de São Paulo</i>	Sobreviventes de Carajás carregam seqüelas (16/04)	Hoje, ninguém está preso por conta do massacre. Dos 155 PMs que participaram da ação, só dois foram condenados pela Justiça do Pará. Mas, por conta de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, o coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria Oliveira aguardam em liberdade até que se esgotem todas as opções de recursos, o que deve durar dois anos.	Julgamento Massacre

- Os personagens da notícia

A descrição que a Assessoria de Imprensa do MST faz dos sobreviventes do massacre é quase irrelevante nos *releases* analisados. Os “mutilados” são personagens principais do massacre, entretanto, eles foram apenas lembrados em números. Não houve citação de qualquer um deles. Além disso, a assessoria de imprensa não produziu nenhum *release* sobre

a vida dos sobreviventes que hoje estão no Assentamento 17 de Abril³⁵. O *release* da assessoria lembrava que o “massacre deixou centenas de feridos e 69 mutilados”. Os sobreviventes não foram entrevistados.

TABELA 18
Descrição dos sobreviventes do massacre

Produtor da notícia	Matéria	Descrição	Valor-notícia
Assessoria de Imprensa MST	MST relembra impunidade de Carajás na capital federal	“Uma década depois do massacre do Pará, que matou 19 trabalhadores rurais, deixou centenas de feridos e 69 mutilados, continuam soltos os 155 policiais que participaram da operação”.	Quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento.
<i>Folha de São Paulo</i>	Assentados não querem saber de novos conflitos (16/04)	“Dez anos atrás, então com 43 anos, Andreлина Souza de Araújo apareceu na capa de jornais e revistas de todo o mundo como símbolo das viúvas do massacre de Eldorado do Carajás, com o filho Róbson, de três anos, no colo, ela chorava desesperada ao lado do caixão do marido, João Rodrigues de Araújo”.	Interesse humano.
<i>Folha de São Paulo</i>	Para Igreja, 93% dos crimes no campo não são julgados (16/04)	“Pelo número de mortes e pela ampla repercussão tanto no Brasil, quanto no exterior, o massacre de Eldorado do Carajás, que completa dez anos em 2006, tornou-se um símbolo de impunidade. Esse caso, porém, é apenas mais um exemplo do que ocorre sistematicamente no país”.	Quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento.
<i>O Estado de São Paulo</i>	Em assentamento, vítimas têm vida precária (17/04)	“Os sem-terra chacinados dez anos atrás faziam parte de um grupo que tinha paralisado a Rodovia PA-150 para exigir do governo a desapropriação da Fazenda	Interesse humano Quantidade de pessoas

³⁵ O Setor de Comunicação do MST produziu uma série de programas de rádio sobre o Assentamento 17 de Abril, onde foram entrevistados os sobreviventes. O material também foi aproveitado para a produção de um documentário a respeito das vítimas do massacre.

		Macaxeira, em Eldorado dos Carajás. Era uma luta que já se estendia por seis meses, sem perspectiva de sucesso. Após a chacina, porém, a desapropriação aconteceu em um mês e o grupo de 690 famílias de sem-terra foi levado para a antiga fazenda, ocupando uma área de 190 mil hectares que ganhou o nome de 17 de Abril, em homenagem aos mortos”.	envolvidas no acontecimento.
<i>O Estado de São Paulo</i>	Coronel da PM garante que tentou evitar conflito (17/04)	“Várias delas ainda possuem balas alojadas no corpo. (...) É o caso de Antonio Alves, o Índio, que tinha 35 anos na época da chacina. Por telefone, ele disse ao Estado que levou três tiros – na coxa, no calcanhar e no joelho. Duas dessas balas ainda estão em seu corpo, no joelho e no calcanhar. (...) Índio tem oito filhos – o mais velho deles com 17 anos. Um de seus vizinhos no assentamento, Carlos Huganito, que tinha 16 anos em 1996, foi acertado no olho e até hoje está com a bala alojada no crânio”.	Interesse humano
<i>Correio Braziliense</i>	Modelo de fracasso (16/04)	“José Carlos Moreira tinha 18 anos quando enfrentou a Polícia Militar com os mais de 100 sem-terra. Uma década depois, aos 28 anos, ele tem uma bala alojada na cabeça. Seus pais conseguiram um lote no assentamento, mas, assim como a maioria das famílias, eles não plantam nada. (...) José Carlos conta que sente fortes dores de cabeça. Ele já perdeu toda a audição esquerda e, a cada dia, perde a direita. Apesar dessas deficiências, ele descreve com detalhes as cenas do massacre que ninguém esquece”.	Interesse humano

No jornal *Folha de São Paulo*, o enquadramento da reportagem inovou em relação à abordagem tradicionalmente apresentada pela imprensa ao falar dos sem-terra. Os integrantes

do MST não foram apresentados portando foices e gritando palavras de ordem. Os jornalistas foram até Eldorado do Carajás cobrir os eventos agendados pela assessoria de imprensa, mas ampliaram a pauta, ouvindo o relato dos sobreviventes.

O enquadramento enfatizou o sofrimento e as seqüelas dos sobreviventes do massacre, ampliando a cobertura para além da questão da impunidade no processo que julga a responsabilidade pela morte dos 19 trabalhadores rurais. A matéria lembrou, com as descrições, que os sobreviventes também representam uma boa razão para que se faça justiça. Portanto, o jornalismo forneceu as informações necessárias para que os leitores, enquanto cidadãos e consumidores de notícias - conhecessem melhor o Massacre de Eldorado do Carajás.

A notícia da *Folha de São Paulo* analisou, ainda, a questão da impunidade dos crimes no campo, utilizando o massacre de Carajás como exemplo histórico para ampliar a cobertura. A composição da reportagem com as matérias publicadas na mesma edição do jornal mostra que “as potencialidades do jornalismo podem se realizar num ambiente de democracia, pluralismo e mercado” (GENTILLI, 2005, p.142). O jornalismo pode oferecer, além da abordagem das questões sociais, “elementos de análise e de orientação” (MARTINS, 2002) para que a opinião pública reflita a respeito de questões que não ganhariam visibilidade não fossem as ações dos movimentos sociais.

No caso da *Folha de São Paulo*, o jornalista agregou aos valores-notícia tradicionais do jornalismo elementos de análise e de orientação para os leitores do jornal. A construção da notícia destacou o “drama humano” – o sofrimento dos sobreviventes do massacre de Eldorado do Carajás - para levantar a discussão sobre um “drama coletivo” vivido por milhares de trabalhadores rurais – a violência e a impunidade dos crimes no campo. No entanto, nos demais jornais analisados, os enquadramentos não foram utilizados para levantar questões de fundo relacionadas à luta do MST por reforma agrária.

O jornal *O Estado de São Paulo* também abordou o drama dos sobreviventes, mas não aprofundou a questão para completar a informação, como a luta pela terra e os crimes no campo. A reportagem do *Estadão* apresentou três textos sobre Eldorado do Carajás, sendo esta a matéria principal: *MST lembra dez anos de Eldorado dos Carajás com protestos em todo o país*. Em seguida um texto secundário informa *FHC diz que episódio foi “cataclismo” para governo* e, no fim da página, *Coronel da PM garante que tentou evitar confronto*. Ou seja, as descrições dos sobreviventes estão dentro de um contexto em que não merecem destaque.

O *Correio Braziliense* também destacou o interesse humano e o drama individual dos sobreviventes. O enquadramento da notícia utilizou as descrições para explorar o drama pessoal vivido pelos sobreviventes do massacre. A notícia informa que o sem-terra “mutilado” não pode trabalhar a terra, nem produzir, assim como “a maioria das famílias”. A reportagem expôs a tragédia pessoal daqueles que sobreviveram ao massacre para dizer ao leitor que o assentamento “manchado de sangue” é um fracasso. Em parte, a causa do fracasso pode ser atribuída às condições físicas dos sobreviventes mutilados, como no caso da personagem descrita.

O repórter é irônico em alguns momentos, utilizando metáforas que revelam seu pouco conhecimento a respeito do tema e da realidade dos assentamentos, quando afirma, por exemplo, que “Para os padrões atuais, o Assentamento 17 de Abril chega a ser um luxo” (*ibidem*). As questões de fundo não foram destacadas na matéria. Faltou dizer, por exemplo, que reforma agrária não se trata de assentamento, mas de um conjunto de medidas que garantam a permanência das pessoas no campo, vivendo da produção agrícola.

A assessoria de imprensa do MST agendou essas questões na *Nota oficial à imprensa* distribuída no dia 17 de abril. O texto é assinado pela Coordenação Nacional do Movimento e apresenta, no último parágrafo, o modelo de reforma agrária reivindicado pelos sem-terra:

Só com um processo efetivo de Reforma Agrária, a consolidação da agricultura camponesa, casada com agroindústrias, assistência técnica, educação e uma nova tecnologia agrícola que respeite o ambiente, será possível melhorar a condição de vida dos camponeses, diminuir substancialmente a violência e acabar com a fome de milhares de brasileiros. É por isso que fazemos mobilizações no Dia Internacional da Luta Camponesa.

A partir desta informação, os jornalistas tinham elementos que poderiam ter sido explorados na construção de suas notícias para informar melhor a sociedade a respeito do MST. O repórter do *Correio Braziliense* respondeu a algumas perguntas sobre a ação dos sem-terra. Na avaliação de Ullisses Campbell, “o MST não tem como objetivo promover debates sobre reforma agrária”, pois “trata-se de uma organização política”. É possível que o enquadramento da notícia esteja refletindo a opinião do jornalista a respeito do Movimento. Nesse caso, o jornalista não estaria cumprindo com sua função social, nem estaria exercendo seu contrapoder, razão pela qual o público confia no jornalismo (WOLTON, 2004, p.279).

A assessoria de imprensa do MST demonstrou em vários momentos, durante a observação, que mantém uma relação tensa com os jornalistas. A coordenação nacional

também manifestou, na entrevista, sua decepção com a grande imprensa. As matérias analisadas, salvo a reportagem da *Folha de São Paulo* (16 de abril), apresentam indícios nos enquadramentos que justificam essa insatisfação. Além disso, as estratégias de agendamento promovidas pelo Setor de Comunicação do Movimento, que buscam nas mídias próprias construir suas próprias notícias sobre o Movimento, reforçam a decepção do MST com a mídia tradicional.

O MST não consegue influenciar a forma como a imprensa apresenta seus integrantes e sua luta, o que acaba rendendo uma cobertura negativa. A luta pela terra é associada a valores como a violência e a ilegalidade das ações do Movimento. Nesse sentido, cabe salientar um dos preceitos da Teoria do Agendamento, que afirma que o jornalismo tem a capacidade de dizer ao público não apenas sobre o que pensar, mas também sobre como pensar a respeito dos temas agendados.

No caso da reforma agrária, trata-se de um tema rural que não desperta o interesse da sociedade que vive predominantemente no meio urbano. Na perspectiva da Teoria do Agendamento, a pouca informação das pessoas a respeito desse tema seria favorável para que a mídia exercesse grande influência sobre a forma como estas pessoas venham a pensar a respeito do assunto. Daí a importância de analisar não apenas as estratégias de agendamento da Assessoria de Imprensa do MST, como também a resposta da mídia ao agendamento proposto.

A análise mostrou que a assessoria de imprensa conseguiu incluir os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás na agenda jornalística. Os jornalistas destacaram a impunidade do caso depois de dez anos. Em alguns momentos, a imprensa ampliou a cobertura desse acontecimento singular para a questão da impunidade de outros crimes no campo. No entanto, a reforma agrária não foi discutida em profundidade nas matérias analisadas. Apesar do esforço não apenas da assessoria de imprensa, que subsidiou os jornalistas com informações e entrevistas, mas também do próprio MST, com suas manifestações estrategicamente planejadas, a imprensa não ampliou a cobertura dos acontecimentos para a principal reivindicação do MST: a reforma agrária.

As ações do MST proporcionaram fatos para que os jornalistas tivessem a oportunidade de falar sobre questões como a concentração de terras no Brasil e a existência de grandes latifúndios. O Movimento ocupou propriedades que pertencem a famílias detentoras de grandes extensões de terra. As notícias limitaram-se aos fatos isolados, valorizando a violência dos sem-terra. Os jornalistas poderiam confrontar o maior número de versões e

verificar se essas propriedades realmente estão concentradas nas mãos de apenas alguns produtores rurais. Porém, a cobertura factual privilegiou os factóides promovidos pelos MST.

CONCLUSÃO

A estrutura de Comunicação Social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), objeto de estudo desta dissertação, provou que os sem-terra desenvolveram estratégias para agendar a mídia. Durante o período de observação, junto ao escritório do Movimento em Brasília, acompanhei o trabalho da assessora de imprensa do MST. Foi possível observar que a assessoria possui uma sistemática de trabalho semelhante aos assessores de imprensa que tradicionalmente atuam em assessorias de outras organizações. O controle das atividades, que são monitoradas diariamente no documento *Noite e Dia*, reforça esta premissa.

O documento *Linhas Políticas para Assessoria de Imprensa* produzido pelo Setor de Comunicação do MST forneceu subsídios importantes para analisar a relação da assessoria com os jornalistas. A tensão existente entre os jornalistas do Movimento e das redações pode ser explicada pela percepção que o MST tem do trabalho da grande imprensa, manifestada naquele documento: “[...] a idéia é desmoralizar o Movimento diante da sociedade” (LINHAS..., 2006, p.1). Nessa perspectiva crítica e defensiva, o movimento tenta agendar questões de seu interesse na mídia.

A dissertação buscou, na análise das matérias publicadas sobre os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás, responder como a mídia reage às estratégias de agendamento da Assessoria de Imprensa do MST. As notícias analisadas mostraram que a imprensa manteve a cobertura sobre o tema proposto pelos sem-terra. A estratégia do movimento garantiu o acesso ao campo jornalístico na medida em que os jornalistas cobriram as ações do MST. Em quatro edições, o Movimento conseguiu figurar na capa dos jornais analisados.

Os enquadramentos dominantes destacaram a impunidade do massacre de Eldorado do Carajás depois de dez anos do episódio a partir das ações promovidas pelo MST para protestar contra essa situação. As descrições, os exemplos históricos e as citações reforçaram a violência nas manifestações promovidas pelos sem-terra. A imprensa acompanhou as manifestações agendadas pelo MST, em especial o ato em Eldorado do Carajás, que contou com a presença de autoridades e apoiadores do Movimento.

Na análise do enquadramento, foi possível constatar que os jornalistas destacaram as fontes favoráveis ao Movimento na construção das notícias. Constatou-se, ainda, que os jornalistas denominaram os integrantes do MST utilizando diversas palavras, mas que predominaram aquelas relacionadas à denominação Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra, como as expressões “sem-terra” e “trabalhadores rurais”. O uso destas expressões para denominar os integrantes do MST demonstra que a imprensa busca objetividade ao se referir ao Movimento para evitar adjetivações ao falar dos sem-terra.

Os jornalistas deram preferência ao termo “invasão” ao invés de “ocupação” conforme revelaram as notícias estudadas. Essa opção desagradou a Assessoria de Imprensa do MST, conforme relato da assessora. Os sem-terra atribuem o sentido de criminalização ao termo “invasão” e acreditam que os jornalistas relacionam o Movimento à ilegalidade quando optam por essa denominação. Na análise dos enquadramentos, a palavra “ocupação” foi utilizada no sentido em que os sem-terra lhe atribuem, o que leva a crer que os jornalistas também compartilham dessa percepção: invadir é ilegal, ocupar é legítimo. A predominância do termo “invadir” para caracterizar a ação dos sem-terra prova que a imprensa condena as estratégias de luta do Movimento e procura reforçar essa idéia quando cobre as ocupações.

O MST conseguiu repercutir suas fontes nas notícias que foram publicadas nos jornais analisados. Em parte, esse resultado pode ser atribuído à estratégia de comunicação do Movimento, que seleciona lideranças preparadas para conceder entrevistas aos jornalistas. No entanto, embora tenham predominado em número maior que as fontes contrárias ao MST, as citações das lideranças reproduzidas nas notícias foram utilizadas para reforçar a criminalização do Movimento. Desse modo, as ações dos sem-terra utilizadas na luta pela reforma agrária para denunciar a impunidade dos crimes no campo são notícias sem que sejam mencionadas as motivações para as manifestações. Pelo contrário, as construções sociais apresentadas contribuíram para que o enquadramento das matérias fosse negativo em relação à luta do MST.

As descrições utilizadas na construção das notícias também foram analisadas para verificar o enquadramento apresentado pela Assessoria do MST e pelos jornalistas. A análise destacou o acampamento pedagógico em Eldorado do Carajás, que concentrou as principais atividades do dia 17 de abril. Esse evento foi a principal manifestação agendada pelo MST e recebeu grande destaque na mídia. Os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* enviaram repórteres para o Pará a fim de cobrir o ato, que contou com a presença de personalidades e apoiadores do Movimento.

Nas notícias produzidas pela assessoria de imprensa, foram ressaltados valores-notícia tais como a quantidade de pessoas envolvidas e o nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento (GALTUNG; RUGE, 1965 *apud* TRAQUINA, 1999). Essa é uma estratégia corrente no material produzido pelo MST, que costuma valorizar o apoio de personalidades famosas, como o fotógrafo brasileiro, internacionalmente conhecido, Sebastião

Salgado. O Movimento valoriza as manifestações públicas de apoio que recebe de personalidades mundialmente conhecidas, pois elas conferem legitimidade à luta por reforma agrária. A estratégia mostrou-se eficiente porque os jornais analisados destacaram não só o apoio de Sebastião Salgado, como também de outras personalidades favoráveis ao MST, conforme foi verificado na quantidade de fontes favoráveis aos sem-terra. O Movimento acredita que estes apoios influenciam a opinião pública positivamente.

Os elementos reunidos na análise da descrição das ações programadas reforçam a hipótese de que o MST dirige suas ações para agendar os governos e, para isso, utiliza a mídia e a opinião pública, pois tem consciência de que os governos respondem quando pressionados pela sociedade. Na democracia representativa contemporânea, a definição da agenda política governamental é o principal objetivo da luta política, pois esta exerce grande influência sobre a agenda jornalística. Nesse sentido, o jornalismo e a imprensa são importantes no processo de tomada de decisão sobre determinadas questões por parte da opinião pública. Dessa forma, o MST busca pressionar a agenda política governamental, garantindo visibilidade para suas ações através da agenda jornalística.

A Assessoria de Imprensa do MST também conseguiu influenciar o enquadramento das notícias sobre a impunidade no processo que julga os responsáveis pelas mortes no massacre de Eldorado do Carajás. Nas notícias analisadas, a construção assemelha-se ao texto do *release* distribuído pela assessoria de imprensa. Além disso, os assessores do Movimento subsidiaram os jornalistas com uma cronologia sobre o andamento do processo na Justiça. O material foi aproveitado para compor as matérias não apenas com informações complementares, como também com elementos gráficos.

Os jornalistas, por sua vez, destacaram-se através do saber de reconhecimento, de procedimento e de narração (TUCHMAN *apud* TRAQUINA, 2000). O saber de reconhecimento consiste na capacidade de reconhecer os acontecimentos que possuem valor para serem transformados em notícia; o saber de procedimento está relacionado ao conhecimento para proceder à “recolha de dados e elaborar a notícia”; e, finalmente, o saber de narração está relacionado à capacidade de reunir as informações e transformá-las em notícia. Nas matérias produzidas pela assessoria de imprensa, os sobreviventes de Eldorado dos Carajás são mencionados como os “mutilados”. Estes personagens centrais da história do massacre não foram entrevistados pelos assessores. No entanto, os jornalistas que cobriram os protestos nos dez anos do massacre procuraram os sobreviventes para produzir matérias de interesse humano.

O drama humano foi destacado nos três jornais analisados, porém, somente no jornal *Folha de São Paulo* foi utilizado para destacar o drama coletivo dos integrantes do MST na luta por reforma agrária. A reportagem utilizou o exemplo histórico de Eldorado do Carajás para abordar a impunidade dos crimes, estabelecendo uma relação com o massacre. Cabe destacar que essa análise foi observada somente no jornal *Folha de São Paulo*.

A reportagem provou que “as potencialidades do jornalismo podem se realizar num ambiente de democracia, pluralismo e mercado” (GENTILLI, 2005, p.142). Apesar do modelo de comunicação brasileiro, considerado um dos “mais antidemocráticos do mundo” (*idem*, p.148), o jornalismo pode oferecer, além da abordagem das questões sociais, “elementos de análise e de orientação” (MARTINS, 2002) para que a opinião pública reflita sobre questões que não ganhariam visibilidade não fossem as ações dos movimentos sociais.

O jornalista da *Folha de São Paulo* mediou os acontecimentos promovidos pelo MST e, ao transformá-los em notícia, agregou elementos de análise e de orientação para os leitores do jornal aos valores-notícia tradicionais do jornalismo. A construção da notícia buscou no “drama humano” – o sofrimento dos sobreviventes do massacre – elementos para refletir a respeito do “drama coletivo” vivido por milhares de trabalhadores rurais – a violência e a impunidade dos crimes no campo. Nos demais jornais analisados, os enquadramentos não foram utilizados para levantar questões de fundo relacionadas à luta do MST por reforma agrária.

O MST não consegue agendar a imprensa da mesma forma que outras organizações e movimentos sociais. Essa constatação pode ser explicada pela questão dos sem terra: a reforma agrária. Trata-se de um tema relacionado à estrutura sócio-econômica existente. Dessa forma, entra em conflito com interesses econômicos e comerciais que também estão relacionados à mídia, muitas vezes, concentrada em megaconglomerados da comunicação. No Brasil, o modelo de comunicação permite monopólios nacionais e regionais, de redes de jornais e emissoras de TV, prejudicando a possibilidade de os cidadãos terem várias opções de jornais (GENTILLI, 2005, p.148).

A intensa produção do Setor de Comunicação do MST reforça o descontentamento com a mídia tradicional. Na tentativa de dar visibilidade às suas ações, evitando o enquadramento que associa o Movimento à violência, o MST investe na comunicação interna. O Setor de Comunicação do Movimento produz materiais próprios de divulgação tais como o programa de rádio Vozes da Terra, a *Revista Sem Terra*, o *Jornal Sem Terra*, a página na internet e o boletim eletrônico semanal. Além disso, o MST organizou a assessoria de imprensa nos escritórios nacionais em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Cada escritório

conta com um jornalista que tem a função de abastecer a imprensa com informações e cuidar imagem do Movimento junto à mídia. Nos estados, militantes são preparados para desempenhar a função de assessor de imprensa. Como subsídio para o trabalho, os assessores recebem um *clipping* eletrônico diário e a análise das principais notícias do dia.

Os assessores de imprensa têm críticas ao trabalho dos colegas jornalistas. Porém, vale destacar que sempre existiu disputa na relação entre jornalistas de redação e assessores de imprensa³⁶, de modo geral. As acusações entre ambos dão conta de que os assessores seriam apenas "distribuidores de *releases*", enquanto os colegas de redação seriam prepotentes. Portanto, não são apenas os assessores de imprensa do MST que têm reclamações a fazer sobre a cobertura jornalística. Os jornalistas manifestaram cautela com relação às informações repassadas pela assessoria do Movimento, mas enfatizaram que tomam cuidado com qualquer informação repassada por assessorias.

O MST não poupa críticas ao trabalho da imprensa, conforme material apresentado nesta pesquisa. Mesmo assim o Movimento procura dar visibilidade à luta por reforma agrária. De fato, a reforma agrária não foi contemplada nas matérias analisadas como questão de justiça social. Durante a cobertura das manifestações, que pediam o fim da impunidade nos dez anos do massacre de Eldorado do Carajás, os jornalistas destacaram a questão da impunidade. As estratégias de Agendamento do Movimento dos Sem Terra não conseguiram influenciar a forma como a questão da reforma agrária é apresentada à sociedade porque o Movimento permanece associado à violência.

³⁶ Recentemente, a revista *Imprensa* divulgou uma pesquisa na qual os profissionais de redação reconheceram a importância dos colegas assessores. Quando questionados se os assessores de imprensa ajudam ou não no relacionamento com a mídia, 83% dos jornalistas responderam que eles ajudam de alguma forma, contra apenas 9% dos que acreditam que o trabalho dos assessores atrapalha o trabalho da imprensa.

Referências bibliográficas

ADGHIRNI, Z. O jornalismo entre a informação e a comunicação: como as assessorias de imprensa agendam a mídia. Trabalho apresentado a Seção Temática Jornalismo no VII Colóquio Brasil-França. Intercom, Porto Alegre, 2004.

AGÊNCIA BRASIL. Especiais. MST 20 anos. Disponível em: http://www.radiobras.gov.br/especiais/mst20/mst20anos_capa.htm. Acessado em 10 de agosto de 2005.

AGÊNCIA ESTADO. Sem-terra vão "infernizar" em abril, avisa Stédile. Disponível em <http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2004/mar/28/7.htm>. Acessado em 15 de novembro de 2005.

BERGER, Christa. Campos em confronto: a terra e o texto. 2ª Ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. Economia e Movimentos Sociais na América Latina. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CRISPIM, Renata Borges (2003): Greenpeace: a guerrilha midiática como estratégia, dissertação de mestrado, Universidade de Brasília

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 15, n. 4, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400012&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 12 Out 2006. doi: 10.1590/S0102-88392001000400012.

DIONNE, Jean; Laville, Christian. A Construção do Saber. ARTMED. Porto Alegre, 1999.

DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio. Métodos e técnicas de pesquisas em comunicação – organizadores. São Paulo: Atlas, 2005.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Disponível em: <http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformagr/500anos.html>. Acessado em: 10 de agosto de 2005.

FOLHA ON LINE. “Pesquise as Edições Anteriores”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/arquivo.htm>. Acessado em 04 de março de 2006.

GENTILLI, Victor. Democracia de Massas: jornalismo e cidadania. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GERCHMANN, Léo. Mulheres depredam fábrica de celulose. Folha de São Paulo, São Paulo, 09 mar. 2006. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0903200614.htm>. Acessado em 12 de março de 2006.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa, São Paulo: Editora Atlas, 1996.

GOHN, Maria da Glória. Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania, São Paulo: Cortez, 1997.

GRAZIANO, Francisco Neto. A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil. São Paulo: Iglu. Jaboticabal, SP: Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, 1991.

HACKBART, Rolf. O INCRA e a Reforma Agrária, Março, 2005

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa: Veja, 1993, pp.224-250.

HAMMOND, John L. The MST and the Media: competing Images of the Brazilian Landless Farmworker's. Abril, 2001. Disponível em: http://www.findarticles.com/p/articles/mi_qa4000/is_200401/ai_n9396507. Acessado em 25 de setembro de 2006.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, Edição Especial, Abril de 2005.

LINHAS POLÍTICAS PARA ASSESSORIA DE IMPRENSA. MST. Brasília. Abril, 2006.

LIMA, Venício. Mídia: teoria e política, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2ª edição, janeiro de 2004.

MARÉS, Carlos Frederico. A função social da terra, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARTINS, José de Souza. A Questão Agrária e o Papel do MST. In STÉDILE, João Pedro. A Reforma Agrária e a Luta do MST. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

MCCOMBS, Maswell E., SHAW, David L. A Evolução da Pesquisa sobre o Agendamento. In TRAQUINA, Nelson. A Redescoberta do Poder do Jornalismo. In O Poder do Jornalismo, Análise e Texto da Teoria do Agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, Maísa. O MST e a mídia. Sítio web do MST. Disponível em www.mst.org.br/biblioteca/textos/midia/mstnamidia.html. Acessado em 20 de maio de 2005.

MORAES, Denise. PESQUISA IMPRENSA/MAXPRESS/ABERJE: Redações, enfim, reconhecem a importância das assessorias de imprensa. Disponível em http://portalimprensa.uol.com.br/new_ultimasnoticias_data_view.asp?code=2530. Acessado em 20 de outubro de 2006.

MOTTA, Luiz Gonzaga Motta. Pesquisa em jornalismo no Brasil: O confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico. Pré-Conferência da Association for International Mídia and Communication Research (AIMCR), Porto Alegre, 25 de julho de 2004.

_____, Luiz Gonzaga. O Trabalho Simbólico da Notícia. Brasília. Trabalho submetido ao GT “Comunicação e cultura”. XII Reunião anual da COMPOS, Recife, Junho, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Quem somos. Disponível em: www.mst.org.br. Acessado em 15 de outubro de 2006.

PETRAS, James. Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina. *In A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

REVISTA CAROS AMIGOS. Especial Reforma Agrária. Número 18. Setembro, 2003.

SILVA, Luiz Martins da/SILVA, Luís Martins da./Luiz Martins . Jornalismo público: o social como valor-notícia. In: FRANÇA, Vera; WEBER, Maria Helena; PAIVA, Raquel; SOVIK, Liv. (Org.). Livro do XI COMPOS - Estudos de Comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2003, v. , p. -.

_____, Luiz Martins da/SILVA, Luís Martins da./Luiz Martins . Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: Luiz Gonzaga da Motta. (Org.). Imprensa e poder. 1 ed. Brasília: Editora UnB / Imprensa Oficial SP, 2002, v. 1, p. 47-74.

SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. São Paulo: Editora Brasiliense. 16ª. edição, 1990.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária e o MST. *In A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

STÉDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

TRAQUINA, Nelson. A Redescoberta do Poder do Jornalismo. *In O Poder do Jornalismo, Análise e Texto da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.

_____, Nelson. Jornalismo: questões, teorias e histórias. Lisboa: Vega, 1999.

_____, Nelson. Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHAMNN, Gaye. La construcción de la noticia. Barcelona: GG, 1983.

_____, Gaye. Métodos cualitativos en el estudio de las noticias. *In JENSEN, K.B., JANKOWSKI, N.W. Metodologias cualitativas de investigación em comunicación de masas*. Barcelona: Ed. Comunicacion, 1993.

_____, Gaye. A objetividade com ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade no jornalismo. *In TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega, 1993, pp. 74-90.

VANDIJK, Teun A. El estudio interdisciplinario de las noticias y el discurso. *In* JENSEN, K.B., JANKOWSKI, N.W.. Metodologias cualitativas de investigacion em comunicacion de masas. Barcelona: Ed. Comunicacion, 1993.

VEIGA, José Eli. O que é reforma agrária. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

VEJA ON-LINE. Em Profundidade. Reforma Agrária. Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/cronologia.html. Acessado em 10 de agosto de 2005.

WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Organização e estrutura do MST. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_dos_Trabalhadores_Rurais_Sem_Terra#Organiza.C3.A7.C3.A3o_e_estrutura_do_MST. Acessado em 15 de novembro de 2005.

WILLIAMS, J. M., COLOMB, G. G., BOOTH, W. C. A arte da pesquisa, São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

WOLTON, Dominique. Pensar a Comunicação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WOLF, Mauro, Teorias da Comunicação. São Paulo. Martins Fontes, 2003.

ANEXO I - Formulário para Observação da Assessoria de Imprensa do MST

ABRIL VERMELHO – Observação

Data	10/04/2006
Nome do Assessor de Imprensa	Maria Mello
Formação	Estudante de Jornalismo no Uniceub (6º.semestre)
Tempo de exercício da profissão	4 anos
Com relação à pauta, quem define	() assessores () dirigentes () assessores e dirigentes () militantes (x) assessores, dirigentes e militantes () outros
Produção de releases	(x) frequentemente () eventualmente () nunca
Para quem distribui?	() rádio () tevê () jornal () internet () outras mídias (x) todas
Produziu releases hoje?	() sim (x) não
Quais as fontes da notícia?	() assessores () dirigentes () assessores e dirigentes () militantes () assessores, dirigentes e militantes () outros
Como a notícia foi abordada no release? (valores notícia, enquadramento, enfoque)	
Como foram distribuídos?	() fax () e-mail
Produz materiais próprios de divulgação?	(x) sim () não
Quais?	(x) programas de rádio (x) website (x) jornal (x) revista * em São Paulo
Com relação à internet, a atualização do website é diária?	(x) sim () não * em São Paulo
Controla o número de acessos?	(x) sim () não
Acompanha as matérias sobre o MST na grande imprensa?	(x) frequentemente () eventualmente () nunca * em Brasília
Como?	() rádioescuta (x) clipagem (x) clipagem eletrônica
De quais veículos?	Máquina (empresa de comunicação), sites dos principais jornais de circulação nacional, agências de notícias, Google (notícias), imprensa estadual (RS, PR, PE)
O que é feito com esse material?	(x) distribuído (x) arquivado (x) utilizado para outras atividades

	<input type="checkbox"/> outros
Oferece entrevistas para os meios de comunicação?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
De que forma atende aos veículos	<input checked="" type="checkbox"/> telefone <input type="checkbox"/> e-mail
Não atende a algum veículo de comunicação?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Quais? Por que motivo?	Todos do grupo RBS TV, revista Veja e o jornal do Boris Casoy.
Possui arquivo do material produzido pela assessoria de imprensa?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Onde é arquivado esse material?	No escritório, em Brasília, e no banco de dados do webiste.
Por quanto tempo?	<input type="checkbox"/> definido – quanto? <input checked="" type="checkbox"/> indefinido
Esse arquivo é analisado?	Eventualmente.

ABRIL VERMELHO – Observação

Data	10/04/2006
Nome do Assessor de Imprensa	Igor Felipe Santos
Formação	Jornalista
Tempo de exercício da profissão	3 anos
Com relação à pauta, quem define	() assessores () dirigentes (x) assessores e dirigentes () militantes () assessores, dirigentes e militantes () outros
Produção de releases	(x) freqüentemente () eventualmente () nunca
Para quem distribui?	() rádio () tevê () jornal () internet () outras mídias (x) todas
Produziu releases hoje?	() sim (x) não
Quais as fontes da notícia?	() assessores () dirigentes () assessores e dirigentes () militantes () assessores, dirigentes e militantes () outros
Como a notícia foi abordada no release? (valores notícia, enquadramento, enfoque)	
Como foram distribuídos?	() fax () e-mail
Produz materiais próprios de divulgação?	(x) sim () não
Quais?	(x) programas de rádio () website (x) jornal (x) revista * em São Paulo
Com relação à internet, a atualização do website é diária?	(x) sim () não * em São Paulo
Controla o número de acessos?	(x) sim () não
Acompanha as matérias sobre o MST na grande imprensa?	(x) freqüentemente () eventualmente () nunca
Como?	() rádioscuta () clipagem (x) clipagem eletrônica
De quais veículos?	Jornal impresso, TV e internet.
O que é feito com esse material?	(x) distribuído (x) arquivado (x) utilizado para outras atividades () outros
Oferece entrevistas para os meios de comunicação?	(x) sim () não
De que forma atende aos veículos	(x) telefone (x) e-mail
Não atende a algum veículo de	(x) sim () não

comunicação?	
Quais? Por que motivo?	Todos do grupo RBS TV, revista Veja e o jornal do Boris Casoy.
Possui arquivo do material produzido pela assessoria de imprensa?	(x) sim () não
Onde é arquivado esse material?	Em meio digital (webiste, internet, computador)
Por quanto tempo?	() definido – quanto? (x) indefinido
Esse arquivo é analisado?	Sim, posteriormente, para saber como a imprensa tratou determinado assunto.

ANEXO II – Formulário para análise de conteúdo das matérias sobre o Abril Vermelho

ABRIL VERMELHO - Análise de conteúdo das matérias publicadas

Jornal	Folha de São Paulo
Data	12/04/2006
Título da matéria	MST retoma onda de invasões para lembrar massacre
Autor (es)	Fábio Guibu Da Agência Folha, em Recife
Sutiã	-
Lead	O MST retoma hoje a onda de invasões e protestos pelo país, iniciada em março, para lembrar os dez anos do massacre de Eldorado do Carajás (PA). Segundo o coordenador do movimento Jaime Amorim, as manifestações irão se intensificar no dia 17, data do conflito entre policiais e sem-terra que resultou na morte de 19 lavradores paranaenses, em 1996.
Resumo	A nota informa que o MST retomou suas atividades para lembrar o massacre de Eldorado.
Contexto	Dias antes de completar dez anos do massacre de Eldorado, o MST anuncia que vai intensificar suas ações de protesto.
Página	(X) par () ímpar
Editoria	Brasil
Aposta	() sim (X) não
Chamada de Capa	() sim (X) não
Fotografia	() sim (X) não
Número de fotografias	-
Descrição das fotografias	-
Infografia	() sim (X) não
Descrição das infografias	-
Descrição	Das ações programadas Segundo o movimento, pelo menos dez fazendas deverão ser invadidas até segunda-feira, em Pernambuco. Em março, foram tomadas 28 propriedades no Estado. Na terça, o MST iniciará uma caminhada de dois dias, do interior do Estado para Recife, com previsão de 3.000 pessoas. O MST também prepara uma greve de fome para reivindicar a vistoria dos engenhos Bonito e São Gregório, na Zona da Mata, reivindicadas pelo movimento desde 1996.
Descrição	Do início dos protestos N Bahia, ontem, cerca de 2.000 militantes sem-terra iniciaram uma caminhada na BR-324, uma das mais movimentadas do Estado.
Fontes citadas	Jaime Amorim (coordenador do movimento), MST
Citações	-
Como são denominados os integrantes do MST?	Sem-terra, militantes sem-terra, lavradores.

Expressões utilizadas	Campo minado, onda de invasões, conflito entre policiais e sem-terra, greve de fome.
Invasão (derivados)	Invasões, invasões, invadidas.
Ocupação (derivados)	-
Palavras-chave	MST, invasões, massacre, manifestações, conflito, morte, lavradores, vistoria, caminhada, protestos.

ABRIL VERMELHO - Análise de conteúdo das matérias publicadas - Observações

- As ações do MST são descritas em detalhes, informando ao leitor sobre as estratégias utilizadas pra lembrar os 10 anos do massacre de eldorado do Carajás.
- A nota não faz menção ao “2006 Vermelho”.
- A nota não faz uso das aspas para relatar as ações programadas.

ANEXO III – Questionários respondidos pelos jornalistas que cobriram o Abril Vermelho

ABRIL VERMELHO – Questionário/Entrevista

Data	05/05/2006
Nome do Jornalista	Eduardo Scolese
Jornal	Folha de S.Paulo
Formação	Jornalismo
Tempo de exercício da profissão	Oito anos
Com relação à Eldorado do Carajás, quem sugeriu a pauta?	(X) repórter () editor () assessor de imprensa do MST () repórter e editor () repórter e assessor de imprensa () outros
Acompanhou as manifestações do MST no dia 17 de abril?	(X) sim () não
Onde?	() Brasília () São Paulo (X) Eldorado dos Carajás () outro estado
Com relação à Eldorado dos Carajás, o jornal produziu alguma matéria especial antes do dia 17 de abril?	(X) sim () não Em 2006, as reportagens foram publicadas nos dias 16, 17 e 18 de abril. A principal saiu na edição de 16 de abril (domingo)
Entrevistou lideranças do MST?	(X) sim () não
Quanto às lideranças entrevistadas, pertencem a qual estrutura do MST?	() coordenação nacional () coordenação estadual (X) coordenação nacional e estadual
Além das lideranças, entrevistou outros militantes do MST?	(X) sim () não
Todas as entrevistas foram aproveitadas na matéria publicada no jornal?	() sim (X) não
Encontrou outros colegas da imprensa durante a cobertura do dia 17 de abril?	(X) sim () não
De quais veículos?	() rádio () website () TV () jornal () revista (X) todos
Foi procurado pela assessoria de imprensa do MST na semana do dia 17 de abril ?	(X) sim () não
Como?	() por e-mail () por telefone (X) por e-mail e telefone
Conhece a assessoria de imprensa do MST?	(X) sim () não
Consulta a assessoria de imprensa para obter informações e entrevistas do MST?	(X) freqüentemente () eventualmente () nunca
Onde procura a assessoria de imprensa do	(X) São Paulo (X) Brasília

MST?	<input type="checkbox"/> Rio de Janeiro <input type="checkbox"/> outros estados
Recebe <i>releases</i> produzidos pela assessoria de imprensa do MST?	<input checked="" type="checkbox"/> freqüentemente <input type="checkbox"/> eventualmente <input type="checkbox"/> nunca
Aproveita os <i>releases</i> produzidos pela assessoria de imprensa do MST?	<input type="checkbox"/> freqüentemente <input checked="" type="checkbox"/> eventualmente <input type="checkbox"/> nunca
É procurado pela assessoria de imprensa do MST?	<input checked="" type="checkbox"/> freqüentemente <input type="checkbox"/> eventualmente <input type="checkbox"/> nunca
Verifica as informações fornecidas pela assessoria de imprensa do MST?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Como?	<input checked="" type="checkbox"/> conversa com os assessores de imprensa do MST <input checked="" type="checkbox"/> consulta outras fontes para confrontar as informações
Há quanto tempo cobre o MST?	Seis anos
Qual a imagem que você tem do MST?	<input checked="" type="checkbox"/> é um movimento social organizado <input type="checkbox"/> é um movimento político-ideológico
Com relação à reforma agrária, você considera?	<input checked="" type="checkbox"/> uma conquista de justiça social <input type="checkbox"/> uma medida ultrapassada

ABRIL VERMELHO - Questionário/Entrevista

Data	16 de junho de 2006
Nome do Jornalista	Roldão Arruda
Jornal	O Estado de S. Paulo
Formação	Jornalista
Tempo de exercício da profissão	27 anos
Com relação à Eldorado do Carajás, quem sugeriu a pauta?	<input checked="" type="checkbox"/> repórter () editor () assessor de imprensa do MST () repórter e editor () repórter e assessor de imprensa () outros
Acompanhou as manifestações do MST no dia 17 de abril?	<input checked="" type="checkbox"/> sim () não
Onde?	() Brasília () São Paulo <input checked="" type="checkbox"/> Eldorado dos Carajás () outro estado
Com relação à Eldorado dos Carajás, o jornal produziu alguma matéria especial antes do dia 17 de abril?	<input checked="" type="checkbox"/> sim () não
Entrevistou lideranças do MST?	<input checked="" type="checkbox"/> sim () não
Quanto às lideranças entrevistadas, pertencem a qual estrutura do MST?	() coordenação nacional () coordenação estadual <input checked="" type="checkbox"/> coordenação nacional e estadual
Além das lideranças, entrevistou outros militantes do MST?	<input checked="" type="checkbox"/> sim () não
Todas as entrevistas foram aproveitadas na matéria publicada no jornal?	() sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Encontrou outros colegas da imprensa durante a cobertura do dia 17 de abril?	<input checked="" type="checkbox"/> sim () não
De quais veículos?	() rádio () website <input checked="" type="checkbox"/> TV <input checked="" type="checkbox"/> jornal () revista () todos
Foi procurado pela assessoria de imprensa do MST na semana do dia 17 de abril ?	<input checked="" type="checkbox"/> sim () não
Como?	() por e-mail () por telefone <input checked="" type="checkbox"/> por e-mail e telefone
Conhece a assessoria de imprensa do MST?	<input checked="" type="checkbox"/> sim () não
Consulta a assessoria de imprensa para obter informações e entrevistas do MST?	() freqüentemente <input checked="" type="checkbox"/> eventualmente () nunca
Onde procura a assessoria de imprensa do MST?	<input checked="" type="checkbox"/> São Paulo <input checked="" type="checkbox"/> Brasília () Rio de Janeiro <input checked="" type="checkbox"/> outros estados
Recebe <i>releases</i> produzidos pela assessoria de imprensa do MST?	<input checked="" type="checkbox"/> freqüentemente () eventualmente () nunca
Aproveita os <i>releases</i> produzidos pela assessoria de imprensa do MST?	() freqüentemente <input checked="" type="checkbox"/> eventualmente () nunca
É procurado pela assessoria de imprensa do MST?	<input checked="" type="checkbox"/> freqüentemente () eventualmente () nunca

Verifica as informações fornecidas pela assessoria de imprensa do MST?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Como?	<input type="checkbox"/> conversa com os assessores de imprensa do MST <input checked="" type="checkbox"/> consulta outras fontes para confrontar as informações
Há quanto tempo cobre o MST?	5 anos
Qual a imagem que você tem do MST?	<input checked="" type="checkbox"/> é um movimento social organizado <input checked="" type="checkbox"/> é um movimento político-ideológico
Com relação à reforma agrária, você considera?	<input type="checkbox"/> uma conquista de justiça social <input type="checkbox"/> uma medida ultrapassada

não vou responder à última pergunta. não me encaixo em nenhuma das duas opções.

ABRIL VERMELHO – Questionário/Entrevista

Data	23/05/06
Nome do Jornalista	Ullisses Campbell
Jornal	Correio Braziliense
Formação	Jornalismo
Tempo de exercício da profissão	12 anos
Com relação à Eldorado do Carajás, quem sugeriu a pauta?	() repórter () editor () assessor de imprensa do MST (X) repórter e editor () repórter e assessor de imprensa () outros
Acompanhou as manifestações do MST no dia 17 de abril?	(X) sim () não
Onde?	(X) Brasília () São Paulo () Eldorado dos Carajás () outro estado
Com relação à Eldorado dos Carajás, o jornal produziu alguma matéria especial antes do dia 17 de abril?	(X) sim () não
Entrevistou lideranças do MST?	(X) sim () não
Quanto às lideranças entrevistadas, pertencem a qual estrutura do MST?	() coordenação nacional () coordenação estadual (X) coordenação nacional e estadual
Além das lideranças, entrevistou outros militantes do MST?	(X) sim () não
Todas as entrevistas foram aproveitadas na matéria publicada no jornal?	(X) sim () não
Encontrou outros colegas da imprensa durante a cobertura do dia 17 de abril?	(X) sim () não
De quais veículos?	(X) rádio () website (X) TV (X) jornal () revista () todos
Foi procurado pela assessoria de imprensa do MST na semana do dia 17 de abril ?	(X) sim () não
Como?	() por e-mail (X) por telefone () por e-mail e telefone
Conhece a assessoria de imprensa do MST?	(X) sim () não
Consulta a assessoria de imprensa para obter informações e entrevistas do MST?	(X) freqüentemente () eventualmente () nunca
Onde procura a assessoria de imprensa do MST?	() São Paulo (X) Brasília () Rio de Janeiro () outros estados
Recebe <i>releases</i> produzidos pela assessoria de imprensa do MST?	(X) freqüentemente () eventualmente () nunca
Aproveita os <i>releases</i> produzidos pela assessoria de imprensa do MST?	(X) freqüentemente () eventualmente () nunca
É procurado pela assessoria de imprensa do MST?	(X) freqüentemente () eventualmente () nunca
Verifica as informações fornecidas pela assessoria de imprensa do MST?	(X) sim () não

Como?	(X) conversa com os assessores de imprensa do MST (X) consulta outras fontes para confrontar as informações
Há quanto tempo cobre o MST?	
Qual a imagem que você tem do MST?	(X) é um movimento social organizado (X) é um movimento político-ideológico
Com relação à reforma agrária, você considera?	(x) uma conquista de justiça social (X) uma medida ultrapassada

ANEXO IV – Releases produzidos pela Assessoria de Imprensa do MST



Massacre de Eldorado dos Carajás (1996-2006): As castanheiras lembram. E você?

Acampamento Pedagógico relembra 10 anos do Massacre de Carajás

Entre os dias 1º e 17 de abril, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organiza no Pará um grande acampamento pedagógico. O objetivo da mobilização, que conta inicialmente com 200 jovens acampados e assentados, é relembrar os dez anos do massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 trabalhadores Sem Terra foram brutalmente assassinados pela polícia militar (leia histórico abaixo).

O acampamento será montado na curva do "S", trecho da rodovia PA-150, localizado entre os municípios de Curionópolis e Eldorado dos Carajás, onde aconteceu o massacre em 17 de abril de 1996.

Estrutura

Serão 19 barracas para alojamento dos militantes, cada uma com o nome de um companheiro que tombou. Entre as atividades, estão previstos espaços de produção de óleos e sabonetes, jogos, capoeira e reciclagem. Acontecerão também discussões sobre saúde, higiene, DST, entre outros temas.

Haverá escola e biblioteca para os participantes, além de espaço para a realização de plenárias. A rádio Resistência FM estará no ar, trazendo informações para os participantes do acampamento.

Outro objetivo da atividade é restaurar o monumento concebido pelo artista plástico Dan Baron para homenagear os mortos no massacre. A obra conta com 19 castanheiras simbolizando os mártires.

Outras atividades

Além do Acampamento Pedagógico, outras atividades estão previstas para marcaros dez anos do massacre. A exposição "Terra", do fotógrafo Sebastião Salgado, será itinerante e poderá ser vista nas cidades de Parauapebas, Eldorado dos Carajás, Marabá e Belém.

No dia 17, um grande ato na curva do "S" marcará o encerramento do acampamento e exigirá a punição dos responsáveis pelo massacre. A expectativa é de que 20 mil pessoas passem pelo local ao longo do dia. O ato político cultural já tem confirmadas presenças de artistas e autoridades, do Brasil e exterior.

Em outros estado também estão programadas mobilizações do MST para relembrar o massacre.

--- Informações à imprensa ---

- No Pará -

Maria Raimunda (94) 9143 7621

Aiala (94) 9144 7824

Tito (94) 9149 1889

- Em São Paulo -

Ana Maria

Igor Felipe

Márcio

(11) 3361-3866

Histórico

Em 17 de abril de 1996, 19 trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados por policiais militares no chamado massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará. Nesse dia, três mil famílias Sem Terra ocuparam a rodovia PA - 150 para exigir ação urgente do Incra na desapropriação de um latifúndio improdutivo onde o MST montou o acampamento Macaxeira. No entanto, as famílias foram cercadas por duas tropas de militares que abriram fogo contra eles, a fim de cumprir a ordem do governo do estado de "desobstruir a pista a qualquer custo".

Dez anos após o massacre, a única conclusão a que se chegou foi a impunidade dos 155 soldados envolvidos no caso. O governo do estado nem chegou a ser indiciado. Até agora, três julgamentos já foram realizados.

Os dois comandantes responsáveis pela operação (coronel Pantoja e major Oliveira), apesar de serem os únicos condenados, aguardam em liberdade o julgamento de recursos no Supremo Tribunal de Justiça. Além dos 19 mortos no massacre, mais três pessoas morreram posteriormente em decorrência dos ferimentos, totalizando 22 mortos. Sem contar os estão para sempre marcados, tanto física como psicologicamente pela violência.

A chacina é um marco na luta pela terra, não só pela crueldade dos fatos, mas também pela grande repercussão internacional, já que as cenas do crime foram gravadas e divulgadas por uma emissora de televisão local. Em homenagem aos mártires dessa violência, a Via Campesina (organização internacional que reúne centenas de movimentos sociais, inclusive o MST) declarou o 17 de abril como o Dia Internacional da Luta Camponesa. Em 2002, o governo brasileiro assinou um decreto - de autoria da então senadora Marina Silva - estabelecendo a data como Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Igor Felipe Santos
Setor de Comunicação - SP
Secretaria Nacional do MST
Tel/fax: (11) 3361-3866
Página: www.mst.org.br



Nota do MST

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) considera o resultado da pesquisa da CNT/Sensus sobre reforma agrária um reflexo do tratamento restrito da imprensa em relação à questão agrária. Em geral, a cobertura restringe um assunto complexo, com raízes na colonização do Brasil, a uma abordagem penal, criminalizando a luta pela reforma agrária. Com isso, a mídia deixa de fora questões fundamentais sobre a reforma agrária (como o combate ao latifúndio e a produção nos assentamentos), levando à opinião pública uma idéia distorcida do movimento. A imagem que a mídia consolida entre os leitores, com reflexo nas pesquisas de opinião, não condiz com a realidade do povo sem-terra e o universo no qual vivem milhares de trabalhadores do campo.



PAUTA

Massacre de Carajás, um exemplo da impunidade no Brasil

Em 17 de abril de 1996 aconteceu o Massacre de Eldorado de Carajás, que ganhou repercussão internacional e deixou a marca na história do país, ao lado do Massacre do Carandiru (1992) e da Chacina da Candelária (1993), como uma das ações policiais mais violentas do Brasil.

Depois de 10 anos do massacre no Pará, que matou 19 trabalhadores rurais, deixou centenas de feridos e 69 mutilados, permanecem soltos os 155 policiais participantes da operação.

Entre os 144 incriminados, apenas dois foram condenados depois de três conturbados julgamentos: o coronel Mário Collares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira, que aguardam em liberdade a análise do recurso da sentença.

“A gente lamenta essa mentalidade de grande parte dos juristas, que acha que a pessoa deve recorrer eternamente, pela chamada presunção de inocência. Esse processo acaba gerando impunidade total e absoluta” afirma o promotor de Justiça do caso, Marco Aurélio Nascimento.

O advogado do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Carlos Guedes, que acompanhou o caso desde abril de 1996 até o último julgamento, em maio de 2002 acredita que a Justiça ainda não resolveu o caso.

Guedes também alerta que existem dois tipos de responsabilidades em relação ao massacre que a Justiça tem de levar em consideração: as responsabilidades criminal e política.

“Se todos os que foram denunciados, desde o coronel Pantoja até o último soldado, tivessem sido condenados, isso por si só seria insuficiente. Outras pessoas tiveram participação decisiva no massacre, como o governador (Almir Gabriel), o comandante geral da Polícia Militar e o secretário de Segurança Pública (Paulo Sette Câmara). Estes sequer foram envolvidos no caso”, contesta o advogado.

Na opinião dos sobreviventes do massacre e dos advogados do MST, a justiça ainda não veio. As pessoas mutiladas não receberam as indenizações, sequer as 13 viúvas que tiveram seus maridos executados naquele dia.

Tanto para o coordenador nacional do MST no Pará, Charles Trocate, quanto para os mutilados do massacre, o Estado foi o culpado pelo incidente. “A cultura da violência gera a cultura da impunidade. Carajás evidenciou um problema em proporções maiores, mas o Estado não foi capaz de criar instrumentos que corrigissem isso. Primeiro se negou julgar e condenar o governador, o secretário de

Justiça e o comandante geral da PM. Segundo, nestes 10 anos, não foi produzida nenhuma condenação porque é o Estado que está no banco dos réus”, afirmou Trocate. #

Caminho do processo na Justiça

Abaixo, leia a cronologia do processo dos envolvidos no Massacre de Eldorado de Carajás.

Junho de 1996 - Início do maior processo em número de réus da história criminal brasileira, envolvendo 155 policiais militares. Em 10 anos, o processo ultrapassou as 10 mil páginas.

16 de agosto de 1999 - Primeira sessão do Tribunal do Júri para julgamento dos réus em Belém, presidida pelo juiz Ronaldo Valle. Foram absolvidos três oficiais julgados - coronel Mário Colares Pantoja, major José Maria Pereira de Oliveira e capitão Raimundo José Almendra Lameira. Foram três dias de sessão com cerceamento dos poderes da acusação, impedimento da utilização em plenário de documentos juntados no prazo legal, permissão de manifestações públicas de jurados criticando a tese da acusação e defendendo pontos de vista apresentados pela defesa.

Abril de 2000 - O Tribunal de Justiça do Estado do Pará determinou a anulação do julgamento, decisão mantida em um segundo julgamento, em outubro de 2000. Antevendo a anulação do julgamento, o juiz Ronaldo Valle solicitou o afastamento do caso. Dos 18 juízes criminais da Comarca de Belém, 17 informaram ao Presidente do Tribunal de Justiça que não aceitariam presidir o julgamento, alegando, na maioria dos casos, simpatia pelos policiais militares e aversão ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e aos trabalhadores rurais.

Abril de 2001 - Nomeada uma nova juíza para o caso, Eva do Amaral Coelho, que designou o dia 18 de junho de 2001 como data para o novo julgamento dos três oficiais. Alguns dias antes do início da sessão, a juíza determinou a retirada do processo da principal prova da acusação, um minucioso parecer técnico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com imagens digitais que comprovavam que os responsáveis pelos primeiros disparos foram os policiais militares. O MST reagiu e a juíza reviu sua posição, suspendendo o julgamento sem marcar nova data.

14 de maio a 10 de junho de 2002 - O julgamento foi retomado. Após cinco sessões, entre os 144 acusados julgados, 142 foram absolvidos (soldados e 1 oficial) e dois condenados (coronel Pantoja e major Oliveira), com o benefício de recorrer da decisão em liberdade. Em decorrência dos benefícios estendidos aos dois únicos condenados, as testemunhas de acusação não compareceram mais ao julgamento, em função de ameaças de morte e por não acreditar na seriedade do julgamento. Durante vinte dias, jornais do Estado do Pará publicaram detalhes sobre intimidações e ameaças de morte que estariam recebendo as principais testemunhas da acusação, principalmente Raimundo Araújo dos Anjos e Valderes Tavares. Nada foi feito em relação à proteção e salvaguarda de tais testemunhas. O

MST não aceitou participar de um julgamento onde não estivessem sequer garantidas a segurança e a tranquilidade das pessoas fundamentais para a acusação.

Novembro de 2004 - A 2ª Câmara do Tribunal de Justiça do Pará julga numa só sessão todos os recursos da defesa e da acusação e mantém a decisão dos dois julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri, absolvendo os 142 policiais militares e condenando o coronel Pantoja (228 anos de prisão) e o major Oliveira (154 anos de prisão).

22 de setembro de 2005 – O coronel Pantoja é posto em liberdade por decisão do Supremo Tribunal Federal.

13 de outubro de 2005 – O major Oliveira é posto em liberdade por decisão do Supremo Tribunal Federal.

2006 - Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso especial apresentado ao Superior Tribunal de Justiça e posteriormente do recurso extraordinário apresentado ao Supremo Tribunal Federal.

Informações à Imprensa

Igor Felipe Santos - 11 3361-3866

Maria Mello - 61 3322-5035

Igor Felipe Santos
Assessoria de Imprensa do MST
Tel/fax: (11) 3361-3866



MST relembra impunidade de Carajás na capital federal

Na próxima segunda-feira, 17 de abril, completam-se 10 anos do episódio que ficou internacionalmente conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás. A tragédia está registrada na história, e figura - ao lado do Massacre do Carandiru (1992) e da Chacina da Candelária (1993) - como uma das ações policiais mais violentas do Brasil.

Em Brasília, a data será marcada por homenagens e debate. Pela manhã, às 11h, uma sessão solene no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados faz homenagem aos trabalhadores rurais assassinados na chacina. Além de deputados e de integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), participam do ato entidades como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), FNRA (Fórum Nacional pela Reforma Agrária), MMC (Movimentos de Mulheres Camponesas), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), entre outras.

Às 14h, no Plenário 1 da Casa, acontece debate sobre a questão agrária e a violência no campo, com participação de Marina dos Santos, da coordenação nacional do MST. Será exibido ainda o documentário Eldorado dos Carajás - 10 anos depois. O filme, inédito, revela a situação atual dos sobreviventes do massacre, e suas histórias de luta e de resistência.

Da Câmara dos Deputados, os trabalhadores seguirão em marcha até a Câmara Distrital do DF, onde acontece outra sessão solene, às 16h. Após as homenagens, integrantes do grupo de teatro do MST/ DF encenam a peça Eldorado dos Carajás.

Será lançado também o livro *Marcha Interrompida*, do escritor Pedro César Batista. O romance, prefaciado pelo jornalista e professor da PUC/SP, José Arbex Jr., narra a saga dos inúmeros trabalhadores rurais envolvidos no episódio.

Ao final das atividades, os integrantes do MST plantarão 19 árvores frutíferas na área externa da Câmara, em memória aos trabalhadores mortos.

Uma década depois do massacre do Pará, que matou 19 trabalhadores rurais, deixou centenas de feridos e 69 mutilados, continuam soltos os 155 policiais participantes da operação. Os dois comandantes responsáveis (coronel Mário Pantoja e major José Maria Oliveira), apesar de condenados, aguardam em liberdade o julgamento de recursos no STJ (Supremo Tribunal de Justiça). Em homenagem aos mártires da violência, a Via Campesina (organização internacional que reúne centenas de movimentos sociais, inclusive o MST) declarou o 17 de abril como o Dia Internacional da Luta Camponesa. Em 2002, o governo brasileiro assinou um decreto - de autoria da então senadora Marina Silva (PT)- que estabelece a data como Dia Nacional de Luta pela

Reforma Agrária.

Informações à imprensa:

Maria Mello:

(61) 3322 5035/ 8464 6176

Igor Felipe Santos:

(11) 3361 3866



Nota oficial à imprensa

Eldorado de Carajás, até quando?

O 17 de Abril se transformou no Dia Internacional da Luta Camponesa da Via Campesina, organização internacional de movimentos sociais do campo, em memória aos 19 trabalhadores brutalmente assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás.

Nessa data, em 1996, três mil famílias Sem Terra, que ocupavam a rodovia PA-150 para exigir a desapropriação de um latifúndio improdutivo, foram cercadas por duas tropas de militares, que abriram fogo a fim de cumprir a ordem do governador do Estado na época, Almir Gabriel (PSDB).

Para relembrar os 10 de anos de impunidade do massacre e marcar o dia de luta, o MST realiza atos pacíficos, marchas e protestos em 23 Estados do país onde estamos organizados e no exterior. A nossa mobilização denuncia a impunidade dos policiais militares que exterminaram brutalmente os companheiros em Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996.

Depois de uma década, permanecem soltos os 155 policiais participantes da operação. Dos 144 incriminados, os dois únicos condenados - o coronel Mário Collares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira - estão em liberdade. Os responsáveis políticos, o governador Gabriel e o secretário de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, não foram indiciados.

Reivindicações

O MST acredita que apenas uma Reforma Agrária integral e genuína, que desconcentre a propriedade da terra e resolva os problemas dos pobres no campo, vai acabar com a violência das áreas rurais. Nesse sentido, exigimos do governo federal o assentamento das mais de 150 mil famílias acampadas nas beiras de estrada.

Também exigimos a atualização dos índices de produtividade da terra, que depende simplesmente de um acordo interno da administração federal. No final da Marcha Nacional, em maio de 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu, em audiência com o MST, a baixar uma portaria com a mudança da tabela. No entanto, o governo não teve coragem até o momento de atualizar os índices em vigor desde a década de 70.

O Brasil tem 4,6 milhões de famílias de camponeses sem-terra, dos quais mais de 150 mil famílias estão acampadas na beira de estrada nas piores condições de vida. Por outro lado, cerca de 26 mil grandes proprietários de terra, que representam menos de 1% do universo de 5 milhões de proprietários, são donos de 46% de todas as terras do Brasil. Isso faz do Brasil um dos países com maior concentração fundiária do mundo, perdendo apenas para o Paraguai.

O modelo agrícola do agronegócio, tido como solução para o país, tem base na monocultura para exportação, emprega apenas 600 mil assalariados em propriedades acima de mil hectares e possui apenas 5% da frota nacional de tratores. Além disso, é corrente o desrespeito às leis trabalhistas, com uso até de trabalho escravo, e das normas ambientais. Ou seja, não tem condições de resolver os problemas dos trabalhadores do campo nem produzir alimentos baratos e limpos de agrotóxicos para a população urbana.

As pequenas propriedades empregam 13 milhões de trabalhadores familiares, mais de um milhão de assalariados e detêm 52% de toda frota de tratores do Brasil. Produzem também a alimentação característica do brasileiro, com a produção de alimentos orgânicos.

Só com um processo efetivo de Reforma Agrária, a consolidação da agricultura camponesa, casada com agroindústrias, assistência técnica, educação e uma nova tecnologia agrícola que respeite o ambiente, será possível melhorar a condição de vida dos camponeses, diminuir substancialmente a violência e acabar com a fome de milhares de brasileiros. É por isso que fazemos mobilizações no Dia Internacional da Luta Camponesa.

Coordenação Nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

Igor Felipe Santos
Assessoria de Imprensa do MST
Tel/fax: (11) 3361-3866
Página: www.mst.org.br



Coletiva de Imprensa

Entidades condenam impunidade em massacre de Carajás

O MST (Movimento Sem Terra) organiza entrevista coletiva com representantes de movimentos sociais e políticos no dia 17 de Abril (segunda-feira), quando completa 10 anos do Massacre de Eldorado de Carajás. A atividade acontece no acampamento montado na curva do “S”, no trecho da rodovia PA-150, localizado entre os municípios de Curionópolis e Eldorado dos Carajás, às 15h, no Pará.

Depois de uma década do massacre, que deixou 19 trabalhadores mortos, centenas de feridos e 69 mutilados, permanecem soltos os 155 policiais participantes da operação. Entre os 144 incriminados, apenas dois foram condenados: o coronel Mário Collares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira, que estão em liberdade.

Em homenagem aos assassinados, a data foi escolhida pela Via Campesina como Dia Mundial de Luta Camponesa e pelo governo brasileiro como Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Já confirmaram a presença na entrevista coletiva os seguintes nomes:

João Pedro Stedile - integrante da direção nacional do MST;

D. Tomas Balduino - ex-presidente da CPT (Comissão Pastoral da Terra);

Frei Henri - advogado da CPT ameaçado de morte no Pará;

Paulo Vanucchi - ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos;

Edmilson Rodrigues – ex-prefeito de Belém (1997 e 2004);

Socorro Gomes – deputada federal pelo Pará;

Pavel Eiguez - adido cultural do Equador no Brasil;

Dira Paes - atriz paraense.

Está previsto na programação do acampamento, no dia 17 de Abril, no Pará, um Ato Ecumênico da Igreja em celebração da vida, às 8h. No final da tarde, começa ato em memória dos mortos no massacre. Às 19h, tem apresentação do documentário "Eldorado 10 anos".

Informações à imprensa

Isabel (direção estadual do MST/PA) – 94 9136-1368

Reynaldo (assessoria de imprensa do acampamento) – 94 9146-9832

Igor Felipe Santos
Assessoria de Imprensa do MST
Tel/fax: (11) 3361-3866
Página: www.mst.org.br



Nota de repúdio as denúncias contra o MST no RS

A respeito das denúncias que vem sendo veiculadas sobre o MST no Rio Grande do Sul o Movimento Sem Terra afirma:

1. O MST vem sendo alvo de uma operação organizada pelo grupo de comunicação RBS em conjunto com as policias gaúchas, que tem o objetivo de criminalizar o Movimento e construir uma imagem negativa da organização na sociedade.
2. As denúncias pretendem confundir a opinião pública que está indignada com a impunidade do massacre de Carajás. Nesse momento em que há uma pressão mundial pela punição ao massacre de Eldorado dos Carajás, que completou 10 anos no 17 de abril, este grupo de comunicação dá ampla divulgação à denúncias infundadas de militantes expulsos dos acampamentos para tentar transformar o movimento de réu em culpado.
3. As denúncias são infundadas. A história de mais de 20 anos do MST comprova que nossa organização se construiu combatendo todas as formas de violência, procurando conquistar vida digna para as pessoas excluídas. Só no Rio Grande do Sul são mais de 13 mil famílias assentadas a partir da luta do nosso movimento. As entidades e pessoas que acompanham nossa trajetória sabem que essas denúncias de que em nossos acampamentos a violência é generalizada e de que estimulamos consumo de drogas são no mínimo absurdas.
4. Quem denuncia são pessoas expulsas dos acampamentos. Os acampamentos são espaços coletivos em que as famílias acampadas constroem juntas as regras de convivência. Infelizmente, há sempre pessoas que desrespeitam os acordos coletivos e por isso são expulsas. Algumas dessas pessoas expulsas é que estão sendo usadas pelo grupo RBS e pelo Governo do Estado, através dos aparatos de segurança pública, para tentar criminalizar e principalmente jogar a sociedade contra o MST.
5. O grupo RBS e o governo gaúcho estão tentando criminalizar o MST porque são defensores do latifúndio e do agronegócio, e o nosso movimento luta por reforma agrária, por soberania alimentar e agricultura camponesa.

Seguiremos organizando famílias e lutando para conquistar terra para quem nela quer trabalhar!

Direção Estadual do MST
Porto alegre, 18/04/2006

ANEXO V – Noite e Dia

NOITE e DIA - 18/04/2006**Terça-feira****MST****AGENDA DA ASSESSORIA**

AGENDA DA ASSESSORIA	
DATA	
	CAMPANHA INTERNACIONAL EM SOLIDARIEDADE AS MULHERES DA VIA CAMPESSINA
01/05	Dia do Trabalho

PRIORIDADES DA SEMANA

1- Campanha Internacional Em Solidariedade As Mulheres Da Via Campesina

PENDÊNCIAS

1- Consolidação e ampliação da lista de endereços eletrônicos (*mailing*) do MST nacional.

2- Sistematização do material apurada com o setor de produção do MST para sugestões de pauta para a imprensa.

3- Leitura e análise da pesquisa da CNT/Sensus sobre diversos temas ligados à luta política do MST.

4 – Sistematização da avaliação das atividades da assessoria de imprensa do MST em março em Porto Alegre (FAO), em Curitiba (MOP/COP) e ações em torno dos 10 anos d Massacre de Eldorado de Carajás.

5- Reunião para discutir Campanha Internacional Em Solidariedade As Mulheres Da Via Campesina. Deve acontecer nesta quarta-feira.

TAREFAS REALIZADAS

1- Envio para a imprensa nacional de nota oficial do MST-RS sobre criminalização da RBS e governo do Estado no RS.

2- Encaminhada a presença de Delwek Mateus no Programa Câmera Aberta Sindical, que acontece nessa quarta-feira.

3- Encaminhamos tarefas para Tâmara, do Rio de Janeiro, que chegou ontem em São Paulo para fazer capacitação na assessoria de imprensa do movimento.

4 - Contato com produção do Jornal Nacional, da Globo no Rio de Janeiro, para discutir a veiculação no jornal de hoje de resposta oficial do MST em relação a matéria de ontem. Ficaram de avaliar.

AÇÕES FUTURAS ATENDIMENTOS

1- Ana Maria, do jornal uruguaio Brecha, faz reportagem sobre os 10 anos do Massacre de Eldorado de Carajás, com histórico geral do movimento. Não foi encaminhado ainda.

2- Ivair, da Rede Educativa de Campinas, queria entrevistar integrante do MST para panorama jurídico do Massacre de Eldorado de Carajás. Foi encaminhado para Ney.

3- Claus Hart, radialista que faz reportagem para rádios públicas na Alemanha, faz reportagem sobre os 10 anos do Massacre de Eldorado de Carajás, com histórico geral do movimento. Entrevistou João Paulo no final da tarde desta terça-feira.

4- Fabiana, do Jornal do Terra, pediu entrevista com dirigente do MST sobre balanço da violência da CPT. O MST não participou por causa da participação da UDR no programa.

5- Flavio Freire, do jornal O Globo, pediu balanço de ocupações e entrevista com dirigente do movimento. Foram passadas as informações e encaminhada entrevista com Marina dos Santos.

6- Bruno França, da Rádio Roquette-Pinto, do Rio de Janeiro, pediu entrevista sobre jornada de luta do movimento. Entrevistou a dirigente nacional Nívea Regina.

7- Marcada entrevista com Marina para Daniel Hammes, do Núcleo Popular de Jornalismo RádioCOM 104.5, para quinta-feira de manhã.

8- Encaminhado pedido de entrevista sobre ações do 17 de abril com a Band-RJ para Nacional SP, já que ontem eles entrevistaram Marina dos Santos e não queriam "repetir" porta-voz. Não ligaram em São Paulo.

Igor Felipe Santos
Assessoria de Imprensa do MST
Tel/fax: (11) 3361-3866
Página: www.mst.org.br

ANEXO VI – Linhas Políticas para Assessoria de Imprensa

Anexo VII – Matérias publicadas na imprensa sobre o Abril Vermelho 2006